

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL DO SÉCULO 19

MARIA LUIZA GALLE LOPEDOTE

**Rio de Janeiro
2020**

MARIA LUIZA GALLE LOPEDOTE

APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL DO SÉCULO 19

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans**.

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

L864a Lopedote, Maria Luiza Galle
Apropriação territorial no Brasil do século 19 /
Maria Luiza Galle Lopedote. -- Rio de Janeiro, 2020.
89 f.

Orientador: Mariana Trotta Dallalana Quintans.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Lei de Terras (1850). 2. Apropriação
territorial. 3. Sesmarias. 4. Posse. I. Quintans,
Mariana Trotta Dallalana, orient. II. Título.

MARIA LUIZA GALLE LOPEDOTE

A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO BRASIL DO SÉCULO 19

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans**.

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2020

RESUMO

Esta pesquisa se debruça sobre a Lei de Terras (1850), buscando compreender o contexto social e político colonial que a antecedeu, os embates e personagens do processo legislativo no momento da sua formulação, e alguns dos efeitos que se produziram na apropriação territorial no Brasil do século 19.

Palavras-chave: Lei de Terras (1850), Apropriação territorial, Sesmarias, Posse.

RESUMEN

Esta investigación se centra en la Ley de Tierras (1850), buscando comprender el contexto social y político colonial que la precedió, las tensiones y personajes involucrados en el proceso legislativo y algunos de los efectos que se han producido en la apropiación territorial en el siglo 19 en Brasil.

Palabras-clave: Ley de Tierras (1850), Apropiación territorial, Sesmarias, Posesión.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - A APROPRIAÇÃO COLONIAL DO TERRITÓRIO: MARCOS LEGAIS E DISPUTAS POR FRONTEIRAS	10
CAPÍTULO 2 - A CONSTRUÇÃO DE UMA LEI AGRÁRIA: ARENA DE DISPUTAS	36
CAPÍTULO 3 - PARA FAZER DA LETRA DA LEI, TERRA	52
CONCLUSÃO	83

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, onde a grande propriedade é aquela com mais de 15 módulos fiscais e o minifúndio é aquele com extensão de até um módulo fiscal¹, temos que 2,3% das propriedades no Brasil são latifúndios e cobrem 60% da zona rural. Por outro lado, 65% das propriedades são minifúndios, mas cobrem apenas 7,6% do território rural². Em termos de extensão absoluta, 424 títulos de propriedade rural (menos de 0,1% do total de títulos) cobrem mais de 100 mil ha; juntos, concentram quase 143 milhões de hectares, ou 18% da zona rural, em uma média de 336 mil ha por propriedade. Se analisarmos todas as propriedades com área superior a mil hectares (10km²), elas representam 1,5% do total dos títulos, mas cobrem quase 60% da zona rural brasileira.

Se nos afastarmos da análise de patrimônio, e pensarmos em termos de rendimentos, temos que o 1% mais rico da população brasileira, cerca de 900 mil pessoas, ganha quase 34 vezes mais que a metade da população, mais pobre³. Dentre os 10% que auferiram os maiores rendimentos em 2018, 73% das pessoas eram brancas; entre os 10% que tiveram os menores rendimentos, 75% eram pessoas pretas ou pardas⁴. Estes são alguns dados que corroboram o que já sabemos: a imensa desigualdade e a enorme concentração de renda e patrimônio no Brasil. A desigualdade social e racial no Brasil se expressa também nas condições de vida da população, tanto em termos de desigualdade no acesso a serviços, como abastecimento de água e esgotamento sanitário, quanto nas condições gerais de acesso à terra e moradia.

As lutas pelo direito à terra e a moradia tem longa trajetória e vêm disputando os sentidos e a efetividade de preceitos constitucionais, em especial a aplicação do princípio da função

¹ Módulo fiscal é unidade de medida do Incra, e indica a extensão mínima da propriedade rural em cada município, considerada como a menor área economicamente viável dadas as especificidades da região. Pode comportar uma enorme diferença em termos de extensão – por exemplo, os dados de 2013 atribuem ao módulo fiscal do Rio de Janeiro-RJ 5 hectares, e ao de Paraíba do Sul-RJ, 28 hectares. O módulo fiscal permite a classificação das propriedades e o seu enquadramento em determinadas políticas e legislações referentes a exploração de atividade econômica, entre outros. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf, acesso em 20/10/2020.

²INCRA. Dados sobre estrutura fundiária – Brasil (2018). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/docs/estatisticas-imoveis-rurais/brasil-2018.pdf>, acesso em 20/10/2020.

³PAMPLONA, Nicola. 10% mais ricos ficam com 43% da renda nacional, diz IBGE. Folha de São Paulo, 6.mai.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/10-mais-ricos-ficam-com-43-da-renda-nacional-diz-ibge.shtml?origin=folha>, acesso em 20/10/2020.

⁴ IBGE. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf, acesso em 20/10/2020.

social da propriedade e de seus dispositivos (art. 5º, XXIII/ art. 170, III; art. 184, caput; art. 186 CRFB/88). Por meio da experiência na assessoria jurídica universitária popular, como parte do NAJUP Luiza Mahin da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ, conhecemos parte das dificuldades para a efetivação do direito à terra, à moradia, e à cidade, especialmente os obstáculos enfrentados no judiciário e no poder executivo em fazer cumprir o mandamento constitucional e normas correlatas. Entretanto, por conhecermos a trajetória destes movimentos sociais e, ainda, a arena de disputas em torno da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, sabemos o quanto a contínua organização e luta dos setores populares é importante para a conquista da efetivação dos direitos consagrados na Constituição, cujo sentido e efetividade são reiteradamente fruto e objeto de disputas.

É a partir desta compreensão que parte esta pesquisa. A Lei de 1850 é invocada em diversas esferas da luta pelo direito à terra e à moradia como marco legal fundante da propriedade territorial privada no Brasil, produtora de desigualdade social e da privação à população pobre, trabalhadora e não branca do acesso à terra. A partir da promulgação da lei, como veremos, temos um novo ordenamento da propriedade territorial no Brasil que rompe com o sistema colonial e inaugura uma nova concepção de propriedade.

Toda lei tem um contexto de produção, é fruto de tensões e expressa interesses por vezes contraditórios em seus dispositivos. Da leitura da lei tampouco pode-se depreender os seus efeitos: eles são igualmente objeto de disputas e conflitos, tendo maior ou menor efetividade a depender da correlação de forças operando para uma ou outra interpretação e aplicação.

Esta pesquisa visa compreender o contexto social anterior à promulgação da Lei n. 601/1850, os debates que acompanharam a sua construção, e a forma como ocorreu a produção de seus efeitos durante o Brasil Império. Em outros termos, investigar a história da apropriação territorial no Brasil do século 19 a partir desta que é a principal lei agrária do período. A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico e o cotejo crítico dos argumentos dos autores, principalmente pesquisadores das áreas de história e sociologia. Tomamos como base o histórico da legislação conforme doutrina de direito agrário constitucional.

Nosso principal objetivo é contribuir para a compreensão da Lei de Terras a partir da perspectiva thompsoniana da lei e do direito: se ela expressa o interesse da classe dominante, ela também apresenta uma limitação a este poder. E, especialmente em se tratando de uma lei

agrária, ela estabelece o espaço de relação entre particulares e o Estado. Ao mesmo tempo, pretendemos apontar para uma compreensão menos monolítica da história da apropriação territorial e da Lei de Terras, compreendendo-a a partir da correlação de forças que a cada momento operaram para sua construção e posterior produção de efeitos: as diferenças entre o que se pretendia, o que se estatuiu, os usos que foram feitos de seus dispositivos para a conformação de uma dada apropriação territorial.

No primeiro capítulo, faremos um recuo histórico aos principais institutos e normativas referentes à questão agrária no período colonial e analisaremos o contexto da apropriação territorial no atual Estado do Rio de Janeiro no século 19. No segundo capítulo, buscaremos analisar o contexto legislativo para a formulação de uma lei agrária, quem são os personagens políticos e o que estava em jogo nos debates de meados do século 19. No terceiro capítulo, avaliaremos o resultado do processo legislativo, com a análise da lei publicada e alguns dos efeitos que se produziram, a partir dela, na apropriação territorial na segunda metade do século 19.

CAPÍTULO 1 - A APROPRIAÇÃO COLONIAL DO TERRITÓRIO: MARCOS LEGAIS E DISPUTAS POR FRONTEIRAS

Na publicação *Manual de Direito Agrário Constitucional*, Rocha (et al., 2015) propõe a periodização da história fundiária brasileira em quatro momentos: regime sesmarial (1500-1821), regime da posse (1821-1850), regime da Lei de Terras (1850-1889) e período republicano (1889-). O corpo normativo sobre a questão agrária no curso do tempo, para Rocha, é esparso, confuso e contraditório, com dezenas de documentos e títulos de posse e de domínio⁵, o que contribui para a dificuldade na atribuição de valor jurídico aos mesmos e se exprime em práticas como a grilagem, por exemplo, onde há a apropriação indevida de terras públicas (et al., 2015). Entretanto, o recuo e a apuração do conteúdo de alguns dos principais marcos regulatórios do sistema fundiário no Brasil podem ser de grande valia para a proposição de novos marcos ou para a luta pela efetivação do já previsto legal e constitucionalmente.

O jurista Hely Lopes Meirelles traz um bom ponto de partida para esta discussão:

No Brasil todas as terras foram, originariamente, públicas, por pertencentes à Nação portuguesa, por direito de conquista. Depois, passaram ao Império e à República, sempre como domínio do Estado. A transferência das terras públicas para os particulares deu-se paulatinamente por meio de concessões de sesmarias e de data, compra e venda, doação, permuta e legitimação de posses. Daí a regra de que toda terra sem título de propriedade particular é de domínio público. (MEIRELLES apud ROCHA et al., 2015, p.63)

A partir das bulas papais e tratados (como o conhecido Tratado de Tordesilhas, de 1494), todo o território à época não cartografado ou sequer conhecido da América portuguesa passou a compor, de antemão, o patrimônio da Corte portuguesa. A conquista e a empresa colonial viriam depois, desdobrando-se, pode-se dizer, até o século 21. É ato normativo fundacional do Brasil, portanto, a expropriação da terra e da vida dos povos indígenas originários, entregues, ainda que de antemão apenas no plano ficto do devir da norma, à Coroa portuguesa.

⁵“Durante cada um deles a legislação sesmarial, imperial, republicana (União e Estados) utilizou vários documentos: Carta de Sesmaria, Registro Paroquial ou Registro do Vigário, Registro Torrens, Título de Posse, Título de Legitimação, Título de Propriedade, Título Provisório, Título Definitivo, Título de Arrendamento, Título de Aforamento, Título de Ocupação, Título de Ocupação Colonial, Título Colonial, Título de Ocupação de Terras Devolutas, Licença de Ocupação, Autorização de Detenção, Doação pelo Poder Público com condições resolutivas, Contrato de Alienação de Terras Públicas, Bilhete de Localização, Título Precário de Doação Onerosa, Carta de Anuência, Autorização de Detenção de Bem Público, Certificado de Habilitação a Regularização Fundiária, Certificado de Ocupação de Terra Pública, Contrato de Concessão de Uso e Contratos de Concessão de Direito Real de Uso são só alguns deles.” (ROCHA et al., 2015, p. 63-64)

Há grande imprecisão em relação à estimativa da população indígena no momento da invasão do território sul-americano. Fala-se em um milhão de indígenas no território que hoje conforma o Brasil; outro estudo atribui 6,8 milhões distribuídos na região amazônica, Brasil central e costa nordeste (CUNHA, 1992). Seguindo esta última estimativa, que perfaria 14,6 habitantes/km², podemos ter uma ideia da população se comparada à densidade populacional da península ibérica no mesmo período, de 17 habitantes/km² (CUNHA, 1992). Em suma, os números variam entre 1 a 8,5 milhões de pessoas para as terras baixas da América do Sul (CUNHA, 1992). O reflexo destas estimativas está, sobretudo, na análise de pesquisadores da gravidade do genocídio após o encontro entre mundos: alguns calculam que entre 1492 e 1650, houve a morte de um quarto da população, enquanto outros estimam para mais de 90% a cifra da depopulação (CUNHA, 1992). De toda forma, há consenso em afirmar que o território hoje brasileiro era populoso (CUNHA, 1992).

O interesse da Coroa portuguesa era fazer prosperar a colônia, mas também garantir o seu domínio sobre o território, ameaçado por interesses de outras nações europeias (CUNHA, 1992). A presença de indígenas neste território irá, a depender de cada localidade e interesses em jogo, servir de aliança, de barreira hostil, de disponibilidade de mão-de-obra, de ameaça ao intento colonial português. A diversidade étnica e cultural representou mais um elemento complexificador deste cenário de contatos, negociações e conflitos. De toda forma, a empresa colonial portuguesa que decidiu, no além-mar, ser todo o território sequer cartografado sua propriedade, afrontou os meios de vida de centenas de povos indígenas originários e inaugurou uma nova concepção de relação com a terra.

Toda a terra que pudesse ser conquistada e garantida em face dos demais europeus seria considerada patrimônio da Coroa, em uma espécie de antecedente do que, séculos mais tarde, seria considerado patrimônio da União e bem público. Àquele momento, entretanto, não havia uma compreensão de bem *público* e a ideia de Estado nação ainda tardaria séculos para ser forjada. Assim, a aproximação entre as noções de patrimônio da Coroa e bem público deve ser tomada com cuidado: embora séculos mais tarde vá haver alguma transição entre ambas – no Império, por exemplo – não se pode olvidar que a empresa colonial visava os lucros e poder da Coroa, mais próxima à condição de um particular do que a de um ente público conforme o concebemos hoje.

Nos tempos que se seguiram à chegada ao território hoje brasileiro não houve uma conformação normativa original para regular a questão de terras aqui. Houve o traslado de institutos do direito português, partindo-se da regra de que é do destacamento do patrimônio da Coroa que surgem e se realizam o direito de propriedade de particulares. Seguindo com Rocha, “as terras eram assim originariamente públicas e, até hoje, elas podem ser consideradas propriedade de particulares só se estes comprovarem que houve o destaque do imóvel do patrimônio público e estas terras foram obtidas a justo título e por meio do devido processo legal”, residindo neste destacamento a origem do direito de propriedade no Brasil (et al., 2015, p. 65).

Partindo das ressalvas anteriores sobre a concepção de público que, por Rocha (et al., 2015), é deslocada do presente para o século 16, o seu argumento é importante porque, de uma forma ou de outra, é sobre o contínuo processo de apropriação territorial que versa este trabalho. Ou seja, muito embora o esforço seja lançar um olhar para o passado, este olhar está permeado pelas inquietações do presente. Num primeiro momento, estamos falando da apropriação territorial por uma Coroa que quer conquistar e exercer o domínio sobre enormes parcelas de terra ainda pouco conhecidas por ela, mas sobre as quais almeja auferir riquezas e proveitos. Este exercício de poder e domínio colonial será objeto de disputas a todo momento, e contará com a participação ativa de particulares, assim como contará com alianças e contatos com povos indígenas. Num segundo momento, a relação entre Coroa e particulares se complexifica: por vezes parceiros, assumirão também posições conflitantes e o enfrentamento ao domínio desenfreado e expansivo de particulares sobre terras será um problema para administração colonial. Uma série de atores farão parte desta história, desafiando o poder colonial e pondo à prova os intentos de conquista e domínio, tanto da Coroa quanto de particulares.

O pano de fundo é só um: o da acumulação primitiva da terra. Este processo de apropriação da terra pela Coroa portuguesa, transformando-a em fonte de riquezas – seja pela comercialização de “produtos” passíveis de serem extraídos, seja pela posterior consolidação de cultivos – incluiu a terra em uma nova condição, ao passo que a expropriou de outros. “Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele” (MARX, 1890/2017). A acumulação primitiva da terra seria o processo através do qual a terra é expropriada e convertida em capital; aquele que é expropriado já que não detém mais os meios de vida e não consegue produzir sua própria

existência sem submeter sua força de trabalho ao novo proprietário da terra (MARX, 1890/2017). Notadamente histórico porque tem as marcas do saque colonial, da escravização de indígenas e africanos, entre outros, a acumulação primitiva é um processo, um movimento contínuo de expansão do capitalismo⁶. Ou seja, para se consolidar, foram séculos de empresa colonial e o processo segue em expansão, com o avanço das expropriações e da conversão destes meios de vida em capital, consolidando uma base social cada vez maior de pessoas que apenas detém a sua força de trabalho.

A expropriação das terras dos povos indígenas no Brasil tem origem nesta acumulação primitiva da terra empreendida desde então, e que se estende aos dias de hoje não apenas na morosidade do reconhecimento e homologação dos territórios indígenas pelo Estado brasileiro, na sua omissão ou ação direta, evidentemente criminosa, com vias à não efetivação deste direito, mas também nas políticas de “regularização fundiária” que resumem-se à conferir legalidade a apropriações ilícitas e indevidas do patrimônio público, nas políticas que possibilitam a exploração de mineração ou extração de madeiras em terras indígenas, bem como na prática de particulares que reclamam propriedade sobre áreas a partir de títulos falsos ou erroneamente valorados, ou que apropriam-se do território violentamente e à revelia da lei. Esta lista poderia ser ainda mais longa.

1.1 A apropriação colonial do território: atos normativos envolvendo a sesmaria

O primeiro instituto a operar em solo brasileiro para a regulamentação do uso e destinação colonial da terra foi o da sesmaria, instituído em 1530. O instituto da sesmaria surge em Portugal como uma medida para enfrentar o êxodo rural e o déficit da produção agrícola a partir da limitação ao direito de propriedade: a lei determinava que terras não lavradas ou não aproveitadas seriam confiscadas e retornariam ao patrimônio da Coroa (ROCHA et al., 2015). Passando a vigorar no Brasil Colônia com ato normativo específico, cerca de 150 anos após sua promulgação em Portugal, e trinta anos após a chegada portuguesa, as sesmarias definiram-se como concessões gratuitas e condicionadas a homens – “amigos do rei” – com capacidade de investimento para o aproveitamento das terras concedidas e sua defesa frente a estrangeiros

⁶ Processo este que terá como marco importante também a Lei de Terras (1850), da qual trataremos adiante.

(ROCHA et al., 2015)⁷. Aqueles que descumprissem as condições, ou cláusulas contratuais, veriam caducar sua concessão com o retorno da terra ao patrimônio da Coroa, surgindo assim o instituto das terras devolutas (ROCHA et al., 2015). Secreto explica que

A forma como as terras passaram do domínio das Coroas, tanto portuguesa como espanhola, para as mãos de particulares foi condicional. As terras da América eram consideradas patrimônio dos reis, que estes cediam a seus súbditos com diferentes finalidades, com base nas quais eram estabelecidas as condições para continuar na posse da terra cedida. (SECRETO, 2007, p. 13)

A historiadora Márcia Motta, em seu verbete sobre Sesmarias no Brasil do Dicionário da Terra e do Território Português, coloca que há uma diferença do instituto da sesmaria aplicado em Portugal e o que foi instituído no Brasil. Isto é, o “sistema de sesmarias em terras brasileiras teria se estabelecido, não para resolver a questão do acesso à terra e de seu cultivo, tal como havia sido pensado para Portugal, mas para regularizar a colonização” (MOTTA, 2013, s/p). Por colonização, Motta se refere não apenas ao aproveitamento das terras, mas a sua ocupação, exploração e domínio enquanto área colonial (MOTTA, 1996).

A historiadora Carmen Alveal está entre os que têm se debruçado sobre o sistema das sesmarias⁸. A pesquisadora realiza o projeto Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro - PSILB, um banco de dados online das concessões de sesmarias no Brasil colonial em construção⁹. A partir do que já foi levantado, Alveal aponta para a complexidade do sistema sesmarial (2009). Para requerer a sesmaria, o pretendente deveria demonstrar possuir os meios para cultivar ou aproveitar a terra, definindo seus limites (de início, os limites eram marcos naturais e, posteriormente, passaram a referenciar outras sesmarias já estabelecidas) (ALVEAL, 2009). Em seguida, deveria haver uma inspeção de um representante do poder central, que avaliaria a área e a capacidade do requerente em realizar “o aproveitamento obrigatório”, já que “o sistema sesmarial deveria reverter em proveitos para a fazenda real” (ALVEAL, 2009, p. 4). Esta inspeção, entretanto, não ocorria e sua obrigatoriedade foi relevada, na medida em que

⁷A historiadora Carmen Alveal aponta para outras hipóteses. Dentre as justificativas apresentadas pelos requerentes em seus pedidos de concessão de sesmaria, que encontrou “desde uma jovem que solicita sesmaria para que sirva de dote, como a mais comum que era o requerente ter cabedal suficiente para aproveitar uma terra, tendo bois e cavalos, mas não tendo terra para cultivar. Dependendo da época, geralmente posterior a campanhas militares, muitas são as petições nas quais os solicitantes informam que serviram ao reino e a sua majestade, devendo, portanto, serem agraciados com alguma mercê na forma de sesmarias” (ALVEAL, 2009, P. 6-7).

⁸Infelizmente, até o fim da escrita deste trabalho, não tivemos acesso a sua tese de doutorado (ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Converting land into property in the Atlantic Portuguese world*. Tese (Doutorado em História), Johns Hopkins University. Baltimore, 2007), mas recorremos a outros artigos da autora.

⁹ Disponível online em <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em 9 de julho de 2020.

“qualquer aproveitamento era visto com bons olhos” para o processo colonizador (ALVEAL, 2009, p. 4).

A definição das condições para a concessão de sesmarias foi objeto de muitos atos normativos durante os três séculos em que vigorou tal regime de regulação da ocupação da terra. Dentre as obrigações encontrava-se a de promover o cultivo da terra, realizar a medição da área, seu registro em livro próprio, o pagamento de tributo e a confirmação, pelo rei, da concessão (ROCHA et al., 2015). Entretanto, importa considerar que neste largo período de três séculos, a ação e posição da Coroa em relação à ocupação territorial no Brasil Colônia não foi um continuum homogêneo, mas apresentou transformações ao longo do tempo. É possível apontar para, pelo menos, dois momentos diferenciados: um primeiro, em que todo e qualquer aproveitamento era considerado válido, para um segundo, já marcado pelo avanço do processo colonizador e a premência de uma ordenação sobre a ocupação de terra e sobre os conflitos daí advindos.

Só no final do século XVII o aumento da população e o surgimento dos primeiros conflitos pela posse da terra obrigaram o Poder Público a determinar que a legislação relativa ao tamanho máximo da área e a demarcação dos imóveis fossem respeitadas. (ROCHA et al., 2015, p. 67)

A questão do limite às extensões máximas surge apenas na virada para o século 18, 165 anos após o início da concessão de sesmarias no Brasil. Para compreender brevemente o contexto desse momento, recorremos ao livro *Brasil: Uma biografia*, das historiadoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. Para as autoras, é neste momento que se tem uma transformação importante da empresa colonial, com a descoberta do ouro.

Nas primeiras décadas do século 16, a empresa colonial foi marcada sobretudo pela comercialização de produtos encontrados nas novas possessões, como o pau-brasil (SCHWARCZ e STARLING, 2015). É a partir da década de 1530 que Portugal passou a investir para a produção de bens destinados ao mercado europeu, com a sedimentação de uma agricultura destinada à exportação e baseada no trabalho indígena escravizado e em grandes unidades produtivas – os latifúndios (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Ao lado da monocultura, havia o cultivo de gêneros para subsistência e a pecuária, indispensável aos engenhos, como meio de transporte e como alimento – uma “civilização do couro” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 70).

A escravização indígena perdurou até pelo menos o século 18, a despeito de incontáveis fugas, conflitos e resistências destas populações e do desestímulo da parte das ordens religiosas. Entretanto, já na virada do século 16 para o 17, com o crescimento da empresa do açúcar, tem início o tráfico atlântico de africanos escravizados para servirem de mão-de-obra especializada nos engenhos de açúcar (SCHWARCZ e STARLING, 2015). No século 17 a presença africana já será expressiva e os números seguirão aumentando. Com eles, também a resistência, os fugitivos em mocambos, as insurreições de cativos e a consolidação de comunidades camponesas quilombolas (GOMES e MACHADO, 2011).

Ao final do século 18, à civilização do açúcar veio a somar-se outra: a civilização do ouro. A obsessão pelo ouro durou quase dois séculos e o exemplo de Potosí, na América espanhola, inspirava a Coroa portuguesa na empreitada de penetrar o sertão (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Foi apenas após acordos com bandeirantes paulistas¹⁰ que as primeiras lavras encontradas foram noticiadas à metrópole, na década de 1690, nas regiões das atuais cidades de Ouro Preto e Diamantina (SCHWARCZ e STARLING, 2015). O processo foi tão intenso que na década de 1720 a capitania já se chamava Minas *Gerais*, o crescimento populacional foi vertiginoso e os povoamentos foram alçados à condição de vilas rapidamente (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Caminhos do litoral às minas foram abertos e às suas margens novas formas de ocupação territorial: diferentes personagens do mundo colonial “interrompiam a viagem, apossavam-se de lugares ermos e avançavam no devassamento do interior das Minas” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 141). Proliferaram quilombos nas proximidades das vilas mineradoras, estabelecendo intensas relações de comércio nestas regiões. A corrida do ouro dinamizou a empresa colonial e promoveu uma série de novas relações sociais e com o território em um processo de interiorização da Colônia. Representou, ainda, a única experiência de “colonização de base urbana na América portuguesa” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 151).

¹⁰ A Coroa prometeu-lhes direitos sobre a posse dos achados e a “administração” dos indígenas aprisionados nas expedições. As negociações e os acordos estabelecidos previamente com os bandeirantes paulistas foram motivo de conflitos, já que a Coroa sinalizava que não iria cumpri-los nem tampouco entregaria “a posse das regiões auríferas a seus descobridores” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 135). Os embates ficaram conhecidos como Guerra dos Emboabas e duraram dois anos, tendo em 1709, a Coroa concedido perdão aos expedicionários, mas encerrado suas pretensões de posse e poder político ao nomear portugueses para os postos administrativos (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Apesar de seu ciclo curto, de cerca de 60 anos entre início, auge e declínio, a sociedade engendradora a partir da mineração deixou suas marcas e fez parte de um processo mais centralizador da Coroa em relação à administração colonial (SCHWARCZ e STARLING, 2015). É de 1695, ou seja, cinco anos após as notícias de minérios em Ouro Preto e Diamantina, a primeira determinação de extensão máxima das sesmarias:

Somente em 1695 ficou estabelecido que em áreas de mineração as sesmarias deveriam ter meia légua quadrada e nas demais regiões as sesmarias teriam três léguas de comprimento e uma de largura. Estas limitações evidenciam a preocupação da coroa com os largos estratos de terra concedidos anteriormente e passava a controlar melhor as sesmarias concedidas. (ALVEAL, 2009, P. 4)

Em 1702, uma carta régia determinou a demarcação das terras das sesmarias (MOTTA, 2013), e outros marcos legais definiram um novo sistema para confirmação destas concessões. Segundo Alveal, passou a ser exigida a confirmação do título após cinco anos de cultivo:

[...] além da primeira petição feita pelo requerente ao governador ou ao capitão-mor, o mesmo, após receber a carta de concessão, deveria solicitar posteriormente a medição a ser realizada pelo provedor e, em seguida, fazer uma segunda petição agora dirigida ao rei e encaminhada ao Conselho Ultramarino solicitando a confirmação régia, após a sesmaria ter sido inspecionada pelo provedor da fazenda real, assegurando ao rei que a terra havia sido aproveitada. (ALVEAL, 2009, p. 4-5)

Segundo Motta, “é verossímil conjecturar que, até meados do século 18, as respostas da coroa estivessem pautadas por situações concretas, regionais, sem o intuito de estabelecer um ordenamento geral para todo o território” (MOTTA, 2013, s/p). A transição fica marcada pela proclamação de “ordens régias específicas acerca do regime sesmarial” (ALVEAL, 2009, p. 4) que, conforme acima exposto, trouxeram transformações no que tange os limites à extensão das áreas, a necessidade da sua demarcação, a exigência da realização do procedimento específico de confirmação após a inspeção.

A complexidade do sistema das sesmarias aumentou, passando a ser necessário obter duas concessões, uma primária e uma secundária (ALVEAL, 2009). Enquanto as primeiras concessões eram realizadas aqui, as segundas deveriam ser confirmadas pela Coroa e registradas em Lisboa (ALVEAL, 2009). Sabe-se, porém que “grande parte das sesmarias concedidas na América portuguesa não foram jamais confirmadas em Lisboa e não seguiram

os preceitos completos da lei relativas à demarcação e à confirmação”¹¹, “já que a burocracia envolvida contribuía para o não cumprimento da legislação” (ALVEAL, 2009, p. 5).

Dentre a série de atos normativos que buscaram organizar a ocupação territorial no Brasil, está este, já de meados do século 18:

Em 1753, no contexto das reformas pombalinas, foi promulgada nova provisão. Foram revalidadas as datas dos sesmeiros que as houvessem cultivado, excluídas as terras em arrendamento ou aforamento. Os sesmeiros podiam solicitar novas datas de terras incultas e despovoadas, desde que não excedessem três léguas de comprimento e uma de largo. Por conseguinte, a provisão reinaugurou os princípios da lei de sesmarias, ao reconhecer o domínio dos sesmeiros apenas sobre as áreas efetivamente cultivadas, e não sobre aquelas trabalhadas por terceiros. Ela impôs um limite máximo para a concessão de terras e determinou que as terras concedidas por sesmarias em que houvesse colonos cultivando o solo e pagando foro aos sesmeiros deveriam ser dadas aos reais cultivadores. (MOTTA, 2013, s/p)

Esta provisão é interessante por alguns motivos. O primeiro reside na retomada da questão do aproveitamento da terra com o avanço do processo colonizador: as sesmarias deveriam, afinal, produzir. Ademais, a norma aponta para outro dado importante: o reconhecimento do domínio da terra a quem efetivamente a cultiva, aquele que detém sua posse. Embora não conheçamos os seus efeitos, a mera intenção contida na provisão de endereçar este problema é importante. Ela enuncia uma realidade distinta da que se poderia supor a partir de uma leitura simples da periodização quadripartite dos regimes de apropriação territorial no Brasil. Existiu, em paralelo ao sistema sesmarial, a vigência de uma certa legitimidade da posse.

Na medida em que ocorria a interiorização no território, a ocupação territorial complexificava-se e o “processo de apossamento corroía o que restava do sistema de sesmarias, tornando-se uma prática recorrente” (MOTTA, 1996, p.155). A ocupação de terra deu-se, portanto, para além dos parâmetros formais requeridos e de seu instituto principal, a sesmaria. Como toda lei diz mais da vontade de quem a promulga do que da realização, de fato, de seu mandamento, muitas das obrigações determinadas ao longo do período colonial não foram cumpridas. Em uma análise breve da relação entre o sistema jurídico da sesmaria e a sua efetividade na regulação da ocupação, Rocha coloca que

¹¹ A Plataforma PSILB havia reunido em 2009 todas as sesmarias confirmadas em Lisboa até 1777. Restava agregar documentos do período de 1777 a 1822. Em relação às capitanias de Rio Grande, Paraíba e Ceará, a relação entre concessões primárias e secundárias é de 3 para 1. Ou seja, apenas um terço das concessões foram confirmadas pelo rei (ALVEAL, 2009).

Durante o período colonial coexistiram diferentes formas de apropriação da terra: ao lado das propriedades (sesmarias confirmadas) expandiram-se as posses ilegítimas: sesmarias caídas em comisso pelo não cumprimento das cláusulas resolutivas e posses estabelecidas em terras públicas [terras da Coroa] sem nenhum consentimento formal por parte do Estado e, conseqüentemente, à revelia do ordenamento jurídico vigente. A posse surgiu como um costume social totalmente contrário à lei. (ROCHA et al, 2015, p. 67)

Surgido como um “costume social totalmente contrário à lei”, conforme referido acima, mas não por isso menos importante na conformação da ocupação e da estrutura fundiária brasileira, a posse e os posseiros serão importantes elementos ao longo desta história do direito agrário e da ocupação territorial. A posse, conforme estudos de Márcia Motta, era definida à época como “o gozo de alguma coisa “com o direito de propriedade ou outro”” (MOTTA, 2015, s/p) e poderia tanto “significar uma ação legítima, tendo como base a realização de cultivos, a antiguidade ou a edificação de benfeitorias, como poderia ser identificada como uma ação de má fé, quando os atos possessórios tinham sido feitos em terras pretensamente privativas de outrem” (MOTTA, 2015, s/p). Assim, embora houvesse “aceitação jurídica”, e fosse um “mecanismo recorrente no processo de ocupação e legitimação do acesso à terra em áreas coloniais”, a posse “também podia ser objeto de intensas querelas” já que a sesmaria era o único meio legal de aquisição de terra no Brasil (MOTTA, 2015, s/p).

É neste contexto que é promulgada aquela que Motta considera “a mais importante legislação sobre sesmarias na América Portuguesa”, já na virada para o século 19 (2013, s/p):

O alvará, promulgado em 3 de maio de 1795, foi o resultado da consulta ao Conselho Ultramarino a respeito das irregularidades e desordens em relação ao regimento de sesmarias no Brasil. Seus inúmeros artigos buscaram pôr fim aos conflitos pela posse da terra no Brasil, esquadriando as normas de concessão e reatualizando princípios já enunciados nas legislações anteriores. Suspenso no ano seguinte, o alvará revelou-nos, no entanto, que a coroa portuguesa estava ciente das querelas envolvendo o processo de concessão e as dificuldades inerentes à aplicabilidade da lei num contexto colonial. Ele ainda nos mostra que a coroa portuguesa buscou chamar para si a responsabilidade de concessão de um título de propriedade considerado legítimo. (MOTTA, 2013, s/p)

Este alvará de 1795 apontava para “a necessidade de elaborar um regimento próprio, capaz de obrigar a regularização e demarcação das sesmarias”, já que eram tantas “as irregularidades e desordens na doação de sesmarias no Brasil” (MOTTA, 1996, p. 157). Com esta legislação vamos nos aproximando da virada para o século 19: caos normativo, baixa efetividade das normas que regulavam as sesmarias (justificada em parte pela dificuldade própria da burocracia), ocupação colonial da terra operando de distintas formas, disputas pelo

acesso e domínio dos lotes. E o premente desafio da regulação da questão agrária pelo governo central.

A sesmária não foi o único instituto a regular a ocupação de terra do Brasil colonial, durante tão longo período, nem é capaz de, isoladamente, dar conta da complexidade da estrutura fundiária brasileira que se conformou desde então – e segue em disputa. Defini-la, ainda que superficialmente, é importante para que possa se discutir as implicações deste instituto já nos Oitocentos, quando têm lugar, com mais força, os debates acerca da regulação da apropriação territorial no Brasil. Embora o regime sesmarial tenha vigorado por trezentos anos, vimos que ele apresentou transformações ao longo do tempo. Além disso, se partirmos apenas da divisão quadripartite da doutrina do direito agrário de Rocha (et al., 2015), perdemos um importante elemento, já apontado e que será retomado adiante: durante este período vigorou, paralelamente ou à revelia das normativas, um sistema de posse.

Marco importante é o ano de 1808, quando a família real portuguesa se translada para o Brasil e torna o Rio de Janeiro a sede de todo o Império português, processo cunhado por Dias de interiorização da metrópole¹² (DIAS, 2005). Estas primeiras décadas do século 19 e a presença da família real no Brasil, agora sede de todo o Império português, representaram mudanças em relação à ocupação territorial e ao projeto de colonização do Brasil.

Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portuguesas preocupações próprias de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar ‘os enormes recursos naturais’ e as potencialidades do Império nascente, tendo em vista o fomento do bem-estar da própria população local. (DIAS, 2005, p. 33-34)

Neste momento, houve “mais um esforço da Coroa para retomar a condução da política de terra” e em “1809, o Príncipe Regente determinou em um Alvará as regras a serem seguidas para a confirmação de sesmarias”, dizendo que “era preciso ‘remediar o abuso de se confirmarem as Sesmarias sem proceder a necessária medição, contra expressa decisão do

¹² A vinda da família real provocou uma série de mudanças, desde a abertura dos portos brasileiros à inauguração de instituições da máquina administrativa na nova sede (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Para além da Mesa do Desembargo do Paço, mencionado acima, são também criados neste período o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, o Arquivo Militar, a Academia Militar, o Horto Botânico, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Real Biblioteca, o Museu Real: medidas administrativas e “civilizatórias”, para dar ao Rio de Janeiro corpo de sede imperial (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Decreto de 20 de outubro de 1753 e muitas ordens minhas” (MOTTA, 1996, p. 159). Reforçava-se, portanto, a tentativa da Coroa de controlar o processo de ocupação, mas também de sopesar o poder dos sesmeiros e tentar mostrar-se como o real fiador e mediador necessário para o reconhecimento do direito sobre a terra.

Em 1822 temos um marco legal que alça o sistema da posse a um novo patamar. Tal mudança se deu pela via judicial, a partir da demanda de um particular à Mesa do Desembargo do Paço¹³, cuja decisão foi publicada na Resolução n. 76:

Foi ouvida a Mesa do Desembargo do Paço sobre o requerimento em que Manoel José dos Reis pede ser Conservado na posse das terras em que vive há mais de 20 anos com a sua numerosa família de filhos e netos, não sendo jamais as ditas terras compreendidas na medição de algumas sesmarias que se tenha concedido posteriormente.

Responde o Procurador da Coroa e Fazenda: Não é competente este meio. Deve portanto instaurar o suplicante novo requerimento pedindo por sesmaria as terras de que trata, e de que se acha de posse; e assim se deve consultar.

Parece à Mesa o mesmo que ao Desembargador Procurador da Coroa e Fazenda, com quem se conforma. Mas V. A. Real Resolverá o que houver por bem. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1822.

Resolução

Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado e suspendam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa. (Mesa do Desembargo do Paço. Resolução n. 76 de 17 de julho de 1822).

A concessão de sesmarias foi então suspensa e a posse reconhecida como forma legal. Para Rocha, esta foi uma resposta a pressões de setores insatisfeitos com o regime das sesmarias e representou uma mudança substancial. Se até então “o sesmeiro antes recebia o título para depois receber a terra e ser obrigado a explorá-la [...] começou a vigorar o sistema de posse, no qual o posseiro explorava e beneficiava a terra e só posteriormente a legalizava” (et al., 2015, p. 68). A posse tornou-se forma lícita e meio apropriado para promover o reconhecimento do direito à terra. Tal sistema, na divisão quadripartite da doutrina do direito agrário aqui comentada (ROCHA et al., 2015) vigorará por menos de trinta anos, mas aponta para reconhecimento da posse como costume social e para a existência de um debate público sobre como organizar o direito à propriedade que se estenderá ao longo do Brasil Império, produzindo efeitos para além destes trinta anos.

¹³ A Mesa do Desembargo do Paço era, de acordo com verbete do Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial do Arquivo Nacional, o “órgão superior da administração judiciária que se instalou no Brasil com a vinda da corte portuguesa” (CABRAL, 2011, s/p)

A Resolução n. 76 de 1822, que suspendeu o regime de concessão de sesmarias, foi precedida por outras decisões que asseguraram na posse pessoas sem carta de sesmaria, como o caso de “posseiros de Pernambuco que solicitavam ser conservados em suas terras, pois haviam sido de lá expulsos em razão das sesmarias ali concedidas posteriormente”, ao que a Coroa atendeu em 1821 (MOTTA, 1996, p. 159). Em 1822, em momento anterior ainda à Resolução, houve uma postura similar da Coroa reconhecendo o direito de posseiros de uma vila do Ceará, que se viram prejudicados com a medição e demarcação de uma sesmaria que fora dada incluindo suas terras de cultivo, posteriormente excluídas da demarcação (MOTTA, 1996).

A suspensão das sesmarias foi considerada à época uma insurreição contra a Coroa e a forma de concessão de terras que operava até então, condicional, a amigos do rei e entendida como um privilégio (SECRETO, 2007). A suspensão aponta para o processo de descrédito por que passava o instituto, neste momento anterior à Independência, e indica um processo de transformação mais amplo, em que ruía não só esta forma de acesso à terra e concepção de propriedade, mas o próprio sistema colonial perdia legitimidade¹⁴ (SECRETO, 2007). A Resolução n. 76, anterior à Independência (1822) por cerca de dois meses, suspendeu a concessão de sesmarias até que houvesse a instauração de uma assembleia constituinte e uma legislação nova sobre a ocupação territorial. Ocorre que a Constituição de 1824, a vigorar no Brasil independente, pouco tratou do assunto. Em seu artigo 179, §22 está o direito de propriedade como garantia constitucional, mas não foram previstas as formas de acesso à propriedade imóvel, rural, não alterando em nada o quadro de legitimidade jurídica da posse como forma de aquisição da propriedade (ROCHA et al., 2015). A principal mudança em termos formais e territoriais foi que as terras brasileiras deixavam de ser patrimônio da Coroa, do rei, e passavam a compor o patrimônio público do Brasil (SECRETO, 2007).

O fim do sistema de sesmarias, em 1822 – no mesmo ano da independência política do país – atendeu aos interesses daqueles que viam, no sistema, as razões da miséria e do atraso da agricultura do país. [...] O fim do sistema de sesmaria consagrou, na prática, a importância social da figura do posseiro [...]. Além disso, o fim do sistema

¹⁴ Ressalte-se que a perda de legitimidade do sistema colonial foi um processo, não sendo o marco de 1822 o que melhor representa uma ruptura. A primeira metade do século 19 é compreendida pela historiografia a partir da noção de que houve um processo de transição da colônia para o Império marcado pela continuidade, e não por um movimento nacionalista ou revolucionário de luta contra a metrópole (DIAS, 2005). Assim, o processo de separação política em relação à Portugal (em 1822) não coincidiu com a consolidação de uma ideia de nação brasileira, cuja unidade nacional vai surgir apenas em meados do século 19 (nas décadas de 1840 e 1850) e do qual trataremos adiante (DIAS, 2005).

significou também, o reconhecimento da importância do cultivo para a legitimação de uma ocupação. Em detrimento, portanto, da importância do título. Contudo, terminara o instituto jurídico da sesmaria, e não a categoria social dos sesmeiros. Como grandes fazendeiros, *senhores e possuidores* de grandes extensões de terras, esses homens não seriam derrotados por uma nova política de terras do nascente Império. (MOTTA, 1996, p. 160-162)

Este momento de transição entre o fim do regime de sesmarias e a ausência de uma legislação agrária nova capaz de dar conta dos conflitos e da regulação da ocupação territorial será marcado pela ascensão da figura do posseiro, mas também pela permanência da figura do sesmeiro. Ao fim e ao cabo, fazendeiros¹⁵, dada a importância do prévio cultivo e da capacidade de se exercer o domínio sobre determinada parcela de terra a ponto de poder reclamá-la (à força, ou à Corte, à justiça local) em caso de ameaça. A categoria de “posseiros” é bastante plural, podendo incluir diferentes agentes sociais de espectros muito distintos da sociedade rural à época. Entretanto, como se verá a seguir, são apenas algumas classes de posseiros que conseguem fazer valer seu direito à terra e a garantia da sua posse.

1.2 A apropriação colonial da terra e a disputa entre as posses

Para ilustrar esse momento de “período áureo da posse”, recorreremos a pesquisas com enfoque na Província do Rio de Janeiro na transição do século 18 ao 19. Veremos como a apropriação territorial – o domínio das terras para delas tirar proveito econômico com a expropriação dos povos originários e o estabelecimento da empresa colonial –, se fará a partir de atos da Coroa em conjunto com particulares, em um processo cada vez mais complexo de violência e disputas.

A ocupação dos sertões do Rio de Janeiro se deu em diferentes ritmos e formas, num processo contínuo mesmo após a Independência (MACHADO, 2019). A colonização foi essencialmente litorânea até o final do século 17, quando a descoberta e exploração do ouro na região das Minas criou rotas entre as regiões e inaugurou novas formas de ocupação, como

¹⁵ Cabe aqui uma observação, com a colaboração de José de Souza Martins (2010): “‘fazenda’ significava o conjunto dos bens [...]. Fazendeiro significava, aliás, desde o século XVII, pelo menos, o homem que administra a riqueza, mesmo não sendo o proprietário dela [...] Somente há pouco mais de um século é que a palavra fazendeiro perdeu sua antiga conotação para significar estritamente o proprietário de terra, não raro o latifundiário” (MARTINS, 2010, p. 45-46). É a este último sentido que nos referiremos quando utilizarmos a expressão.

lugares de pouso e abastecimento (MACHADO, 2019; MOTTA, 1996; SCHWARCZ e STARLING, 2015).

No que considera a abertura de uma etapa diferente da exploração territorial, com “contornos das novas dinâmicas capitalistas” e um investimento na agricultura das posses coloniais, Machado coloca que o final do século 18 ficará marcado por políticas de expansão e aproveitamento da terra na região fluminense (MACHADO, 2019, 251). Lembremos que é este o momento em que os atos normativos em relação à sesmaria adquirem maior complexidade, com o estabelecimento de limites às extensões e a retomada do critério do cultivo para sua validação. Um elemento destacado por Machado neste processo de expansão colonial aos sertões fluminenses foi o do particular desenvolvimento de uma política indigenista para a região, relacionando questões indígenas e de terras de maneira direta (2019).

Se, por um lado, interessava à Coroa que os caminhos entre as Minas e o Rio de Janeiro fossem povoados por indígenas, por representarem uma barreira hostil e um obstáculo a mais para evitar o contrabando, por outro, passou haver interesse na consolidação de uma produção agrícola voltada à exportação (MACHADO, 2012, 2019). Neste processo de ocupação, os agentes sociais eram grandes fazendeiros, de um lado, e grupos indígenas, de outro; os conflitos entre ambos se tornaram tema recorrente das diretrizes do governo, não raras as menções às dificuldades que indígenas impunham à expansão agrícola (MACHADO, 2012).

É uma mudança de postura da Coroa em relação à região:

A presença indígena seria um obstáculo a mais, ajudando a evitar o contrabando de riquezas das minas. Assim, os grupos indígenas eram tidos como uma barreira natural por conta da ameaça que representavam, ajudando no controle régio. Seriam “terras proibidas”, áreas não ocupadas circunvizinhas aos distritos da mineração. [...] Agentes do governo português lidaram com as terras entre as minas e a costa como terras de ninguém, habitadas por nativos [...]. Oficialmente, reconhecia-se, nestes grupos de nativos e nos “perigos” que estes representavam, uma arma para conter os contrabandistas. Por esse raciocínio, pode-se compreender as dificuldades impostas pela Coroa portuguesa em conceder licenças para a abertura de estradas, visto que, por trás, havia o interesse em manter os sertões como “terras proibidas”.

Ainda assim, iniciava-se um movimento para as terras até então não desbravadas pela colonização lusa. Um processo pensado, no qual particulares e governo aliaram forças e interesses em prol do que, aqui, é reconhecido como a abertura da fronteira na Capitania do Rio de Janeiro. (MACHADO, 2012, p. 66)

Assim, com o novo interesse colonial de estabelecer latifúndios para produção de gêneros voltados à exportação, surgirão políticas da Coroa voltadas à administração de povos indígenas da região, em especial parceria com fazendeiros e diretamente relacionadas aos intentos de aproveitamento daquelas terras (MACHADO, 2019).

Para isso, os interessados promoveram uma aliança, sendo, então, os movimentos na fronteira do Rio de Janeiro compartilhados e empreendidos por governantes e particulares. A análise da correspondência oficial do período em questão revela a intenção de buscar uma solução para os conflitos com os grupos indígenas. A documentação da época reconhece a presença indígena, mas, muitas vezes, a ideia das terras livres é usada como chave interpretativa para compreender a ocupação dos sertões. Que as terras eram ocupadas por grupos indígenas, é uma realidade reconhecida e registrada pela documentação produzida tanto pelo governo quanto pelos particulares. No entanto, esses mesmos grupos que encontravam os povos nativos em seu movimento de conquista das terras ignoravam sua presença efetiva e insistiam em assumir as terras como opção para seu desenvolvimento, encarando-as como livres e os ocupantes nativos, como um problema a ser solucionado. (MACHADO, 2012, p. 71).

A autora se debruça sobre o processo de criação de um aldeamento indígena, o Aldeamento de Valença, localizado próximos as atuais cidades de Valença, Vassouras e Pati dos Alferes, na região do médio vale do Paraíba (MACHADO, 2019). Se noutras regiões do Brasil o protagonismo na criação dos aldeamentos era das ordens religiosas, em especial dos jesuítas, em Valença a administração dos aldeamentos esteve relacionada a agentes leigos, fazendeiros (MACHADO, 2019).

A política de aldeamentos indígenas foi encarada como uma solução para que os grupos indígenas não “ameaçassem” os colonizadores, além de serem submetidos a um projeto de catequização e educação nos moldes dos colonizadores. Originalmente, os aldeamentos foram uma prática colonial desenvolvida principalmente pelos padres jesuítas, mas o modelo adentrou os séculos seguintes, sendo base da política indigenista do século XIX. (MACHADO, 2012, p. 70)

O aldeamento dos grupos indígenas vinha sendo uma prática contínua desde o início da colonização. Em função dos diferentes momentos e processos vividos, assumiram características específicas; na passagem do século XVIII para o XIX, serviam, dentre outras funções, como fornecedores de mão de obra, tal como previsto no Diretório Pombalino. Assim, ao promover o aldeamento pretendia-se, de forma oficial, garantir o sossego e a segurança da área, mas também havia interesse no trabalho dos grupos indígenas aldeados. (MACHADO, 2012, p. 167)

A aproximação de colonos e indígenas na região de Valença tem início na década de 1780, com o papel proeminente de um fazendeiro que assumiu perante a Coroa a responsabilidade sobre a “solução da questão indígena” (MACHADO, 2019, p. 251). Em 1801 foi prometida a concessão de uma sesmaria e fundado um aldeamento, que consistiu basicamente na circunscrição de um lote de terra para estes indígenas, sob a administração do

fazendeiro, sobretudo para controle e disponibilidade de mão-de-obra às fazendas região (MACHADO, 2019). A demarcação e medição das terras desta sesmária do Aldeamento não ocorreram, e eram diversos os avanços a seus limites por fazendeiros, que motivaram diferentes pleitos dos indígenas aldeados à Coroa nas primeiras décadas do século 19 (MACHADO, 2019). Ao longo deste século ocorreu o desenvolvimento da produção de café e a consolidação da região como grande produtora do gênero, um processo que aprofundou a ocupação colonial da área (MACHADO, 2012). A ausência de documento oficial de concessão de sesmária agravava a situação e as investidas expansionistas de fazendeiros motivaram estes requerimentos, feitos em nome dos aldeados indígenas, para que fosse reconhecido o direito à terra ao Aldeamento (MACHADO, 2012). Entre idas e vindas, em que os aldeados obtiveram sucesso em algumas provisões, o desfecho final foi em 1823, quando Dom Pedro I decidiu pela criação de uma vila onde estava localizado o aldeamento, ignorando os vinte anos do aldeamento e todas as normativas anteriores favoráveis ao seu estabelecimento definitivo (MACHADO, 2012).

Este é um caso específico de aldeamento, já no século 19, administrado por fazendeiros e no coração de uma região onde cresceu vertiginosamente a produção agrícola de gêneros voltados à exportação, a partir de latifúndios e mão-de-obra escravizada. O reconhecimento da sesmária do Aldeamento, neste caso, foi obliterado em favor de fazendeiros e da atividade econômica da região, num processo em que de presença hostil e mão-de-obra, os aldeados indígenas já não representavam ameaça nem interesse à Coroa. De toda forma, cumpre apontar que

Os debates sobre a legitimidade do direito indígena às terras perpassaram os anos coloniais, chegando ao início do século XIX, ainda em aberto, sem grandes certezas ou definições. Há que se reconhecer a existência, ainda nos anos da passagem do século XVIII para o XIX, de diferentes possibilidades para tais grupos obterem seu direito à terra. Em geral, todas estão calcadas em uma submissão ou adesão à política de aldeamentos empreendida pelo governo de Portugal. Percebidos como povos sem “civilização”, desenvolvimento ou possibilidade de organização, permaneciam sob a condição de tutelados, reunidos em aldeamentos, geralmente sob os cuidados de religiosos. Reconhece-se aqui as reduções indígenas como um espaço de convívio, [...] de recriação de identidades, considerando a atuação real dos grupos indígenas. (MACHADO, 2012, p. 196)

Desloquemo-nos agora à outra vila do vale do Paraíba, Paraíba do Sul, Província do Rio de Janeiro. A região também foi ocupada com mais intensidade quando houve a abertura do Caminho Novo, em meados do século 17, que conectou a Província do Rio de Janeiro à região das Minas (MOTTA, 1996). A partir da estrada, aumentaram os pedidos de concessão de sesmarias, tendo sido um certo Garcia agraciado, em 1711, por uma grande parcela de terras

onde deveria ser constituída uma vila (MOTTA, 1996). Já no século 19, em 1836, o que era um povoamento incipiente se tornara vila e as maiores fazendas dedicavam-se à produção de café e açúcar (MOTTA, 1996).

A complexidade do processo de ocupação colonial do sertão fluminense no momento da expansão do cultivo do café no século 19 e “ausência de uma legislação unificada e reguladora do acesso à terra” resultou em uma relação conflituosa de poder entre *senhores de terras* e/ou entre os que desejavam se constituir como tais” (MOTTA, 1996, p. 39). Tornaram-se grande motivo de tensão à época a questão dos limites entre as terras dos descendentes do sesmeiro com outros fazendeiros. Fazendeiros que disputavam por suas fronteiras traziam seguidas afirmações de que porque não havia sido feita a medição, a sesmaria herdada de Garcia não seria legítima, mesmo que cultivada (MOTTA, 1996). De fato, pelo menos desde 1795 era mandatória a medição, e o alvará que a estabeleceu determinou sua eficácia retroativa. Em relatório datado de 1840, do Presidente da Província do Rio de Janeiro constou que

O estado de incerteza e confusão em que está a principal propriedade, isto é, a propriedade territorial, não concorre menos para originar um sem número de violências, de pleitos, de desforras, de represálias e de questões, muitas vezes decididas por vias de fato, que se procura desculpar ou com a parcialidade dos juízes do lugar, muitas vezes criaturas de um dos contendores, ou com a sua ignorância, ou com a morosidade, dispêndio e incerteza dos meios judiciais (apud MOTTA, 1996, p. 46, grifo nosso).

Para a historiadora, sesmeiros se recusavam a cumprir as exigências da Coroa por representarem estas uma ameaça ou restrição ao seu poder (1996). Tampouco grandes posseiros viam na demarcação e medição de suas terras uma possibilidade que lhes poderia ser benéfica. Isto porque, segundo a autora, “Ser *senhor de terras* significava, antes de mais nada, ser senhor – e era sobretudo este domínio senhorial que não podia ser medido ou limitado” (MOTTA, 1996, p. 38).

Para os fazendeiros, ser *senhor e possuidor* de terras implicava a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários). Implicava ser reconhecido pelos seus vizinhos como um confrontante. E relacionava-se também à possibilidade de expandir suas terras para além das fronteiras originais, ocupando terras devolutas ou apossando-se de áreas antes ocupadas por outrem. (MOTTA, 1996, p. 37)

Motta (1996) aprofunda sua compreensão sobre este contexto ao se debruçar sobre litígios judiciais cíveis em Paraíba do Sul, mais especificamente processos de embargo e processos de

medição de terras. Nestes processos cíveis, participaram pessoas livres e majoritariamente brancas¹⁶ (MOTTA, 1996).

Em uma série de processos judiciais cíveis figuraram fazendeiros que disputavam o pioneirismo na ocupação da terra. Nestes casos, o mais comum era ocorrer a desistência da ação e a conformação de acordos entre as partes, embora tenha havido assassinatos (MOTTA, 1996). Houve também litígios entre senhores de terras e pequenos posseiros. No geral, senhores de terras ajuizavam embargos¹⁷ contra o que alegavam ser atos possessórios ilegítimos em seus domínios, e requeriam a destruição de roçados e cultivos de subsistência (MOTTA, 1996). A grande maioria destes senhores de terras não possuía documento para a prova da propriedade, o que não os impedia de se considerarem proprietários (MOTTA, 1996). Na ausência de documentos, privilegiava-se a prova oral testemunhal, e os processos eram palcos de verdadeiras disputas¹⁸. Agregados de fazendas eram chamados a testemunhar, ora em apoio ao seu senhor, ora para corroborar o alegado pelos réus pequenos posseiros (MOTTA, 1996). A instrução processual atraía, inclusive, outros fazendeiros estranhos ao processo que, ora apoiando um ou outro pequeno posseiro, aproveitavam o litígio para ver o domínio de seu par reduzido¹⁹ (MOTTA, 1996).

Esta mobilização de pessoas livres e despossuídas a testemunharem criava, para Motta (1996), uma atmosfera de questionamento do direito de *senhores de terras*. No geral, os processos de fazendeiros contra pequenos posseiros colocavam em debate a existência ou não

¹⁶ Em um universo de cerca de 5220 pessoas livres em Paraíba do Sul (1840), 920 estiveram presentes ao menos uma vez nos processos analisados por Motta entre 1834 e 1856 (1996). Foram 134 testemunhas: 66,4% brancas, 28,46% pardas, 3% pretas e 2,2% não informaram. (MOTTA, 1996)

¹⁷ O processo de embargo era uma ação sumária: o autor apresentava o requerimento de embargo de atos possessórios realizados pela parte ré; o juízo lavrava o auto de embargo e, assim, procedia à destruição dos atos possessórios feitos pelo réu (plantações, benfeitorias); apenas após a destruição ocorria a instrução processual, com oitiva de testemunhas e a decisão pela confirmação ou não do embargo (MOTTA, 1996).

¹⁸ A ausência de legislação própria implicou na reiterada utilização dos pressupostos das Ordenações Filipinas e num importante papel outorgado às testemunhas, vistas como meio privilegiado para a comprovação e reconhecimento do direito sobre a terra num cenário em que eram poucos os detentores de documentos que confirmassem a posse sobre as áreas ocupadas (MOTTA, 1996). Segundo Motta, as “Ordenações Filipinas foram compiladas e promulgadas em 1603. Nas questões civis, o Brasil, mesmo após a Independência regeu-se pelas Ordenações”, até a publicação do Código Civil em 1917 (1996, p. 121). Houve uma primeira tentativa de elaboração de um Código Civil brasileiro em 1859, mas o projeto não avançou (MOTTA, 1996).

¹⁹ Num caso específico entre Correia Abrahão, senhor de uma parcela de uma antiga sesmária, e Manoel Pedro, polo passivo da demanda junto a outros pequenos posseiros, um terceiro fazendeiro, Santos Silva, corroborou as afirmações dos lavradores-posseiros para assegurá-los na posse, sendo que anos antes havia sido ele o autor de ação similar de embargo contra os mesmos réus, Manoel Pedro e seus companheiros (MOTTA, 1996). Assim, criavam-se “obstáculos à expansão de um outro fazendeiro” e, quem sabe, a conquista de novos membros a sua “rede de dependentes [...] fortalecendo seu prestígio junto à comunidade” (MOTTA, 1996, p. 57).

de “matas virgens”²⁰, a realização ou não de atos possessórios e, por fim, o costume social da posse e como qualificá-lo. O cerne da questão costumava ser o embate entre a contemporaneidade do cultivo feito pelos réus e a antiguidade de ocupação do fazendeiro. Confrontavam-se, portanto, dois pilares que sustentavam o direito à posse: a posse mansa e pacífica *versus* a cultura efetiva e morada habitual (MOTTA, 1996). Muitas vezes, não era possível ao fazendeiro negar que o réu era um posseiro, e este encaminhava o debate para a qualificação da parte adversária como invasora:

Assim, por exemplo, nos processos de embargo, eram recorrentes afirmações de que o pequeno posseiro era um invasor, um intruso das terras de outrem. No caso daqueles que eram agregados ou arrendatários dos autores, era comum também a afirmação de que não havia sido dado consentimento para o ato possessório praticado pelo réu. Em ambos os casos, a derrubada de matas virgens, o cultivo de cereais e/ou a construção de uma pequena casa – atos possessórios comprovadores do apossamento – eram relegados a um segundo plano, pois eles haviam sido feitos contra a própria noção da posse de boa fé, aquela que é feita *mansa e pacificamente*, ou seja, sem turbulência ou contestação de terceiros (MOTTA, 1996, p. 127)

Ora, enquanto os processos de embargos entre fazendeiros pareceriam “servir muito mais como ameaça [...] do que propriamente um desejo efetivo de indispor-se judicialmente e ir até o fim contra um dos seus pares”, mostrando-se curtos, inconclusivos, sem apresentação de testemunhas (MOTTA, 1996, p. 93), nos processos envolvendo pequenos posseiros, “o direito à terra – o direito destas categoriais sociais de ocupar terras devolutas – foi sendo dificultado e impedido pela ação de fazendeiros que forjavam [...] a inexistência de matas virgens, incorporando-as às suas grandes glebas rurais” (MOTTA, 1996, p. 94). Estas “matas virgens” eram como fronteiras abertas, e ao senhor e possuidor de terras cabia evitar que fossem ocupadas por estes despossuídos, pequenos lavradores agregados ou não à sua fazenda (MOTTA, 1996). Nos embargos, estes eram tratados como possuidores de má fé, invasores, intrusos e/ou ingratos, no caso de serem moradores ou agregados às fazendas (MOTTA, 1996).

Assim, se a existência de “matas virgens” e fronteiras abertas e em disputa poderia sugerir a despossuídos a possibilidade de apossar-se das terras, a interpelação de algum fazendeiro que buscaria demonstrar-se senhor daquelas terras não cultivadas era bastante possível e difícil de ser vencida em juízo²¹. Em muitos casos, embora o fazendeiro não tivesse provado nada nos

²⁰ “Matas virgens”, aqui e adiante, do ponto de vista colonial: ignorando-se sua ocupação por povos originários.

²¹ A estratégia de defesa dos pequenos posseiros foi, muitas vezes, a argumentação de ilegalidade dos processos ou de irregularidades, que ora anulavam ou atrasavam o desfecho judicial do embargo. São exemplos a alegação de que a esposa do réu não fora citada, o que era expressamente previsto nas Ordenações; ou que a oportunidade de audiência e de conciliação entre as partes, com a suspensão do processo, fora negada pelo juízo; ou, ainda, que

autos sobre “ter posse no lugar”, tampouco título de domínio, ainda assim saia vitorioso (MOTTA, 1996). Sobre a resolução de um desses casos, Motta conclui: “Ao fim e ao cabo, a justiça tornara-se palco da ação dos fazendeiros, travestidos de juízes e lutando para impedir o acesso à terra pelos pequenos posseiros” (1996, p. 66).

Sobre os personagens do poder judiciário à época, muitos dos fazendeiros tornavam-se eles mesmos juízes de paz, ou seja, juízes não profissionais, eleitos, e responsáveis por realizar conciliações em litígios possessórios de 1827 até 1841 (MOTTA, 1996). Fazendeiros ocuparam inclusive cargos de juízes profissionais, atuando por vezes como juízes municipais ou juízes de direito²². Os papéis desempenhados pelos fazendeiros no curso dos autos de embargo poderiam ser, portanto, muito além de parte autora: ora como juízes, ora como testemunhas ou fiadores podendo atuar em favor ou contra o interesse de seus pares (MOTTA, 1996). De toda forma, a partir da análise de um destes processos, Motta considera que

A decisão do juiz, após dois anos de efetiva ocupação de Manoel Pedro e seus companheiros, se por um lado expressou a vitória do fazendeiro, por outro demonstrou que ela não fora tranquila. A teia de relações pessoais para o reconhecimento de cada ocupação, denunciaria – tanto para fazendeiros, como para lavradores – a importância do papel das testemunhas na confirmação da veracidade de cada história. (MOTTA, 1996, p. 68)

Uma série de outros agentes sociais, intermediários entre fazendeiros e pequenos posseiros, também participavam do jogo de disputas pelo domínio da terra no judiciário (MOTTA, 1996). Se aos pequenos posseiros era improvável a vitória em face de fazendeiros, chance maior tinham os lavradores, personagens que já disfrutavam de algum reconhecimento social, ocupavam a terra há mais tempo, tinham acumulado algum recurso de suas plantações e podiam defender-se melhor na justiça (MOTTA, 1996). Motta também encontrou “filhos de agregados tornando-se lavradores e, aos poucos, sendo reconhecidos como importantes fazendeiros” (MOTTA, 1996, p. 116); “pequenos arrendatários de grande arrendatários [...] que

a ação de embargo não era o meio adequado para a resolução do conflito, que determinado juiz acionado não era o competente etc. (MOTTA, 1996).

²² As competências de cada cargo alteraram-se diversas vezes, mas pode-se apontar que eram três os cargos de juiz à época, sendo um deles leigo e eleito, o juiz de paz, e dois profissionais, o juiz municipal e o juiz de direito. Desde a Constituição de 1824, o judiciário era poder relativamente autônomo (NASCIMENTO, 2013). A primeira instância era composta pelo juiz de paz e pelo juiz de direito: o juiz de paz, com mandato eletivo e temporário, exercia a atribuição de conciliação; já o juiz de direito era efetivamente o julgador das causas cíveis e criminais, tendo mandato vitalício e nomeação pelo imperador (NASCIMENTO, 2013). O juiz municipal era votado pela Câmara de Vereadores e, depois, indicado pelo presidente da província para exercer o cargo por três anos (MOTTA, 1996). Após 1841, toda a competência dos litígios possessórios passou do juiz de paz ao juiz municipal, e a mesma pessoa poderia acumular os cargos de juiz municipal e juiz de direito (MOTTA, 1996).

buscavam garantir o seu direito a uma pequena parcela, utilizando-se, muitas vezes, das próprias imprecisões dos contratos de arrendamento” para assegurarem seus domínios e constituírem-se lavradores (MOTTA, 1996, p. 112 e p. 116). Todo este cenário evocado por Márcia Motta demonstra, sobretudo, a dinamicidade da sociedade rural de Paraíba do Sul, onde a “confusão de limites e a existência de matas virgens” abria margens para um intenso e imbricado jogo de forças e disputas por domínio e apropriação territorial (MOTTA, 1996, p. 117).

Alguns fazendeiros optaram por requerer a abertura de processos de medição, procedendo à demarcação de suas terras conforme os parâmetros legais. A abertura de um processo de medição, “longe de resolver as disputas por limites, poderia acirrá-los, transformando o encaminhamento da medição em mais uma arena de lutas [...]” (MOTTA, 1996, p. 136). Em um dos processos de medição analisados, a publicação do edital de que a medição ocorreria atraiu 40 pessoas para a audiência, que alegavam ser confrontantes da fazenda em medição (MOTTA, 1996). Ao requerimento destes interessados em verem sua posse reconhecida e excluída da medição daquela fazenda, o advogado do fazendeiro respondeu que tratavam-se de “simples posseiros, *não sendo pessoas habilitadas para impugnam a divisão*”: “*somente os confrontantes sesmeiros eram reconhecidos como tais*” (MOTTA, 1996, p. 139, grifo nosso). Estabelecia-se, nos autos, uma linha divisória entre classes de pessoas: aquelas aptas a apropriarem-se da terra e possuírem o título de domínio, e aquelas fadadas a deterem apenas a sua força de trabalho.

O historiador Flávio Gomes, em sua pesquisa *A hidra e os pântanos - Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)* (1997) trata sobre histórias de quilombolas em toda a América portuguesa. Na Província do Rio de Janeiro houve a existência endêmica de quilombos desde o século 17 (GOMES, 1997). Segundo o autor, as “principais áreas de formações de grupos de quilombolas [...] [eram]: Campos dos Goitacazes, Cabo Frio, Parati e as diversas áreas do recôncavo da Guanabara, destacando-se Macacu, Saquarema, Maricá, Santo Antônio de Sá, Magé, Iguaçu” (GOMES, 1997, p. 556), tendo havido quilombos também nas cercanias de Paraíba do Sul (GOMES, 1992). As comunidades buscavam terras devolutas próximas aos centros produtores ou de relevância econômica, situando-se em localidades com contato possível com engenhos, vilas, estradas (GOMES, 1997).

Em sua pesquisa sobre a região de Iguaçu, na Província do Rio de Janeiro, Gomes se debruça sobre documentação policial, entre uma série de outras fontes, para construir à

contrapelo a história de comunidades de fugitivos no século 19 (GOMES, s/d). A denominada baixada iguaçuana²³ teve, entre o final do século 18 até 1840, a população escravizada superior à livre: eram 7 mil dos 13 mil habitantes em fins do 18, chegando a compor 62% da população em 1840. A região era conectada à Corte por estradas e rios, e formada por uma planície de riachos e pântanos; tal formação geográfica, para Gomes, contribuiu para o desenvolvimento de quilombos (s/d).

Sendo uma das diversas formas de resistências, as comunidades de fugitivos poderiam ter diferentes conformações, entre protestos reivindicatórios mais pontuais, acampamentos itinerantes e uma economia de caráter predatória, em espaços de proteção urbanos, ou ainda consolidando comunidades camponesas duradouras (SCHWARCZ e GOMES, 2018). Dentre as negociações possíveis daqueles em situação de cativos, pode-se apontar para as demandas por áreas e tempo para roçados e produção própria de alimentos, que não apenas permitia a subsistência como poderia gerar excedentes para comércio (SCHWARCZ e GOMES, 2018).

No início do século 19, já se tinha notícias de uma série de quilombos no recôncavo da Guanabara, mas a região de Iguaçu foi onde houve maior concentração. Eram comunidades de fugitivos que produziam sobretudo gêneros para subsistência, mas também realizavam saques e comerciavam lenha do mangue, que chegava à Corte (GOMES, s/d). O contato e comércio com taberneiros era frequente e foi objeto de inúmeras reclamações às autoridades (GOMES, s/d). Por estarem situados em locais de difícil acesso, mas próximos ao rio, controlavam o tráfego e as mercadorias que por ali passavam, efetuando comércio direto e estabelecendo uma série de alianças que conformaram redes de proteção e de subsistência econômica (GOMES, s/d) Houve, assim, a conformação de um campo negro:

O que denominamos campo negro é essa complexa rede social. Uma rede que podia envolver em determinadas regiões escravistas brasileiras inúmeros movimentos sociais e práticas sócioeconômicas em torno de interesses diversos. O campo negro, construído lentamente, acabou por se tomar palco de luta e solidariedade entre os diversos personagens que vivenciavam os mundos da escravidão (GOMES, s/d, p. 278-279).

A solidariedade entre fugitivos e escravizados em fazendas foi uma realidade na conformação desta rede de solidariedade e articulação (GOMES, s/d). E, a despeito de tantas

²³ Composta, ao final do século 18, pelas freguesias de Nossa Senhora do Marapicu, Santo Antônio de Jacutinga, São João de Meriti, Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu e a de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu (GOMES, s/d).

denúncias, Gomes coloca que certamente houve momentos de tréguas e que a existência dos quilombos na região iguaçuana por quase um século criou não apenas uma economia local, em que os quilombos eram reconhecidos por taberneiros e possuíam legitimidade nas comunidades vizinhas, quanto parecem ter criado uma comunidade camponesa de fato, em que se produzia e se comerciava excedentes, controlava-se parte do comércio local etc. (GOMES, s/d).

Por outro lado, o medo de que houvesse insurreições escravas se fez presente por séculos, e tomou a dimensão de pânico na década de 1830, a partir da revolta dos malês na Bahia, em 1835 (GOMES, s/d). Chefe de Polícia da Corte, Ministro da Justiça, Juízes de Paz, Juízes Municipais, Presidente da Província estavam mobilizados: era como se as autoridades fluminenses buscassem exercer controle face a uma epidemia (GOMES, 1992). “A região do Vale do Paraíba fluminense, particularmente Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e Barra Mansa, parecia ser palco privilegiado” do medo de insurreições de cativos (GOMES, 1992, p. 402). Uma série de denúncias deste período, em diferentes freguesias da região iguaçuana, apontam para focos e indícios de insurreição, ao mesmo tempo em que eram empreendidas expedições reescravizadoras para tentar conter fugitivos e destruir as comunidades (GOMES, s/d). Importante insurreição de cativos ocorreu em Vassouras, no ano de 1838, quando houve uma fuga coletiva de 400 escravizados de duas fazendas, lideradas por Manoel Congo e Mariana Criola (GOMES, 1992). Para além da fuga coletiva, houve o arrombamento de paióis e roubo de mantimentos e grande quantidade de ferramentas, o que indicaria o intento de construir um quilombo, uma comunidade camponesa independente²⁴ (GOMES, 1992).

Assim, em toda a província do Rio de Janeiro formavam-se, já desde o século 17 e com forte presença nas denúncias policiais desta primeira metade do século 19, uma diversidade de formas de resistência de cativos, e dentre elas a formação de quilombos (GOMES, 1992). Comunidades camponesas negras vão estabelecer-se com maior ou menor densidade populacional, em regiões próximas aos centros econômicos, mas em geral de difícil acesso, e a partir destas localidades comporão redes de solidariedade com outros quilombos, com cativos

²⁴ Há muitas referências de quilombos no contexto colonial brasileiro, que à época fazia referência a formas de resistência de cativos. Com a Abolição, há uma transformação no campo jurídico, uma vez que “o quilombo, resultado da resistência escrava contra apropriação da força do trabalho pelo escravizador, deixou de existir” (MALHEIRO apud FIABANI, 2008, p. 10). Embora não se tratasse mais de pessoas escravizadas em fuga, tais locais de resistência e de construção de vida e produção comum continuaram a existir. Após a Abolição, muitas pessoas ex-escravizadas permaneceram nos quilombos onde viviam, ou estabeleceram-se em terras devolutas, nas próprias fazendas de seus antigos senhores, alguns ainda adquiriram terras por doação, compra etc. Tais terras ocupadas eram organizadas, muitas vezes, como propriedade coletiva (FIABANI, 2008).

de fazendas e de outras partes, e também intensas trocas comerciais (GOMES, 1992). A formação deste campo negro e destas comunidades quilombolas não ensejou o reconhecimento oficial do direito à terra, neste momento em que vigia o regime escravocrata²⁵, embora tenha havido o reconhecimento de legitimidade a estas comunidades em algumas regiões (GOMES, 1992).

Deste modo, a luta pela manutenção das comunidades de fugitivos frente às tentativas de reescravização, como mostramos para os quilombos de Iguaçu por quase um século, tinha uma lógica própria para os quilombolas, assim como a resistência em torno da preservação de margens de autonomia conquistadas frente às investidas senhoriais a tinha para os que continuavam cativos. Além disso, como vimos, podiam existir e se ampliar cada vez mais as dimensões dos “campos negros” como cenários de luta permanente que integrava quilombolas, escravos e outros personagens do mundo da escravidão (GOMES, 1992, p. 538).

Destes três pesquisadores, Machado, Gomes e Motta, depreende-se a complexidade da sociedade rural nos sertões fluminenses, com a existência de uma série de atores. Dentre os legitimados para fazer valer seu direito a terra, as pessoas livres nas figuras do sesmeiro, o sesmeiro em comisso, o grande possessor, o arrendatário, o lavrador, o pequeno possessor. Por vezes, algumas destas categorias combinam-se em uma só pessoa no caso concreto: a figura do *senhor e possuidor de terras*. Por outro lado, homens livres e pobres *despossuídos* que participavam da disputa por direito à terra nos litígios judiciais. Entre ambos, uma série de atores sociais buscando assegurar seu acesso à terra, a sobrevivência ou a ascensão social.

Dentre homens livres, ricos ou pobres, não estavam os indígenas nem os escravizados ou libertos africanos ou afrodescendentes, que embora exercessem a posse em domínios – em aldeamentos ou fora deles, em quilombos ou nas fazendas de seus senhores – não figurariam em processos cíveis de litígio sobre a terra como parte. Como apareceu na argumentação de um dos fazendeiros de Paraíba do Sul, nem todas as pessoas eram *habilitadas* a impugnar este processo de apropriação colonial da terra – talvez, apenas nos processos criminais ou em

²⁵ Apenas com a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 é conquistado o direito à terra das comunidades quilombolas, com a previsão da titulação da propriedade das terras às comunidades remanescentes de quilombos (NÉRIS, 2014), embora tenha havido importantes mobilizações de luta pela terra por comunidades quilombolas anteriores à Constituinte, especialmente nas regiões do Maranhão e Pará (FIABANI, 2008). É o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que marca a determinação (“transitória”, pensava-se à época) da titularização da terra. O debate, desde a promulgação da Constituição, foi importante, tendo havido o que Fiabani chamou de reinterpretção da própria história, com uma positividade e afirmação da identidade quilombola, estendendo o conceito de quilombo para o período pós Abolição (2008). São marcos importantes a utilização do termo quilombo pela Frente Negra Brasileira como símbolo de resistência negra contra a opressão na década de 1930, e após, a partir de 1970, eleito pelo Movimento Negro Unificado símbolo da redemocratização e da luta contra o racismo e a discriminação (FIABANI, 2008).

requerimentos administrativos. O número de quilombos nas cercanias das vilas foi encarado como questão política e policial, como já expusemos anteriormente. Os aldeamentos foram considerados políticas importantes em dado momento, e após abandonados em favor do crescimento das atividades econômicas de exportação de gêneros agrícolas.

Embora possuidores originários na melhor e mais consagrada definição de posse legítima, mansa e pacífica, pautada tanto na antiguidade quanto no aproveitamento da terra, indígenas não foram propriamente destinatários do direito à terra – talvez houvesse a possibilidade do aldeamento. Apesar da consolidação de campos negros nos sertões fluminenses, e do reconhecimento da legitimidade de comunidades camponesas negras como importantes agentes locais, quilombolas não foram destinatários do direito à terra.

A partir de tais apontamentos, é possível visualizar como os atos normativos da Coroa, aparentemente tão contraditórios, incidentais, esparsos vão tomando corpo em cenários locais, cujos desdobramentos são atravessados por intrincadas relações de forças. Como observou Motta sobre este período de suspensão da concessão de sesmarias e de prevalência da posse, a “decisão sobre o direito à terra esteve nas mãos dos grandes fazendeiros de cada região do país, imprimindo, em cada localidade a expressão dos poderes particulares dos senhores e possuidores de terras” (MOTTA, 1996, p. 161-162).

A partir das contribuições de Motta, Gomes e Machado, pode-se imaginar os termos em que se deu a ocupação colonial do território e a disputa por domínios Brasil afora: complexos arranjos locais atravessando movimentos de ocupação maiores ou menores a depender do avanço do processo de colonizador na região, e resultando na concentração de terras e poder nas mãos de alguns senhores.

CAPÍTULO 2 - A CONSTRUÇÃO DE UMA LEI AGRÁRIA: ARENA DE DISPUTAS

A partir de 1822, marco da Independência do Brasil, o desafio da nova Corte passou a ser o de promover o amálgama entre as diferentes regiões do Brasil Império e a consolidação de uma unidade nacional (DIAS, 2005). O clima desta primeira metade do século 19 era, no entanto, bastante tumultuado. A regulação da apropriação territorial era difusa, pouco titulada, fazendeiros disputavam por fronteiras e ampliação de domínios, lavradores e toda sorte de classe intermediária de agricultores buscava arraigar-se e alcançar uma ascensão social, além de uma série de pequenos posseiros em luta pela sobrevivência e pela garantia do seu acesso à terra – para falar apenas dos *habilitados* à disputa pela apropriação territorial no meio rural no contexto da época, escravocrata e colonialista. Ao mesmo tempo, a percepção era de que “todas as terras aproveitáveis estavam tomadas num país que era quase deserto²⁶” (CARVALHO, 2008, p.331).

Nas duas primeiras décadas do século 19, e nas seguintes à Independência, a construção da colônia como nação inquietava a elite política, que expressava “mil inseguranças e um profundo pessimismo, arraigado no sentimento generalizado de insegurança social e de pavor da população escrava ou mestiça” (DIAS, 2005, p. 24). A falta de comunicação entre as diferentes regiões, a “fraqueza e dispersão da autoridade” do governo central e o descaso do “governo do Rio de Janeiro para com os problemas de miséria e seca que agitavam o Império, da Bahia para o Norte” tornavam “cada vez mais iminente e perigosa a centelha de uma revolução” (DIAS, 2005, p. 26). Ao mesmo tempo, “as lutas de facção tornavam mais aguda a insegurança das contradições internas sociais e raciais”, e apontavam para uma possível “dispersão e desunião política entre várias capitanias” (DIAS, 2005, p. 24).

José Murilo de Carvalho, em seu livro *Teatro de sombras: a política imperial*, coloca que a primeira metade do século 19 foi marcada por muitos levantes e revoltas, relacionadas à instabilidade da monarquia e à falta de alicerces do trono, dado que as forças dominantes do país ainda não conferiam legitimidade à Coroa (2008).

A série de levantes e revoltas é dividida, pelo autor, em duas ondas. A primeira seria marcada por insurreições urbanas protagonizadas por escravizados, pequenos comerciantes,

²⁶ Deserto aqui, evidentemente, na perspectiva colonialista.

membros das tropas – camadas populares, enfim – contra os custos e condições de vida nas cidades e que se dirigiam ao problema do controle do comércio e do capital por portugueses, caracterizando-se por seu antilusitanismo. A esta onda, a resposta da monarquia fora a criação da Guarda Nacional, espécie de milícia civil destinada ao controle dessas classes urbanas, cuja entrada restringia-se aos que possuíam renda (CARVALHO, 2008). Tais levantes culminaram, inclusive, na abdicação do trono por D. Pedro I em 1831, rei à época, que retornou à Portugal e deixou seu filho, ainda criança, como herdeiro e futuro imperador do Brasil (SCHWARCZ e STARLING, 2015). A abdicação do trono foi considerada por seus contemporâneos o momento da “verdadeira independência” e o “marco inaugural e fundador” de “um tempo novo” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 301).

Em uma segunda onda, os levantes se distanciaram das cidades e passaram a ter lugar predominantemente em áreas rurais. Os protagonistas dessa série de levantes foram pequenos proprietários rurais, camponeses, indígenas e escravizados; ainda, disputaram-se entre si elites locais, brancos ricos proprietários, transbordando por vezes o conflito às camadas populares. (CARVALHO, 2008). Esta segunda onda nos interessa em especial neste momento: ela trata dos conflitos por limites de terras e poder entre senhores e possuidores de terras em diversas regiões, que se tornavam um problema à luz da administração central por agregarem mais um ingrediente à sensação de instabilidade e insegurança social. A esta onda, em especial às insurgências das elites, surtiram poucos efeitos as políticas de contenção e repressão utilizadas nos levantes urbanos:

As revoltas de proprietários mostravam que o problema de consolidar um sistema de poder não passava apenas pelo controle da população urbana e do campesinato, sem falar dos escravos. A tarefa complicava-se pelo fato de não haver consenso entre as camadas dominantes sobre qual seria o arranjo institucional que melhor servisse a seus interesses. Em parte, a falta de acordo se devia ao fato de que tais interesses nem sempre coincidiam. *Em parte, advinha do fato de que muitos dos membros destas camadas, sobretudo os proprietários rurais, não estavam preparados para conceber a dominação por via da mediação do Estado* (CARVALHO, 2008, p. 254, grifo nosso).

Para Schwarcz e Starling (2015), a instabilidade dada à época relaciona-se com a tensão e a disputa por projetos políticos opostos: o que defendia um governo centralizado, dirigido a partir da Corte no Rio de Janeiro, e outro que prezava pela autonomia local, com atribuições de governo pulverizadas e outorgadas às províncias. Este tensionamento se relacionava às dificuldades na construção de consenso entre proprietários e Estado ou mesmo da assunção, pelos proprietários, de um poder mediador entre eles e seus subordinados (CARVALHO, 2008).

Se até então o próprio senhor era a “lei”, agora a Coroa buscava impor-se como reguladora da sociedade e centralizadora do poder, limitadora, portanto, do poder e domínio senhorial.

Na perspectiva de Dias, contribuiu para a consolidação da unidade nacional, para o pacto entre as elites brancas lusobrasileiras e destas com o rei, o medo do haitianismo e a percepção, dada a massiva maioria da população de origem africana e ainda sob regime de escravidão, do risco que uma revolução aos moldes daquela ocorrida no Haiti poderia provocar aos interesses das elites, rurais e comerciais, das diversas regiões do país (DIAS, 2005). Podemos tratar, a partir das contribuições de Gomes, do medo das autoridades fluminenses em relação a revoltas e insurreições de cativos na primeira metade do século 19, medo este que irá persistir por todo o século (1992, 1997). O medo do haitianismo, portanto, teria atuado como aglutinador das diferentes províncias e elites espalhadas pelo vasto território em um projeto nacional, de conformação de uma identidade unificada, que se consolidou por fim entre os anos de 1840 e 1850. Nas palavras de Dias,

A própria estrutura social, com o abismo existente entre uma minoria privilegiada e o resto da população, polarizaria as forças políticas, mantendo unidos os interesses das classes dominantes. O sentimento de insegurança social e o “haitianismo”, ou seja, o pavor de uma insurreição de escravos ou mestiços como a se dera no Haiti em 1794, não devem ser subestimados como traços típicos da mentalidade da época, reflexos estereotipados da ideologia conservadora e da contra-revolução europeia. Eles agiram como força política catalisadora e tiveram um papel decisivo no momento em que regionalismos e diversidades de interesses poderiam ter dividido as classes dominantes da colônia (DIAS, 2006, p. 23)

O “pacto entre a Coroa e os barões”²⁷ foi um processo lento. Ele perpassou a retomada, pelo governo central, de atribuições antes outorgadas a assembleias e governos estaduais e a volta do Poder Moderador em 1840, com a antecipação da maioria de D. Pedro II e o fim do período regencial²⁸ (CARVALHO, 2008). Fez-se a partir do “convencimento dos proprietários de que a monarquia lhes convinha” e de que havia “lugar para a divergência oligárquica dentro do sistema” (CARVALHO, 2008, p. 255). Ao mesmo tempo, a monarquia

²⁷ Sobre os barões, Carvalho traz dados sobre o volume da distribuição de títulos de nobreza, em especial o de “barão”: 76% do baronato do Brasil Colonial e Imperial foi assim “enobrecido” no período aqui discutido, de 1840 a 1889. O autor lê este fato como “tentativa de cooptação dos fazendeiros”, um movimento para promover sua aproximação com a monarquia, já que eram títulos “tradicionalmente reservados para os grandes proprietários rurais, sobretudo aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política” (CARVALHO, 2008, p. 257-258).

²⁸ Considera-se a antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840, o momento de retomada com fôlego deste quarto poder que, embora previsto na Constituição de 1824, fora mitigado durante o período regencial (1831-1840) (CABRAL, 2014, s/p in ARQUIVO NACIONAL, s/d). A antecipação da maioria de D. Pedro II, que foi aprovada pelo Senado, ficou conhecida como Golpe da Maioridade: ele tinha 15 anos à época.

teria demonstrado ser capaz “de manter a ordem no campo e na cidade” como “árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes” (CARVALHO, 2008, p. 255). E, para Carvalho, culminou na publicação da Lei de Terras e da Lei Eusébio de Queiroz (2008). Houve ainda, no mesmo período, a promulgação do Código Comercial e a reforma da Guarda Nacional.

3.1 Debates em torno da construção de um projeto de lei agrária

Como já dissemos, nas décadas de 1820 e 1830 os conflitos no campo envolvendo classes populares e entre membros de elites rurais regionais estavam na ordem do dia e no centro da instabilidade política e social. Já tratamos de decisões em casos concretos, nos anos de 1821 e 1822, quando a Coroa privilegiou o direito de posseiros às terras em face de sesmarias dadas posteriormente, bem como quando suspendeu em absoluto a concessão de sesmarias (Resolução n. 76 de 1822). A definição de uma nova legislação agrária era, portanto, premente. De certa forma, apontava-se para a necessidade de limitação do poder dos sesmeiros que, até então, pareciam dispor de *carta branca* para expansão de seus territórios. Anseios por um novo arranjo político e um novo projeto de colonização também se faziam presentes. Era o momento da transição entre a concepção de propriedade da terra como privilégio, entendida do ponto de vista da economia moral, para o da concepção de propriedade da terra com um viés da economia política, analisada sob um critério mais produtivista (SECRETO, 2007).

No mesmo período das decisões favoráveis a posseiros, foram elaborados projetos de lei bastante interessantes para endereçar a regulação da apropriação territorial e uma nova política de distribuição da terra. Em 1821, José Bonifácio de Andrada e Silva, luso-brasileiro, membro da elite política e com formação jurídica em Portugal, construiu um projeto de lei onde propunha “favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros, a quem se darão de sesmarias pequenas porções de terreno para cultivarem e se estabelecerem” (MOTTA, 1996, p. 164)²⁹. Seu projeto determinava o retorno ao patrimônio público de todas as

²⁹ Para José Bonifácio, a questão da distribuição de terra parecia relacionada à consolidação da unidade nacional, já que ainda 1813 ele analisava o contexto social com pessimismo, observando que “amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo. Como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc., em um corpo sólido e político” (DIAS, 2006, p. 24). José Bonifácio terá importantes formulações também no respeito à questão indígena, que para ele deveria ser pensada nos termos de uma assimilação, ou amálgama destes à sociedade civil, usando-se “meios brandos e persuasivos” e comprando-lhes as terras (CUNHA, 1992, p. 137).

terras não cultivadas (fossem elas dadas em sesmarias ou tomadas por posseiros), a regra geral de proibição de novas doações e o estabelecimento da compra e venda de terras públicas para financiar a política de colonização (MOTTA, 1996). Proibida aos fazendeiros e já titulares de terras, sua proposta previa a doação de terras àqueles despossuídos de propriedade territorial.

Anos mais tarde, em 1828, um novo projeto trouxe a proposta de uma reforma ainda mais estrutural do acesso à terra. Diante da “injusta partilha pela qual um cidadão se arroga o terreno que podia e devia ser destinado à subsistência talvez de centenas de indivíduos”, Diogo Antônio Feijó, sacerdote católico também membro da elite política, propunha uma radical ampliação do acesso à terra (MOTTA, 1996, p. 165). Sua principal proposta era a de assegurar a “*todos os cidadãos emancipados* o direito a uma parcela de terra” (MOTTA, 1996, p. 165, grifo nosso). A doação de terra deveria ser proporcional à capacidade da família em aproveitá-la. O projeto ainda limitava a aquisição de terras a uma extensão máxima e previa a obrigatoriedade do cultivo para o reconhecimento do direito de propriedade de sesmeiros e posseiros (MOTTA, 1996).

Nenhum dos dois projetos foram apresentados e levados adiante em debates legislativos (MOTTA, 1996). Motta observou, sobre ambas as propostas, que “a política de doação de terras não era dirigida a um único grupo social. Ao contrário: se para Andrada e Silva, os beneficiados seriam os europeus pobres, índios, mulatos e negros forros; para Feijó, os beneficiados eram todos os *cidadãos emancipados*” (MOTTA, 1996, P. 169). O que a autora argumenta é que

[...] a defesa de uma nova política de distribuição de terras não esteve relacionada a um apelo direto pela imigração e à correlata noção de escassez de trabalhadores. Os projetos apresentados estavam inseridos num contexto em que havia várias propostas de colonização. Entretanto, naquele momento não havia nenhuma política clara voltada para a imigração, mas todas as propostas levantavam a questão do acesso à terra. (MOTTA, 1996, p. 169)

Motta (1996) busca deslocar a análise da historicidade da questão de terras – em especial os ensaios para a regulamentação e controle da apropriação territorial e do acesso à terra – da perspectiva que a relaciona diretamente à promoção da imigração europeia no Brasil³⁰. Esta

³⁰ Ao posicionar-se desta forma, a autora coloca-se em oposição a muitas leituras contemporâneas sobre este contexto e, em especial, sobre a promulgação da Lei de Terras, como parece-nos ser o caso de Carvalho (2008), Silva (1996), Schwarcz e Starling (2015), entre outros. Em nosso entender, talvez porque não tão aprofundado, as perspectivas mais se complementam do que se contrariam. De todo modo, corroboramos a compreensão de Motta sobre a centralidade e a importância da questão agrária nas suas repercussões nas searas política, social, econômica, racial.

correlação, que supõe fortes inspirações nos projetos de colonização de outras ex-colônias, como os Estados Unidos e a Austrália, arrisca relegar a um segundo plano o que de mais concreto se apresentava no cenário à época: conflitos e disputas entre facções regionais em torno da terra, tensões sociais e raciais provocadas por essa desigualdade de acesso, e a vontade política da Coroa de ter maior ingerência sobre estes processos de apropriação da terra.

Apesar do defensor da “distribuição de terra a todos os emancipados”, Padre Antônio Feijó, ter sido alçado ao cargo mais alto do governo poucos anos depois da elaboração do seu projeto, o momento já era de muitas mobilizações que contestavam a legitimidade da Coroa por todo o reino, o que obstaculizou uma política de distribuição de terras (MOTTA, 1996, p. 170). Referimo-nos ao que Carvalho chamou de segunda onda de protestos, e que foram arrefecendo-se pouco a pouco com a estratégia política que declarou a maioria de D. Pedro II, à época com 15 anos, e uma série de alterações e iniciativas por parte da Coroa para promover as alianças e os alicerces necessários para sua legitimação, com a centralização do poder no Rio de Janeiro e a consolidação de uma monarquia parlamentar. Assim, Motta coloca que “Durante os conturbados anos 30, a agitação social, as disputas entre as várias facções políticas trouxeram obstáculos a uma política relacionada à questão da distribuição de terras no país” (MOTTA, 1996, p. 170-171).

No entretanto, mudanças pouco significativas em relação à questão agrária foram realizadas, ainda no plano legislativo: em 1831 foi abolido o pagamento de foro das sesmarias, e em 1835 a extinção da lei do morgadio (MOTTA, 1996). Em 1838, houve uma iniciativa da Câmara em estabelecer uma comissão para realizar o “levantamento das terras devolutas” e aprovada, no mesmo ano, uma lei para “facilitar o trabalho da Comissão, solicitando estudos mais aprofundados sobre os terrenos devolutos” (MOTTA, 1996, p. 171).

Na década de 1840, já no processo de centralização e consolidação da monarquia parlamentar no Brasil imperial, a questão de terras ganhou força e nova feição, “[...] a partir da solicitação do ministro do Império [...] à Seção dos Negócios do Império do Conselho do Estado, para a elaboração de propostas sobre dois temas pendentes: a questão da regularização das sesmarias e a política de colonização” (MOTTA, 1996, p. 171-172)³¹. O projeto apresentado

³¹ Algumas observações sobre a estrutura de tomada de decisões políticas à época, todas a partir de Schwarcz e Starling (2015). Tendo um Imperador que exercia o poder moderador, e, portanto, a interferência e o poder de veto, este ainda contava com o Conselho de Estado, ministros, senadores e deputados. O Conselho de Estado era conhecido como “o cérebro da monarquia”, tendo sido criado em 1823, após a Independência, extinto em 1834 e

ao Conselho de Estado em agosto de 1842, com dez artigos, juntou as duas questões em uma. Na sua justificativa, apontou o problema (que será repetido largamente depois) da suposta escassez de mão-de-obra que adviria da iminente proibição do tráfico de africanos escravizados e a necessidade do incentivo à imigração para a defesa do sistema de produção agrícola da grande propriedade (MOTTA, 1996). Trazia, ainda, que devia-se buscar impedir ao imigrante tornar-se proprietário antes de três anos no país e, para tanto, era importante controlar “o abuso das posses, com que ainda se costuma apropriar terras devolutas” (MOTTA, 1996, p. 173).

De fato, para além da sensação de insegurança interna provocada pela enorme disparidade social e racial, as pressões externas para a extinção do tráfico internacional de africanos e o fim da mão-de-obra escravizada se fizeram cada vez mais presentes. Se à época da Independência, o reconhecimento diplomático da Inglaterra incluiu a obrigação ao Brasil de firmar um tratado que reconhecia o tráfico de pessoas como pirataria, na década de 1840 aumentaram as tensões inglesas, que tornaram inevitável o enfrentamento, pelo governo, do poder dos traficantes e elites rurais (CARVALHO, 2008). A abolição da escravidão estava cada vez mais na ordem do dia.

Ao mesmo tempo, desde o momento da Independência se gestava a criação de um código comercial que regulamentasse as atividades econômicas no Brasil, que reinaugurasse uma nova ordem onde fosse não só permitida, mas estimulada a produção fabril, industrial, entre outras atividades empresárias e comerciais. Já em 1832 fora criada uma comissão para a elaboração de um projeto de código comercial, enviada no ano seguinte à Câmara dos Deputados (CABRAL, 2016). Entre idas e vindas que, como veremos, em muito se assemelham às idas e vindas pelas quais passou o projeto da lei de terras, o projeto de lei foi retomado em 1843; uma nova comissão para sua discussão foi instituída em 1845; depois, uma última em 1848 (CABRAL, 2016).

Assim, nas décadas que sucederam a Independência, até o momento da cunhada consolidação do estado nacional brasileiro, os processos legislativos foram intensos, e giravam

recriado em 1841 para vigorar até o final do Império. Os conselheiros tinham cargos vitalícios, mas que poderiam ser suspensos; a composição dos ministérios era constantemente alterada e tinha vida curta. No poder legislativo, os senadores eram escolhidos pelo imperador, a partir de listas tríplices, e deveriam ter no mínimo 40 anos e renda anual mínima de 800\$000 réis; abaixo estavam os deputados, deveriam ter no mínimo 25 anos e renda de 400\$000 réis anuais. Para as autoras, o “exercício da política” era para poucos, e a proximidade com a corte era entendida como “um clube, onde conviviam sócios sortudos, independentemente das facções políticas” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 348-349). Sobre o posicionamento político destes personagens, trataremos adiante.

em torno da produção de um novo arcabouço jurídico e uma nova regulamentação estatal sobre importantes aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil: a Lei de Terras, a Lei Eusébio de Queiroz e o Código Comercial, todos promulgados em 1850.

Neste contexto de intensa produção legislativa é que é gestado um projeto de lei agrária por um ministro de governo, portanto do Poder Executivo, que o encaminha a outro órgão igualmente executivo, o Conselho de Estado do Império. O projeto apresentado foi discutido e modificado em sessões no Conselho de Estado nos anos de 1842 e 1843. O artigo mais polêmico era o que tratava do reconhecimento do direito de posseiros: previa-se apenas o seu direito à área ocupada, se cultivada, e em dois tantos mais se houvesse terra devoluta suficiente para tanto (MOTTA, 1996). Foram propostas alterações, tendo prevalecido a de reconhecer o direito do posseiro sobre áreas não cultivadas, desde que provasse ter meios para fazê-lo. Em seguida, mais uma alteração ao mesmo artigo foi proposta e aprovada, estabelecendo como limite a extensão de meia légua em quadra às terras adquiridas por posse (MOTTA, 1996). Outro ponto levantado por Motta em relação ao projeto apresentado e às alterações aprovadas pelo Conselho foi sobre a demarcação das terras públicas, que originalmente previa fossem realizadas diretamente pelo governo, com pouca margem para eventuais particulares interessados reclamarem da medição. Após os debates, as alterações foram no sentido de afirmar a competência da autoridade judiciária (o juiz municipal) para os litígios envolvendo a execução da lei, e de definir a indenização dos eventuais prejudicados no valor do produto da venda daquela terra (MOTTA, 1996).

Com idas e vindas em relação aos dez artigos do projeto inicial, Motta (1996) identificou entre os conselheiros um quadro geral de interesse em endereçar a questão das terras devolutas para discriminá-las, medi-las e vendê-las. Após os debates, ficou estabelecido prazo para regularização das sesmarias (de um a seis anos) e proibidas novas aquisições de terra gratuitas, por posse ou doação (MOTTA, 1996). O produto das vendas seria destinado a financiar a vinda de trabalhadores pobres e à própria execução da lei (MOTTA, 1996). Por fim, foi introduzido no Conselho o imposto territorial (de 1500 réis por meio quarto de légua quadrada), e estabelecida a sanção de considerar devoluta a terra sobre a qual o imposto não fosse pago por três anos contínuos ou interrompidos (CARVALHO, 2008).

O projeto não deixou de refletir uma conjuntura política bastante complexa, ao mesmo tempo em que procurou – mais uma vez – resolver os problemas relacionados à ocupação de terra. Assim sendo, a velha questão da sesmaria se juntou, naquele

momento, a novas questões relacionadas às pressões britânicas para pôr fim ao tráfico [...]. Nesse sentido, o projeto apresentado no início da década de 40 se inseriu na luta entre as várias propostas pelo fim do tráfico negreiro e seus significados. (MOTTA, 1996, p. 176)

Foi este projeto requerido pelo governo central e debatido no Conselho de Estado que foi apresentado à Câmara dos Deputados em junho de 1843. O projeto, antes de apresentado à Câmara, sofreu novas alterações. A mais significativa delas, para Carvalho, foi a redução do imposto territorial para 500 réis, “isentando quem possuísse menos de quarto de légua e concedendo ao proprietário metade do preço da terra em caso de confisco por não pagamento” (2008, p. 334). A justificativa apresentada para os legisladores, entretanto, mudou bastante de tom: se antes apontava como objetivo da lei endereçar a necessidade de mão-de-obra dada a iminência do fim do tráfico, passou a referir-se mais diretamente à “necessidade de regulamentar a ocupação fundiária, ao estabelecer os direitos dos posseiros e sesmeiros e consagrar ‘para o futuro normas fixas para a propriedade’” (MOTTA, 1996, p. 178).

O projeto de lei do governo foi dirigido a uma Câmara dos Deputados à época “unanimemente conservadora” (CARVALHO, 2008, p. 334). Importa dizer que desde 1831 eram dois os partidos que se revezavam no poder legislativo: conservadores e liberais (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Entre idas e vindas, conservadores governaram entre 1837 e 1840, liberais entre 1840 e 1841, novamente conservadores entre 1841 e 1844, liberais entre 1844 e 1848, conservadores entre 1848 e 1853 (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

Conservadores eram os monarquistas ligados a Pedro I, que abdicara do trono e saíra do Brasil em 1831; liberais foram os que tomaram a frente pelas transformações políticas que engendraram na aprovação pelo Senado da maioria de Pedro II em 1840, que passara a imperador aos 15 anos de idade, momento este que, como já trouxemos, representou a “verdadeira” independência (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Conservadores eram chamados de saquaremas, em alusão à cidade de Saquarema, na província do Rio de Janeiro, de onde provinha um de seus líderes, o visconde de Itaboraí (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Já os liberais eram conhecidos por luzias, em referência à derrota de uma revolta na cidade de Santa Luzia, província de Minas Gerais (SCHWARCZ e STARLING, 2015). De toda forma, embora não houvesse programas partidários ou manifestos que definissem as características de cada grupo, os liberais, ou luzias, tendiam à descentralização e a uma perspectiva centrífuga do poder estatal, e conservadores visavam uma maior centralização do

Estado (SCHWARCZ e STARLING, 2015). E, apesar de ser comum, à época, a compreensão de que havia uma certa confusão entre os posicionamentos políticos de personagens de ambos os partidos, que não possuíam propriamente uma agenda diferenciada, Schwarcz e Starling inferem que

[...] o partido conservador seria composto a partir da aliança da burocracia com o grande comércio e a grande lavoura de exportação, enquanto o partido liberal trazia em seus quadros uma maioria de profissionais liberais urbanos unidos à agricultura de mercado interno e de áreas mais recentes de colonização. (2015, p. 351)

Assim, embora dirigido a uma Câmara de Deputados unanimemente conservadora em junho de 1843, o projeto de lei apresentado provocou intensos debates, que duraram dois meses (CARVALHO, 2008; MOTTA, 1996; SILVA, 1996). Dos 101 deputados, 28 se envolveram ativamente nas discussões, tendo proferido 114 discursos neste curto período de discussões até o envio do projeto ao Senado, em outubro daquele ano³² (CARVALHO, 2008). Para Motta, eram três as discussões principais: regularização da propriedade territorial, o papel do Estado na cobrança do imposto territorial e na venda de terras públicas devolutas, a destinação da receita obtida com o imposto e com a venda para o financiamento da imigração (1996).

Chamaram a atenção os embates entre deputados, ora favoráveis ao interesse de posseiros, ora ao de sesmeiros (MOTTA, 1996). A disputa por fronteiras e pelo reconhecimento do domínio senhorial foi o cerne do debate legislativo: os limites à expansão, os critérios para o reconhecimento da propriedade territorial, as hipóteses de perda de direito e expropriação da terra em favor do Estado. O projeto de lei procurava endereçar tal questão, seja do sesmeiro caído em comisso, o sesmeiro-posseiro, o posseiro, mas, segundo Motta, “não há como negar que os autores se sentiam inclinados a privilegiar aquele que cultivava a terra, ou seja, o posseiro” e intentavam “limitar o poder do sesmeiro”, que era visto como alguém que sequer cultivava sua terra (1996, p. 183). Os parlamentares, entretanto, não concordariam com tal afirmação: ora diziam ser os sesmeiros os privilegiados, ora serem eles os maiores prejudicados e assim sucessivamente.

³² Carvalho nos apresenta alguns de seus personagens: na defesa do projeto, “Rodrigues Torres, [...], Bernardo Souza Franco, deputado pelo Pará; Euzébio de Queiroz, Paulino José Soares de Souza – ambos do Rio de Janeiro; pelo cearense Manuel José de Albuquerque; e com algumas restrições, por vários outros, salientando-se Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, irmão de Bernardo. A oposição mais violenta veio de deputados de Pernambuco, liderados por Urbano Sabino e Nunes Machado, e do baiano Manuel A. Galvão” (2008, p.334).

Para Secreto (2007), os debates davam-se em torno de um novo conceito de propriedade que se afastava daquele que permeou o sistema colonial, da terra como privilégio concedido pelo rei e, portanto, relacionado à economia moral, para um conceito baseado em princípios econômicos e próprio da economia política, com critério de produtividade. A consolidação desta nova racionalidade estava, neste momento dos debates legislativos, sendo gestada, e terá uma longa trajetória (SECRETO, 2007)³³.

É evidente que a questão do “privilégio” peninsular foi explorada politicamente pelas elites locais não vinculadas à metrópole. O debate travado em ocasião de discutir-se o projeto de 1843 demonstra isto. A oposição entre “posseiros e sesmeiros” era uma oposição de cunho político mais que econômico, embora os primeiros intentassem demonstrar o contrário. Os posseiros colocaram-se neste debate como os “verdadeiros cultivadores”, enquanto os segundos seriam meros “especuladores”, detentores da terra por título legal mas que não a exploravam (SECRETO, 2007, p. 12)

Eram embates referentes ao direito de fazendeiros, *senhores e possuidores de terras*, em manterem seus domínios senhoriais a partir do reconhecimento do seu direito à largas extensões de terra e com o menor ônus possível. Era preciso, nas palavras de alguns deputados, “fazer um acerto com o passado”, “regularizar o passado” para então efetivamente proibir a posse, definir a compra como o único meio de aquisição de terras e promover a destinação das terras públicas devolutas (MOTTA, 1996, p. 181).

De toda forma, sobre que “acerto com o passado” os fazendeiros falavam? O acerto com o passado ali debatido em nada referenciava o endereçamento da profunda desigualdade social e racial do acesso à terra ou uma política de doação e distribuição de lotes de forma ampla à população. As ideias que apareceram nos projetos de 1821 e 1828, aqui já não encontravam lugar. Discutia-se largamente o direito de posseiros, mas não se falava do reconhecimento do direito à terra a indígenas – posseiros originários, poderíamos dizer. Muito menos dirigia-se àqueles que foram aliçados da propriedade territorial pela condição de escravizado – africanos e afrobrasileiros cujo acúmulo de patrimônio fruto de seu trabalho foi obstaculizado de diversas

³³ Neste momento, buscava-se a legitimação da posse como forma de aquisição da propriedade àquele que pratica os atos possessórios, o aproveitamento da terra. Mas o critério produtivista será desvinculado depois, na construção da diferença entre posse e propriedade. “A pesar de que a posse faz referência a uma situação de fato, Von Ihering – um dos teóricos da propriedade e da posse que junto com Savigny influenciaram fortemente as definições adotadas pelas legislações e códigos civis nacionais – chegou a defender a posse indireta, isto é a posse de quem não estaria possuindo a coisa. Na sua *Teoria simplificada da posse* parte do princípio de diferenciação entre posse e propriedade. Diferenciação que no decorrer dos capítulos vai-se apagando para chegar a uma quase indiferenciação no final do livro. Este critério de indiferenciação entre posse e propriedade teve sérias consequências na sua aplicação jurídica, já que reforçou a absolutização da propriedade. Hoje em dia escutamos com muita frequência falar em “restituição de posse” sobre bens que não estavam, de fato, na posse do demandante/proprietário.” (SECRETO, 2007, p. 12)

maneiras. Sequer se falava da ampliação do acesso à terra por “emancipados”, trabalhadores livres ou libertos, mestiços, negros, indígenas ou mesmo europeus pobres, fossem eles agregados ou dependentes dos senhores, moradores de quilombos, aldeamentos ou ocupantes de parcelas de terras dispersas pelo território. Buscava-se o endereçamento dos conflitos territoriais e da insegurança social pela pactuação entre os de cima, uma elite rural majoritariamente branca e luso-brasileira, cujo comum acordo poderia “pacificar” as disputas assegurando, ao mesmo tempo, a continuidade de seu poder como *senhores e possuidores de terras*.

Para estes personagens, os custos para esta “regularização do passado” é que foram vistos com maus olhos, desde aqueles que seriam dispendidos para a medição e demarcação das terras, para emissão dos títulos definitivos e, sobretudo, com o então previsto imposto territorial. Aliás, na perspectiva de Carvalho, os impostos territoriais foram o principal objeto de oposição entre todos os demais critérios e condições previstos para a regularização da propriedade territorial (2008). Nos discursos de deputados opositores ao projeto, alguns trechos são interessantes:

[O pernambucano Urbano Sabino] Falando sobre a possibilidade de perda da propriedade pelo não pagamento do imposto territorial, acusou a medida de atentatória à propriedade privada, inconstitucional, e muito perigosa à ordem pública; ela equivaleria a “tocar o alarme no Império, chamar os proprietários às armas contra o que eles considerariam o estelionato público, a depredação da propriedade particular”. [O baiano] Galvão acusou o projeto de ser flagelo que provocaria “uma conflagração geral” no país, ou mesmo uma guerra civil. (CARVALHO, 2008, p. 336, grifo nosso)

Ao fim, apesar dos intensos debates entre fazendeiros, o projeto foi aprovado com poucas alterações e enviado ao Senado em outubro daquele ano de 1843. Dentre as mudanças, ressaltamos a redução do imposto territorial para 125 réis por meio quarto de légua em quadro (MOTTA, 1996; CARVALHO, 2008). Inicialmente proposta a quantia de 1500 réis, o imposto territorial chegava, neste momento, a menos de 1/10 deste valor para o mesmo meio quarto de légua em quadro.

Para Carvalho, a propositura do projeto e sua defesa por parte do grupo de fazendeiros, ao passo que fortemente rechaçado por outra parcela deste grupo, demonstrou fissuras entre elites rurais regionais (2008). Ao passo que alguns fazendeiros se faziam presentes no governo e entendiam que as mudanças propostas pelo projeto eram necessárias para o interesse da grande lavoura a longo prazo, outros, distantes do poder centralizador da Coroa, o viam como absurdo e afrontoso (CARVALHO, 2008).

Com pouca cobertura pela imprensa, os debates legislativos na Câmara de Deputados e a aprovação do projeto não pautaram as notícias, à exceção de algumas análises como a de que não seria possível crer na pronta execução do projeto de lei aprovado, que levaria dezenas de anos (CARVALHO, 2008).

No Senado, o projeto começou a ser discutido em janeiro de 1845, retomado em 1847 e 1848, tendo sido aprovado apenas em 1850. As disputas entre sesmeiros e posseiros prosseguiram. A discussão fluiu para a diferenciação entre a posse legítima e ilegítima (MOTTA, 1996), mais uma vez pelo ponto de vista de *senhores* sesmeiros ou posseiros que buscavam evitar o acesso à terra pela população pobre e livre formada pelos agregados das fazendas, habitantes ou que desejavam habitar o que consideravam *sua* terra. As discussões sobre a posse – se pautada na antiguidade e considerada mansa e pacífica, ou se calcada na legitimidade daquele que pratica, de fato, o aproveitamento e o cultivo do solo passou ao largo de outros tantos grupos que poderiam ser considerados posseiros, como populações indígenas e quilombolas, africanos e afrobrasileiros escravizados, livres ou libertos que exerciam a posse e/ou faziam uso da sua força de trabalho para a transformação da terra em área cultivável e produtiva. Tratava-se de assegurar o domínio da terra a fazendeiros, senhores e possuidores de terra, preocupados especialmente em impedir o seu acesso à população livre e pobre que desejava manter sob sua rede de dependência e subordinação:

[...] os legisladores sabiam que as demarcações das fazendas e sítios eram fluídas, imprecisas, permitindo – no mais das vezes – o apossamento nas áreas limítrofes. A ideia de que era preciso diferenciar o vizinho do mero invasor trazia para o centro do debate a questão das relações pessoais e de poder na consolidação dos limites territoriais. Deslocava-se, portanto, para o problema de limitar o acesso à terra pelo homem livre e pobre. (MOTTA, 1996, p. 191)

Foram suavizadas, no Senado, as limitações aos colonos estrangeiros, tornando menores os lotes de terra disponíveis para a compra (CARVALHO, 2008), ao mesmo tempo em que houve forte oposição às formas para financiar a imigração previstas no projeto (o imposto territorial, os emolumentos para emissão de títulos de propriedade etc.). Um dos senadores³⁴ afirmou que “a classe proprietária agrícola do Brasil [era] a mais sobrecarregada de impostos”, e que a instituição do imposto territorial geraria “desordens ainda maiores no interior do país” (MOTTA, 1996, p. 188). Novamente, grandes senhores de terras se opuseram ferrenhamente a

³⁴ O senador Paula Souza, do partido liberal (CARVALHO, 2008 e MOTTA, 1996).

quaisquer ônus em relação a suas propriedades, vistas como formas de limitação de seu domínio e, ao fim dos debates, tanto o imposto territorial quanto a perda da propriedade para quem não cumprisse com as obrigações da lei foram definitivamente excluídos (CARVALHO, 2008).

O projeto foi aprovado em 30 de agosto de 1850 no Senado, tendo retornado à Câmara, que o aprovou em nova votação em 18 de setembro de 1850. No momento final da retomada da discussão na Câmara, Carvalho traz a manifestação de alguns dos deputados à época:

Repetiram-se os tradicionais protestos dos porta-vozes dos posseiros, agora sobretudo de Minas. Paula Santos, ele mesmo posseiro, disse que os interesses de Minas seriam muito prejudicados por causa da existência na província de grande número de posseiros que teriam o tamanho de suas posses reduzido. O também mineiro Joaquim Antão foi ainda mais enfático. Para ele a lei iria “pôr em conflagração o país” por “ofender os direitos de propriedade de certa classe” (posseiros), e por ter conotações comunistas. O paraibano Carneiro da Cunha também se opôs dizendo que a lei assustaria os grandes proprietários e senhores de engenho e o maranhense Franco de Sá foi claro: a lei “vai prejudicar a minha classe” [...] (CARVALHO, 2008, p. 340, grifo nosso).

A partir de tais manifestações, podemos inferir que a lei, pelo menos no momento de sua promulgação, não foi considerada uma vitória pelos fazendeiros – ao menos não por todos eles. Para Carvalho, com “conotações reformistas e antilatifundiárias”, “a política de terras quase não saiu do debate legislativo”, e o “radicalismo do projeto – para as circunstâncias da época – talvez tenha contribuído para a aprovação: muitos não acreditavam na possibilidade de implementação [...]” (CARVALHO, 2008, p. 348, 331, 338). Estava em jogo o projeto de colonização do país, os mecanismos de regularização dos títulos de domínio, as obrigações a ele imbuídas, como os tributos (CARVALHO, 2008). Promulgada “em versão amanciada no que se referia à estrutura fundiária”, com a exclusão do imposto territorial rural, por exemplo, a lei “continha ainda dispositivos suficientemente fortes para despertar a resistência dos proprietários” (CARVALHO, 2008, p. 341).

Para Motta, a “versão final denuncia a dificuldade em estabelecer mecanismos eficazes de regularizar o acesso à terra” (MOTTA, 1996, 193) e “em se determinar o *lugar* do posseiro na nova legislação sobre terras, permitindo que mais uma vez se recorresse ao princípio primeiro da ocupação, ou seja, o cultivo” (MOTTA, 1996, p. 198). Num panorama geral, pode-se dizer que foi consagrado “o cultivo como elemento legitimador da posse” (MOTTA, 1996, p. 195), e uma ambiguidade da lei em relação aos posseiros que deixassem de legitimar suas posses, visto que se previsto em um artigo (art. 3º, §4º da Lei de 1850) que suas terras tornar-

se-iam devolutas, noutro (art. 8º da Lei de 1850) assegurava-se sua posse na parte cultivada da área (MOTTA, 1996).

Para muitos, a Lei de Terras representou uma afronta ao seu poder senhorial, às expansões territoriais sem limites, um movimento para impô-los obrigações de medir e demarcá-las, uma forma de endereçar conflitos entre fazendeiros e de reconhecer, sobretudo, o direito daqueles fazendeiros posseiros que realizavam o aproveitamento da terra. Rompia-se, assim, com a noção de terra privilégio e passava-se ao critério da produtividade para embasar o conceito de propriedade, num viés da economia política. Dizia-se comunista, capaz de reformar profundamente a estrutura agrária brasileira, cuja aplicação poderia provocar grandes insurgências e mesmo uma guerra civil. Ao mesmo tempo, sabemos de suas lacunas: a lei aprovada sequer aproximou-se de uma política de distribuição de terras à população pobre livre ou liberta, e muito menos de um reconhecimento da legitimidade da posse de indígenas ou quilombolas, africanos ou afrobrasileiros escravizados, pessoas estas *não habilitadas* a figurar nas disputas territoriais entre posseiros e sesmeiros. Tampouco versou sobre títulos de domínio coletivos, e não apenas individualizados, entre outras tantas críticas possíveis. Sabemos também, que a lei passou ao largo de regulamentar e instituir mudanças importantes, como o imposto territorial, um debate relevante que recobrirá força ao longo do século 19. Estes e outros debates aprofundaremos no próximo capítulo.

Importa retomarmos que o ano de 1850 foi decisivo na configuração de um arranjo institucional mais estável (CARVALHO, 2008). Neste ano foram promulgadas, além da Lei de Terras, outras leis importantes: a Lei Eusébio de Queiroz, a Lei do Comércio, e a Lei da Reforma da Guarda Nacional. Para Carvalho, as leis são marcos da implantação do Estado Nacional e representaram sinal de força do governo central. Isto porque foram enfrentados “dois problemas quase que intratáveis, embora cruciais para a soberania nacional, para a sobrevivência da classe proprietária, e para o próprio Estado: o problema do tráfico e o problema da estrutura agrária e da imigração” (2008, p. 257).

A abolição do tráfico, a lei de terras e a reforma da Guarda Nacional eram medidas vinculadas entre si: a lei de terras, que era também de colonização, fora apresentada pela primeira vez em 1843 e tinha como propósito claro preparar o país para o fim eventual do trabalho escravo. A centralização da Guarda buscava fortalecer a posição do governo perante os proprietários cuja reação ao fim do tráfico e à regulamentação da propriedade rural fora negativa. Embora em sua origem não vinculado a essas medidas, o Código Comercial veio enquadrar-se perfeitamente na conjuntura, de vez que o fim do tráfico provocou pela primeira vez uma febre de negócios no país

causada pela disponibilidade de capitais anteriormente empregados no comércio negreiro. (CARVALHO, 2008, p. 256-257)

Fruto de processos legislativos intensos, o que se discutia na produção destas leis era uma nova ordem jurídica nacional, o projeto político que efetivaria um novo modelo de Estado para um país estruturalmente agrário-exportador escravocrata (CABRAL, 2016). Enquanto a Lei Eusébio de Queiroz abolia definitivamente o tráfico internacional de africanos escravizados, realizando uma primeira etapa do que se imaginava ocorreria em breve, o fim do regime escravista, o Código Comercial regulamentava a profissão do comerciante, as atividades econômicas e estabelecia um sistema de garantias próprio a operações (CABRAL, 2016).

A década de 1850 foi marcada por estas transformações. O fim do tráfico representou uma massa de recursos ao país, implicou num aumento das importações, sobre as quais incidiam tributos que representavam a maior parte da arrecadação do Estado e coincidiu com a alta do valor café no mercado internacional, contribuindo para as exportações (SCHWARCZ e STARLING, 2015). A década ficou marcada por grandes obras de infraestrutura, com as primeiras linhas ferroviárias, telegráficas, de navegação, bem como as primeiras obras de iluminação pública nas cidades (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Ainda assim, estruturalmente as mudanças tardariam mais a ocorrer: a população vivia majoritariamente fora das cidades (cerca de 90% vivia no campo, entre 1823 e 1890) e em grande proporção, era escravizada³⁵ (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A retomada de projetos de lei com abordagens diferentes e dos debates legislativos para a construção da Lei n. 601/1850 enriquecem a nossa compreensão sobre as tensões e correlações de forças presentes naquele período. A seguir discutiremos os tensionamentos e o que produziu, na apropriação territorial e no reconhecimento (ou não) do direito à posse e à propriedade, a aplicação da Lei de Terras, centrando nossa análise até o final do regime imperial (1889).

³⁵ A título de exemplo, a cidade do Rio de Janeiro tinha 266 mil habitantes, sendo 110 mil escravizados, mas quanto menores os vilarejos, maior a proporção de escravizados (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

CAPÍTULO 3 - PARA FAZER DA LETRA DA LEI, TERRA

De fundamental importância para o direito agrário e para a conformação do atual estado da estrutura fundiária no Brasil, em 1850 temos a publicação da Lei das Terras Devolutas, a Lei de Terras. O texto que antecede seus dispositivos legais a descreve:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, grifo nosso).

Atentando-nos às letras da lei, temos em seu artigo 1º que o acesso à terra deixaria de ser gratuito, por meio de concessões, doações ou mesmo posse, e passaria a ser obrigatoriamente oneroso, pela compra. Este artigo 1º assim determinou em relação às terras devolutas, terras, portanto, de patrimônio público³⁶. Terras devolutas foram definidas como aquelas sem uso público e que não estavam sob domínio particular. O domínio particular era considerado aquele por título legítimo ou uma das hipóteses previstas de revalidação da sesmaria ou legitimação da posse. Essa é uma definição que vai trazer problemas posteriormente, por vezes confundindo-se com “terra vaga”. A partir daquele momento, a única forma de adquiri-las, segundo a lei, seria pela compra, o que (em tese) representaria o ponto final das concessões gratuitas, como as sesmarias e as doações, e da posse. Destinadas, regra geral, à venda, a posse sobre tais terras foi proibida. E, mais que isso, as sanções seriam o despejo sem ressarcimento de benfeitorias, a prisão, a multa, o pagamento de indenização etc.

O ponto central dos debates legislativos – os conflitos entre fazendeiros posseiros e sesmeiros – ficou expresso na lei na série de hipóteses em que ela previu a legitimação da posse sem título de domínio e a revalidação de sesmarias caídas em comisso. O critério central para o reconhecimento do direito foi o do cultivo e moradia habitual na área. Queimadas, roçados, ranchos sem o cultivo e a moradia habitual não cumpriam o requisito. Novamente, apenas na análise de casos concretos é possível averiguar se de fato a noção de posse como efetivo aproveitamento do solo, em contraposição à posse por antiguidade, mansa e pacífica, prevaleceu nos conflitos locais pelo estabelecimento dos domínios particulares.

³⁶ Desde a independência tivemos a conformação do patrimônio público a partir das terras que eram antes da Coroa.

A leitura de Rocha é de que

a) para o legislador imperial mais importante que os documentos antigos é a efetiva ocupação do solo, sem ela estes documentos perdem valor; b) as cartas de sesmarias não revalidadas e as posses não legitimadas na forma desta lei não geravam mais direito ao reconhecimento de propriedade em favor de seus detentores. (ROCHA et al, 2015, p. 70)

Considerando que era conhecida a situação de caos regulatório em relação à apropriação territorial, com fronteiras fluídas e poucos títulos de domínio, a lei abria as hipóteses para a “regularização do passado” e apontava para um futuro de segurança jurídica da propriedade territorial e o fim dos debates e disputas por fronteiras. Esta regularização passava pela obrigatoriedade da medição das terras, demarcação de seus limites, seu registro junto ao vigário da freguesia em que se localizava e, por fim, a requisição do título de domínio no órgão competente da Província. Foram previstas sanções aos particulares que deixassem de atender as obrigações e determinado que os prazos para seu cumprimento seriam estabelecidos em regulamento posterior.

O intento, afinal, era de organizar a apropriação territorial e “extremar o dominio publico do particular” (artigo 10 da Lei), organizar um cadastro geral das terras particulares e públicas, auferir receita com a venda de terras e com a cobrança de emolumentos para a emissão dos títulos de domínio. A partir daí, promover a destinação de parte das terras devolutas a algumas finalidades, como obras e prédios públicos, colonização de indígenas, fundação de povoações e colônias de nacionais e estrangeiros etc. Para administrar e gerir a execução da lei e o patrimônio público, foi previsto um novo órgão, a Repartição Geral de Terras Públicas, que foi efetivamente criado apenas quatro anos depois, quando da publicação do decreto que regulamentou a lei.

O Decreto n. 1.318 de 1854 regulamentou a Lei de Terras, especificando as formas e medidas para sua execução. A Repartição Geral de Terras Públicas foi criada subordinada ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Suas funções eram muitas: medir terras devolutas, operar sua venda, promover a colonização nacional e estrangeira, organizar o registro das terras particulares, entre outras. O órgão possuía certo grau de autonomia e margem para proposição de novas medidas para melhor efetividade da lei.

Subordinadas à Repartição Geral, seriam criadas Repartições Especiais em cada província, que, entretanto, estariam mais atreladas ao poder provincial que ao governo central. Cabia ao Presidente de cada Província a nomeação para seus cargos e funções e o estabelecimento dos prazos para o cumprimento das obrigações reguladas no decreto. A Repartição Geral durou poucos anos, mas foi substituída a cada vez por novos órgãos com funções relativamente similares.

O endereçamento dos conflitos entre fazendeiros posseiros e sesmeiros sobre os limites de seus domínios e a diferenciação das terras particulares e públicas foram, em nossa opinião, o cerne do decreto. Um terço de todos os seus artigos está no capítulo sobre o assunto (Capítulo III - “Da revalidação, e legitimação das terras, e modo pratico de extremar o domínio público do particular”), o que denota a complexidade da questão e a perplexidade, de certa forma, do legislador. Os critérios e hipóteses permaneciam, em geral, os mesmos da Lei de 1850. Ressaltamos, aqui, a redação do artigo que complementou o art. 5º da Lei, sobre as posses passíveis de legitimação:

Art. 24. Estão sujeitos á legitimação:

§ 1º As posses, que se acharem em poder do primeiro occupante, não tendo outro titulo senão a sua occupação.

§ 2º As que, posto se achem em poder de segundo occupante, não tiverem sido por este adquiridas por titulo legitimo.

§ 3º As que, achando-se em poder do primeiro occupante até a data da publicação do presente Regulamento, tiverem sido alienadas contra a prohibição do Art. 11 da Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850

O primeiro passo para a regularização da apropriação territorial era a realização, pelos particulares, do registro de suas terras possuídas. O registro era obrigatório e seria documentado em livros abertos por vigários³⁷, responsáveis por orientar a população sobre o assunto (em missas, por exemplo) – daí a alcunha Registros Paroquiais ou Registros do Vigário (ROCHA et al., 2015). Os registros deveriam conter o nome, a localidade, “se o tiver: sua extensão, se for conhecida: e seus limites” (art. 100). Além de não ser necessário constar a extensão (medição) e os limites (demarcação), tampouco era verificada a veracidade das alegações, com

³⁷ Vale lembrar que as igrejas, especificamente as paróquias de cada localidade, faziam as vezes de cartório nos tempos coloniais e imperiais. Registros de nascimento, casamento e óbito eram ali realizados. A partir da Lei de Terras e do Decreto que a regulamentou, também os registros de terras deveriam ser realizados frente aos vigários. Esta é uma prática que será abolida apenas na promulgação da República brasileira, quando há a separação da Igreja e do Estado. Carvalho aponta para esta delegação de competência como sinal da “deficiência da máquina administrativa do Estado central”, que “só teve seu primeiro recenseamento nacional em 1872” (CARVALHO, 2008, p. 271).

a apresentação de documentos, depoimentos de testemunhas ou realização de vistorias. Declarações unilaterais, cobradas por letra redigida, estes registros imprecisos e sucintos não possuíam valor jurídico de comprovação de propriedade (ROCHA et al., 2015), embora tenham sido largamente utilizados como prova da apropriação territorial e por vezes alçados ao status de título de domínio. Apesar de todas estas fragilidades, o decreto previu que após o decurso de prazos, todos os livros de vigários deveriam ser remetidos à Repartição Geral, que formaria um registro geral das “terras possuídas”. O valor jurídico de tais registros assumiu, portanto, um caráter controverso, mas corroboramos aqui o entendimento de Rocha (et al., 2015) de que estes não eram considerados títulos de domínio e tampouco conferiam direito à propriedade.

O procedimento previsto para lidar com a zona cinzenta da apropriação territorial sem títulos deveria ser iniciado com o comando dos presidentes das Províncias às autoridades locais (juízes, delegados etc.) para que estas apresentassem informações sobre a existência de terras sujeitas à legitimação ou revalidação em seu território (op. cit., art. 28). Havendo títulos por reconhecer, o que era o caso de todas as províncias, o presidente da Província nomearia um juiz comissário a quem era proibido, salvo exceções, recusar a função. É interessante notar que o juiz comissário é uma figura criada pelo decreto, que afastou da magistratura aquela que entendemos ser a principal tarefa da Lei de 1850: a definição das fronteiras e dos destinatários do direito de propriedade territorial. Restou na competência dos juízes municipais a medição das terras com título legítimo, que embora também fosse obrigatória, correspondia a minoria dos casos. Os juízes comissários serão novos atores na rede de relações e disputas locais neste cenário de formalização dos títulos de domínio. Outras funções necessárias à medição, como a do engenheiro ou agrimensor, serão por vezes acumuladas pelo próprio juiz comissário (SILVA, 1996).

Embora obrigatória a medição, o juiz comissário não agiria de ofício, mas a requerimento e às custas dos interessados em realizá-la. No pedido inicial, deveria ser indicada a localidade e os confrontantes da área. A seguir, o juízo verificaria o cumprimento do requisito de cultivo ou criação de animais (e não apenas roçados, queimadas, ranchos), publicaria edital com a data marcada da audiência de medição e expediria a citação dos confrontantes. Aberta a audiência, o juiz ouviria a parte autora e os confrontantes, decidindo administrativamente sobre pedidos orais e escritos, de cujas decisões não caberia recurso imediato. No curso da medição, poderiam ser verificados direitos de terceiros sobre a área em medição, nomeados árbitros, e ao final serem legitimadas as posses destes terceiros, à revelia do interesse da parte autora. Das

decisões dos juízes comissários caberiam recursos ao presidente da Província e, em última instância, ao governo central. Finda a medição, pendente ou não de recurso, os autos seriam remetidos ao presidente da Província, a quem cabia a decisão final. Aprovada a medição, os autos seriam remetidos à Repartição Geral para emissão do título de domínio.

Em relação às terras públicas, as medições seriam iniciadas por aquelas reputadas devolutas onde não houvesse posses cravadas, estendendo-se às demais em seguida. Parece-nos que o governo previa esta ordem de atuação para ocorrer em paralelo à atividade das províncias, que deveriam encaminhar a regularização das apropriações territoriais particulares e definir as propriedades particulares. Veremos que a conjugação de competências entre as esferas do governo central e provincial será um complicador. Estava nas mãos dos presidentes de cada Província o estabelecimento de prazos: para o envio das informações sobre a existência de apropriações territoriais passíveis de reconhecimento, pelas autoridades locais; para a medição das terras possuídas por particulares; para a realização dos registros paroquiais das terras. O mais radical dispositivo, digamos, do decreto, era justamente o que previa que findos todos os prazos, se o particular não houvesse realizado a medição de sua terra, ele perderia o direito à reclamar pelo reconhecimento de sua apropriação territorial e a terra passaria ao patrimônio público, reputada devoluta. Ocorre que os prazos serão dilatados inúmeras vezes e ficarão obstaculizadas tanto a medição das terras públicas em geral, quanto das devolutas.

Foram previstas algumas destinações para as terras públicas – que, em sua maioria, dependiam da medição prévia. Elas poderiam ser vendidas, em hasta pública ou outro meio, a brasileiros ou estrangeiros. Parte seria reservada à colonização, em condições de concessão gratuita cumprindo apenas o pagamento de foro e, no caso de venda, de laudêmio; parte a aldeamentos indígenas, em que lhes caberia o usufruto enquanto “o seu estado de civilização” não permitisse o pleno gozo; parte a colônias militares nas regiões de fronteira (numa faixa de dez léguas), caso em que a medição poderia ser realizada após a doação de lotes a colonos nacionais ou estrangeiros, cuja vinda poderia ser organizada ou pelo governo ou por empresários que os “importariam” a suas custas segundo propostas que deveriam ser submetidas ao governo para aprovação e subsídio.

Da análise do decreto, depreende-se um imbricado compartilhamento de competências e responsabilidades. A medição das terras devolutas dependia, ao menos em parte, da ação dos particulares para avançar – ela se daria inicialmente naquelas em que não houvesse posse por

legitimar, passando posteriormente às demais. Por sua vez, a venda ou a destinação das terras públicas dependia, via de regra, da medição prévia. Por fim, da receita gerada pela venda de terras e emolumentos pagos para a emissão de títulos de domínio proveriam recursos para a continuidade das medições de terras públicas e para o financiamento da imigração. Este encadeamento, veremos, enguiçou em diversos pontos.

Antes, porém, de uma análise dos efeitos da lei da perspectiva dos diretores da Repartição Geral de Terras Públicas e órgãos que a sucederam até 1889, retomemos as constatações da historiadora Márcia Motta a partir de sua pesquisa documental referente ao antigo município de Paraíba do Sul, província do Rio de Janeiro, referente ao período 1850-1870 (1996).

3.1 Processos judiciais e o uso dos institutos da Lei de Terra em Paraíba do Sul nas décadas de 1850 e 1860

Conforme já vimos, a ocupação colonial de Paraíba do Sul iniciara a partir da construção de um caminho entre o Rio de Janeiro e as Minas no século 17, que permitiu o trânsito de pessoas e mercadorias e favoreceu a apropriação territorial às suas margens (MOTTA, 1996). Sucederam-se pedidos de concessões de sesmarias e a formação de fazendas que, mais tarde, se voltaram à produção de café e de açúcar (MOTTA, 1996). No século 19, sesmeiros passaram a ter seus domínios e poder contestados (em especial um certo sesmeiro Garcia, que deixara herdeiros) por outros fazendeiros estabelecidos na região, conflitos que por vezes resvalaram para a abertura de processos judiciais (alguns em assassinatos, inclusive), mas na maioria dos casos resolveram-se com acordos entre as partes (MOTTA, 1996). Também homens pobres, agregados, arrendatários, pequenos posseiros ousaram enfrentar o poder de fazendeiros: nestes casos, uma série de imbricados arranjos e rearranjos com a parentela e outras figuras de poder local tinham lugar, no geral afirmando o poder do fazendeiro, mas também demonstrando a insurgência de diversos atores sociais à relação ao domínio senhorial, bem como a fluidez das fronteiras e a dinamicidade da sociedade rural local (MOTTA, 1996).

Estes fazendeiros, sesmeiros e posseiros, viam-se como senhores e possuidores de terras, o que significava “exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (escravos, moradores e arrendatários)”, “ser reconhecido pelos seus vizinhos como um

confrontante”, e poder expandir seus territórios (MOTTA, 1996, p. 37). Vendo-se como senhores, nem sempre se submetiam às normativas reguladoras da ocupação territorial, seja porque esta não lhes convinha posto que limitaria sua possibilidade de expansão, seja porque, *tout court*, representaria uma limitação ao seu domínio senhorial. O cálculo para a tomada de decisão em relação a execução das exigências legais era particular a cada caso, fazenda e fazendeiro, incidindo para esta decisão uma série de fatores – a disputa com outros fazendeiros, a insegurança em relação aos intentos de pequenos posseiros etc. Vejamos como foi recebida e que efeitos produziu a Lei de Terras neste contexto.

O Registro Paroquial, como vimos, era obrigatório e deveria conter o nome, a localidade da terra, a extensão, se houvesse medição, e seus limites, se fossem conhecidos. Não era necessária a apresentação de quaisquer provas de domínio, fossem documentais ou orais, como testemunhas. Era uma declaração unilateral, cobrada por letras e registrada tal qual declarada pelo vigário. Apesar de não ter valor jurídico como título de domínio – e esta é uma posição de Rocha (et al. 2015) para enfrentar os efeitos perversos decorrentes do uso do documento para legitimação da grilagem, no século 20 e 21 –, o Registro do Vigário não deixou de servir, à época, como um instrumento de poder para conferir legitimidade pública aos interesses de fazendeiros (MOTTA, 1996). A decisão de registrar ou não a terra correspondeu a um cálculo de conveniência, o mesmo sobre a decisão de apresentar ou não o registro em processos judiciais, por exemplo.

De todos os grandes fazendeiros de Paraíba do Sul, 40% decidiu não registrar terras (o ano de referência é 1858, quando decorreu o prazo)³⁸. De todos os registros até 1858, um total de 373 pessoas declararam ao vigário possuir terras, das quais 102 constaram na listagem de notórios fazendeiros da cidade do Almanaque Laemmert (MOTTA, 1996). Assim, mais de 70% dos registros paroquiais distribuíram-se entre uma população livre de pouco mais de cinco mil pessoas que não era nem grande fazendeiro, nem escravizado. Cerca de 80% dos declarantes não informou a forma de aquisição da terra³⁹; a informação não era obrigatória e serviu como brecha da lei para ocultar apossamentos que poderiam ser tidos como ilegítimos (MOTTA, 1996).

³⁸ Dentre aqueles que estiveram envolvidos em conflitos com pequenos posseiros, o cumprimento da exigência foi maior: sete dos nove autores de processos de embargo o fizeram (MOTTA, 1996). Em relação aos barões, todos os seis nobres fazendeiros da região procederam ao registro (MOTTA, 1996).

³⁹ Os que informaram, indicaram aquisição por compra, herança, posse, doação, troca, sesmaria (MOTTA, 1996).

Em relação à extensão e limites, era comum a referência à testada da fazenda de forma mais precisa, ao passo que os limites de fundo eram “até onde se acharem”; corriqueira, também, era a omissão dos confrontantes da área (MOTTA, 1996). Ao menos em Paraíba do Sul, “se viéssemos a plotar os registros de terras em algumas regiões isso não seria possível, pois os dados não se complementariam” (MOTTA, 1996, p. 222). Nos registros, os confrontantes não se reconheciam como tais e a extensão e limites das terras eram pouco precisas, talvez porque assim permitiriam a continuidade da expansão daquele domínio (MOTTA, 1996).

Como exemplo do que ocorreu entre grandes fazendeiros, Motta traz o caso de Barradas, que realizara processo de medição antes da Lei de Terras (processo este que demorou cinco anos para terminar, de 1839 a 1844) (1996). Ele registrou sua fazenda em 1855, apresentando quatro confrontantes. Embora estes quatro tenham realizado o registro paroquial, apenas dois também o reconheceram como confrontante – Vieira da Cruz e Souza Freitas; os outros dois, não – Gomes Leal e Quirino da Rocha. Gomes Leal, embora não tenha apontado Barradas, foi reconhecido como confrontante por Souza Freitas: seu domínio não era questionado. Já Quirino da Rocha, a historiadora supõe que fosse herdeiro de um dos embargantes da medição de Barradas e, portanto, não reconhecia como válido o limite definido pelo grande fazendeiro e não o reconheceu como confrontante (MOTTA, 1996). Outro indício, nos registros, da permanência dos litígios sobre as fronteiras é o caso do fazendeiro Bernardes Dias (MOTTA, 1996). Ele fora um dos que embargou a medição de Barradas à época do processo afirmando-se como confrontante. Barradas não o reconheceu como confrontante – nem no processo de medição aberto em 1839, nem no registro de sua fazenda –, mas Dias, quando registrou suas terras, insistiu em afirmar-se como tal. Acompanhando os demais confrontantes que Bernardes Dias apontou, há ainda dois casos interessantes: um deles não o reconheceu como confrontante, mas à Barradas, e um segundo reconheceu a ambos, Dias e Barradas como confrontantes (MOTTA, 1996). Motta conclui, a partir destes exemplos, que o conflito pelas fronteiras continuava e que os arranjos entre fazendeiros e lavradores estavam ainda por se estabilizar, não estando as divisas no todo definidos (1996).

Desta complexa relação de nomes, o que se conclui, em primeiro lugar, é a incongruência entre os registros paroquiais de terras de uma mesma região: as informações não se complementam, mas se *confrontam*. Retome-se as resistências ao cumprimento das normativas em função da limitação do domínio senhorial que elas representavam, que persistem, somadas

às relações locais de disputas por território, o que percebemos é uma operação do dispositivo legal (obrigatoriedade do registro paroquial da terra) a partir de outros sentidos (MOTTA, 1996). Em especial, como expressão dos interesses, arranjos mútuos ou enfrentamentos presentes na disputa para a consolidação de uma dada apropriação territorial.

Motta acompanha o caso de Honório da Costa Espírito Santo, liberto, que realizou o registro paroquial em dezembro de 1855 declarando ter recebido de herança de seu “libertador”, junto a outros herdeiros, “uma porção de terras que ao todo não sabemos quanto tem em razão do mesmo senhor ter desmembrado em algumas sem pôr medição” (MOTTA, 1996, p. 232). Os demais herdeiros, também libertos, não registraram suas terras e os confrontantes da fazenda não o reconheceram como tal (MOTTA, 1996). Já Antônio Moçambique, outro liberto, pôde contar ao menos com o reconhecimento de um de seus confrontantes de sua terra – ele indicara cinco, dois procederam ao registro, mas um deles, lavrador, não o mencionou (MOTTA, 1996). Se, por um lado, a Lei de Terras permitia que alguns libertos viessem a registrar terras ocupadas por posse ou recebidas por doação de seus respectivos senhores, por outro, a manutenção da posse e a expectativa de vê-la transformada em propriedade dependiam do reconhecimento dos confrontantes na legitimação de sua terra e no sucesso da transformação do Registro Paroquial em prova de domínio (MOTTA, 1996).

Não bastava um fazendeiro/lavrador/pequeno posseiro registrar determinada terra como sua e apontar confrontantes, era necessário que outros fizessem o mesmo – tanto proceder ao registro quanto corroborar a indicação da divisa. Do contrário, restava frágil a pretensão ao domínio sobre aquela área e o registro, no lugar de fortalecer a alegada apropriação, poderia terminar por desqualificá-la ou torná-la alvo de questionamentos (MOTTA, 1996). Era necessário que outros elementos fossem mobilizados para que tal reconhecimento ocorresse, com a demonstração de poder e de alianças, “relações de reciprocidade e dependência entre *senhores de terras* e/ou lavradores” (MOTTA, 1996, p. 226). Assim, embora não possuísse valor jurídico como título de domínio, a sua presença ou ausência nos livros de registros dos vigários denotam este particular jogo de forças e decisões estratégias para firmar o poder sobre a terra.

Era preciso muito prestígio, poder e talvez um pouco de sorte *para que o registro de suas terras fosse reconhecido* como fiel à realidade da área ocupada, ou seja, que todos os confrontantes citados também registrassem suas respectivas terras e o reconhecessem como *senhor e possuidor* de toda a extensão anotada e delimitada no

registro. [...] Talvez não tenha sido à toa que todos os barões⁴⁰ que possuíam terras em Paraíba do Sul seguiram as determinações legais e as registraram (MOTTA, 1996, p. 227).

Em relação aos litígios judiciais envolvendo questão de terras em Paraíba do Sul, nenhum dos processos de embargo possessório abertos entre 1857 e 1860 fez referência ao registro paroquial de terras e tampouco à Lei de 1850 (MOTTA, 1996). Apesar de já estar em vigência a nova legislação, fazendeiros e lavradores continuaram requerendo embargo de roças de pequenos posseiros a partir dos mesmos institutos de outrora, em especial a partir das Ordenações Filipinas e do depoimento de testemunhas (MOTTA, 1996). Para Motta, “se a lei [...] viera tão somente salvaguardar os interesses dos grandes fazendeiros, seria de se esperar que seus artigos e os próprios registros de terras dela oriundos aparecessem nos processos de embargos abertos após 1857, ano do término do prazo de entrega [destas] declarações [...]”, mas não foi o que aconteceu – ao menos não naquele período e região (1996, p. 234-235).

Dentre os conflitos judiciais mais interessantes apresentados pela historiadora Motta sobre o período posterior à Lei de Terras, está o que envolveu uma fazenda denominada Cantagalo, em Paraíba do Sul (1996). Em janeiro de 1857 o Barão Entre Rios, que decidira registrar sua terra de forma vaga um mês após o início deste litígio, abriu um processo de embargo contra Antônio Pascoal. O barão alegava ter cedido uma pequena porção de terras à Pascoal por comodato (uma espécie de empréstimo gratuito), mas que ao buscar revogá-la, foi desobedecido (MOTTA, 1996). Pascoal era um agregado da fazenda de Entre Rios que atuou como auxiliar do piloto de corda durante o processo de medição que este instaurara, julgado um ano antes, para demarcar suas terras (MOTTA, 1996). Pascoal alegava que o barão havia se excedido na medição de suas terras para “abranger uma área superior àquela que efetivamente possuía”, e que “a pequena parcela por ele ocupava não pertencia ao barão”, justificando no processo que até aquele momento não haviam reclamado a questão porque ele e a esposa enquanto “pobres e sobrecarregados de filhos não se animaram a contender com fazendeiros poderosos” (MOTTA, 1996, p. 242).

A contenda versava essencialmente sobre se Entre Rios seria senhor e possuidor de quatro sesmarias, ou também de uma quinta que ele alegava ter comprado posteriormente (MOTTA,

⁴⁰ Conforme vimos, a distribuição de títulos de nobreza a fazendeiros se ampliou a partir de meados do século 19, em uma tentativa da monarquia de aproximá-los, cooptá-los, ou incentivá-los a apoiar o regime político imperial e conferir legitimidade à Coroa (CARVALHO, 2008).

1996). Ocorre que o barão era “um dos principais fazendeiros de café, presidente da Câmara de Vereadores e Juiz de Paz”, além de ter um genro subdelegado de polícia: uma eventual vitória de Pascoal seria difícil (MOTTA, 1996, p. 244). Mas Pascoal não deixou de defender-se no processo, recorrendo a estratégias para buscar demonstrar que o barão, embora senhor e possuidor de sesmarias, havia ampliado suas fronteiras de forma ilegítima e se apossado de terras que ultrapassavam os limites de suas concessões, buscando consagrar tal expansão na medição de sua fazenda e no registro no livro do vigário, sobrepujando-se a outras posses legítimas na mesma área (MOTTA, 1996). Tratava-se, enfim, de uma defesa de que ele também era posseiro e poderia ver seu direito à terra reconhecido conforme dispunha a Lei de Terras, posto que o quinhão em litígio era terreno devoluto e não fazia parte das sesmarias do barão (MOTTA, 1996). Pascoal “julgava-se ‘associado [ao dito lugar] em virtude da Lei de Terras, por serem as sobras de terrenos devolutos” (MOTTA, 1996) e requereu, inclusive, que o juízo determinasse a apresentação do registro paroquial de terras daquela área, o que foi ignorado por ambos juiz e barão (MOTTA, 1996).

Se é obviamente impossível traduzir as reais intenções de Antônio Pascoal ao referir-se à Lei de Terras de 1850, não é difícil imaginar que ele sabia que ela postulava como uma de suas atribuições, a legitimação das terras devolutas ocupadas por posse. Assim, ao se referir à Lei de Terras, Antônio Pascoal procurava utilizá-la como argumento jurídico a seu favor. Não é à toa que Antônio terminou o seu depoimento afirmando que, “têm inúmeras [pessoas] que têm reclamado contra usurpação desta medição, como são por exemplo três cunhados seus, Calisto, e outros moradores”, embora nenhuma o tenha feito judicialmente. Antônio Pascoal procurava mostrar ao juiz que não era apenas ele que questionava os limites territoriais da fazenda do Barão de Entre Rios. (MOTTA, 1996, p. 247)

Por seu turno, o advogado do barão insistiu em utilizar-se da processualística das Ordenações Filipinas e do recurso aos depoimentos de testemunhas para contornar as disposições da legislação agrária vigente (MOTTA, 1996, p. 247). À menção de Pascoal à Lei de Terras, o advogado do autor respondeu que “se o réu tivesse realmente consultado a Lei de Terras, ‘veria que ela de nenhum modo favorece a sua pretensão [...], e seu fim fora extremar a propriedade pública da particular” (MOTTA, 1996, p. 248). Em outras palavras, para o advogado do barão a Lei referia-se apenas às pretensões de domínio e reconhecimento da posse de fazendeiros. Mais curiosamente ainda, o advogado do barão alegava que “mesmo que o réu estivesse certo (e aquele terreno [em litígio] fosse devoluto), a lei não o favorecia, já que ela “proíbe com muita recomendação a ocupação dos terrenos devolutos” (MOTTA, 1996, p. 249). Ora, o que transparecia desta argumentação é que, em sendo terra devoluta, o direito de vê-la apropriada ao domínio particular cabia apenas a fazendeiros, não a pequenos posseiros,

agregados, pequenos lavradores que exerciam, com seu trabalho, a posse efetiva e o cultivo da terra. O advogado do barão continuou sua argumentação alegando que

o mal' ameaçava tomar proporções mais sérias: 'uma malta de aventureiros vociferando os mesmos fundamentos' havia acometido com armas a fazenda do Barão de Entre Rios. Além disso, 'o mesmo acontecimento teve lugar simultaneamente em outras fazendas agrícolas do município. (MOTTA, 1996, p. 250)

De fato, assim como alegara o réu Pascoal e reafirmara o advogado de Entre Rios, não era apenas este barão que se preocupava com o domínio de suas terras frente às insurgências de pequenos posseiros (MOTTA, 1996). Enquanto correu este processo (de janeiro de 1857 a setembro de 1858), o nobre fazendeiro Barão de Piabanha também viu seu poder contestado por diversos personagens menos “ilustres”. Nos anos de 1857 e 1858, foram sete processos de embargos de Piabanha contra moradores da região que reclamavam seu direito à terra e a legitimidade de sua posse: José Félix, Emidio Moreira Gomes, Lucindo da Silveira Neves, Pedro Antônio da Silveira Neves, Mariano Borges de Oliveira (MOTTA, 1996). Em todos, alegou o barão que lhes fora concedido morar naquelas terras com a condição de que poderiam ser despejados a qualquer tempo, e que ao contrário da sua vontade vinham abrindo roças para plantio e recusando-se a deixar a terra (MOTTA, 1996). Nos meses seguintes, a contenda continuava: a então viúva Baronesa de Piabanha entrou com um só embargo contra seis pessoas: Jerônimo José Gonçalves, Fidelis José dos Anjos, José Pascoal de Faria, Manoel Pascoal de Faria, Antônio Pascoal e sua esposa (MOTTA, 1996). A união de diversos personagens da região em uma única ação parece indicar, para Motta, uma unidade de atuação destes pequenos posseiros (1996).

A partir destes vários nomes de réus, somados aos nomes das testemunhas arrolados para suas defesas, Motta costura uma relação interessante entre eles⁴¹: ela compreende que se gestava uma comunidade de pequenos posseiros, com “relações pessoais marcadas pelo parentesco”,

⁴¹ Retomemos: Pascoal litigava com Entre Rios, afirmando que por ter sido piloto de medição das terras do fazendeiro, sabia que este havia se excedido e que, ademais, o sítio que reivindicava como seu era terra devoluta e ele deveria ser igualmente reconhecido como posseiro (MOTTA, 1996). Pascoal ainda mencionava que não apenas ele, mas também três cunhados e outros moradores da região estavam insatisfeitos com as medições, e afirmava saber que a Lei de Terras lhes dava o direito de requerer seu reconhecimento como pequenos posseiros (MOTTA, 1996). Entre os réus dos processos de Piabanha, temos Mariano que também afirmará ter direito à posse, seja porque a terra que ele requeria não estava inclusa nas terras do barão ou, subsidiariamente, porque mesmo que fizesse parte, isto não o impediria de ser reconhecido como pequeno posseiro (MOTTA, 1996). Entre as testemunhas de Mariano, três eram parentes seus e os demais moradores da região. Temos ainda pelo menos outros quatro réus que foram embargados separadamente pelo barão por praticar atos possessórios. Por fim, tanto Pascoal quanto Mariano referiam-se a uma mesma região, denominada Cantagalo (MOTTA, 1996).

“estratégias comuns” e manutenção de “uma cumplicidade entre si” (MOTTA, 1996, p. 271). A historiadora encontra “indícios de que os pequenos posseiros estavam agindo [em uma mesma] direção, questionando os limites territoriais das fazendas dos *senhores e possuidores de terras*”, e que “difícilmente estavam agindo sozinhos” (MOTTA, 1996, P. 272). A participação nestes processos, ou o mero conhecimento do seu curso, acabava por envolver uma comunidade maior que a local e engajar (ou demonstrar engajamento de) diversas pessoas, entre réus e testemunhas. Mais que isso, observa Motta que os litígios judiciais reportam à apenas parte das tensões existentes à época, e que “o conflito certamente não se restringia às parcelas de terras reivindicadas pelos rebeldes agregados e tendia a se generalizar”, sendo a região o “o foco central” de disputas (MOTTA, 1996, p. 271). Ao mesmo tempo, sendo o foco central, “o que ali ocorria e a decisão judicial acerca do direito de posse” poderia impulsionar novos levantes e abrir “brechas para outros pequenos posseiros [alegarem] possuir parcelas de terras em outras áreas também devolutas” (MOTTA, 1996, p. 271).

O ápice dos conflitos ocorreu em março de 1858, com um evento que ficou conhecido como “A sublevação na fazenda do Senhor Barão do Piabanha” (MOTTA, 1996, p. 278). O *Jornal do Comércio*, um veículo da grande imprensa de âmbito nacional, veiculou em 20 de março de 1858 a notícia da sublevação:

Os agregados da fazenda do Sr Barão do Piabanha levantaram-se contra o filho deste senhor. O Juis Municipal de Paraíba informado deste acontecimento mandou até uma pequena força, que conseguiu prender três dos cabeças. Logo depois porém armaram-se os demais sublevados em número de trinta e arrancaram os presos das mãos da Justiça (MOTTA, 1996, p. 1)

O levante ocorreu em 17 de março de 1858, quando agregados e arrendatários ocuparam uma parte das terras do filho de um barão, mantendo-o preso (MOTTA, 1996). A polícia da província foi acionada, grande contingente de policiais encaminhado de Petrópolis e Niterói à Paraíba do Sul, além de cem praças (MOTTA, 1996). Em 25 de março, o *Jornal do Comércio* noticiava que eram 86 homens equipados com armas de fogo, pólvora, balas e facas que resistiam à força pública (MOTTA, 1996). Apenas dez dias depois foi possível rendê-los (MOTTA, 1996). Presos, muitos prestaram depoimentos, sobre os quais o *Jornal do Comércio* voltou a comentar em 1º de abril de 1858:

O acontecimento a que nos referimos e que todos devem lamentar deve-se à má interpretação da Lei de Terras, publicada em uma folhinha dos Senhores Laemmert. Os revoltosos confessam que estavam inteiramente convencidos de que defendiam a

sua legítima propriedade, que aquelas terras eram públicas. (MOTTA, 1996, p. 275-276)

Parte dos personagens do levante apareceram nos processos judiciais anteriores – como Emidio Moreira Gomes, apontado por alguns como liderança e José Pascoal de Faria, ambos embargados pela baronesa; Calisto, cunhado de Antônio Pascoal (MOTTA, 1996). Sobressaem dos interrogatórios as afirmações: que “seu plano era de conquistarem aquelas terras, que estão convencidos não são do proprietário, porque nunca lhes mostrou seus títulos” (MOTTA, 1996, p. 276); que “havia tomado a decisão de ‘ficarem e resistirem ao que viesse, para defenderem os seus serviços, enquanto não lhes mostrasse os documentos das terras’” (MOTTA, 1996, p. 276-277); que viram “o Livro da Lei (...) e que todo o barulho foi movido em virtude da mesma lei que lhes dava o direito” (MOTTA, 1996, p. 277).

Moradores das fazendas ou regiões das cercanias, por vezes agregados ou arrendatários dos senhores de terras, esta associação de pequenos posseiros desenvolveu mais de uma frente para buscar pela efetividade da Lei de Terras, pela disputa pelos sentidos abertos dos seus dispositivos e pelo tensionamento de fazendeiros e da justiça para fazerem-se ouvir. A leitura sobre o evento, à época e com ressonâncias até os dias de hoje, fora de que sua interpretação era equivocada e que a Lei não lhes conferia direito algum (MOTTA, 1996). Embora este resultado não nos pareça dado, se analisarmos apenas a letra da lei, sabemos que outros mecanismos operaram para, de fato, consolidar a apropriação territorial dos fazendeiros como vencedora.

A sentença do caso Antônio Pascoal, antigo agregado e ajudante do piloto de corda da fazenda de Entre Rios, foi pela confirmação do embargo (MOTTA, 1996). Proferida em março de 1858, foi provavelmente o estopim para a sublevação de seus companheiros, os agregados do outro Barão, Piabanha (MOTTA, 1996). Em abril de 1858, Pascoal recorreu da decisão em sede de apelação, dirigida à Relação do Rio de Janeiro, tribunal de segunda instância à época⁴² (MOTTA, 1996). Foi representado por um importante advogado, que construiu a apelação com argumentos da Lei de Terras, apontando que o Barão de Entre Rios não apresentara em juízo a

⁴² “Após a independência, a Constituição de 1824 promoveu mudanças na estrutura da administração da justiça, prevendo a criação de um novo tribunal, o Supremo Tribunal de Justiça, e de tribunais da relação nas províncias em que se fizessem necessários. As relações deveriam julgar as causas em segunda e última instância, estando sujeitas ao Supremo Tribunal de Justiça [...]. [Em 1833] se restaurou a Relação do Rio de Janeiro, retornando à sua condição de tribunal local. Sua jurisdição passou a abranger as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.” (CABRAL, 2011, s/p).

confirmação da medição de sua sesmaria e que foram desconsiderados, no processo de medição, os dispositivos do regulamento da Lei de Terras que asseguravam “o direito à terra àqueles que haviam ocupado uma posse no interior de uma sesmaria”, em particular o artigo 41 (MOTTA, 1996, p. 251-252). Em setembro de 1858, o tribunal confirmou a sentença, dando procedência ao pedido de embargo e despejo de Entre Rios, e não reconhecendo Pascoal como legítimo possuidor da área (MOTTA, 1996). Mesmo fim teve Mariano, que pleiteava a posse de um sítio em face do Barão Piabanha: em 17 de abril de 1858, a sentença confirmou o despejo e deu procedência do pedido do barão (MOTTA, 1996). Mariano recorreu da decisão em sede de apelação, e em novembro de 1859 saiu relativamente vitorioso: conseguiu a anulação de todo o processo de despejo, mas ainda não havia garantido “o reconhecimento legal para sua permanência naquele quinhão de terra” (MOTTA, 1996, p. 268). Assim, dentre aqueles que buscaram – e puderam buscar – o reconhecimento do seu direito à terra na justiça, confirmavam-se caso a caso a inaplicabilidade da Lei de Terras no sentido pretendido pelos pequenos posseiros, e a prevalência do poder, interesses e domínio sobre as terras por grandes fazendeiros.

A partir da pesquisa de Márcia Motta (1996) sabemos que alguns pequenos posseiros, homens livres e pobres, enxergaram na nova lei agrária uma abertura para buscar o reconhecimento do seu direito àquelas terras por eles ocupadas ao tempo da promulgação da lei, em oposição ao poder de senhores e fazendeiros; abertura esta que, entretanto, não lhes garantiu o efetivo direito à terra. A seguir, faremos uma análise em sentido mais amplo sobre a efetividade da Lei de Terras e de seu Regulamento, do ponto de vista do governo imperial.

3.2 Os Relatórios da Repartição de Terras Públicas e órgãos que a sucederam

A Lei de Terras e o Decreto que a regulamentou pareceram dirigir-se à questão fundiária nacional como um problema transitório, passível de resolução num dado período de tempo em que seriam destacadas as terras particulares das públicas, medidas e cadastradas todas elas, e definida e executada a destinação, pelo menos em parte, das terras devolutas – venda, colonização estrangeira ou nacional, fundação de povoados, aldeamentos indígenas, construção de edifícios ou obras públicas etc.

Como já abordamos anteriormente, à época dos debates legislativos, a cobertura dada em jornais foi pequena, mas mencionava as dificuldades de implementação da Lei de Terras no curto prazo (CARVALHO, 2008). Já nos momentos seguintes à promulgação do decreto que a regulamentou, havia certo otimismo em relação às transformações que tais normativas poderiam produzir (MOTTA, 1996). O ano era 1856, e a perspectiva era de que a lei traria o fim dos conflitos e a segurança da propriedade, incentivando assim a vinda de novos colonos europeus ao Brasil, além de promover a colonização de indígenas, “filhos do país” que se integrariam a partir dos aldeamentos e da catequese, à nação⁴³ (MOTTA, 1996, p. 204-205).

No verbete referente à Repartição-Geral de Terras Públicas do Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial do Arquivo Nacional, encontra-se que este “foi o primeiro órgão do governo destinado a dedicar-se a esse problema [da questão fundiária] e sua história é a das contradições da implementação dessa política” (ALMEIDA, 2015). A Repartição foi extinta em 1861, mas foi substituída por outros órgãos com funções similares que se sucederam ao longo do Império⁴⁴ (CARVALHO, 2008).

A partir da “leitura dos relatórios dos ministros do Império (até 1860)” à frente da Repartição Geral de Terras Públicas e, após, dos ministros “da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1860 a 1889)” que se centra boa parte da discussão de José Murilo de Carvalho sobre a efetividade da Lei de 1850 (2008, p. 341). Carvalho vê nos documentos uma continuidade de relatos de frustrações dos ministros encarregados da direção da execução da Lei de 1850 (2008).

⁴³ A Lei de Terras e o Decreto que a regulamentou previram a reserva de terras devolutas para a colonização e aldeamento de indígenas, que seriam destinadas ao seu usufruto até que o seu “estado de civilização” permitisse o pleno gozo. Também previram que caso um indígena quisesse declarar perante o vigário o registro de sua terra, deveria recorrer a um tutor que suprisse sua falta de capacidade civil. Mas, talvez o mais importante artigo para a posterior disputa pelo reconhecimento do seu direito à terra é aquele que determina: “Art. 24. Estão sujeitos à legitimação: §1º As posses, que se acharem em poder do primeiro ocupante, não tendo outro título senão a sua ocupação” (BRASIL, Decreto n. 1.318 de 1854). As teses jurídicas do indigenato e do direito originário à terra partirão deste dispositivo para construir a defesa do que poderia parecer óbvio: o acesso à terra pelas populações originárias. Este contexto jurídico de expropriação e violência em relação aos povos indígenas só vai ser alterado com a Constituição de 1988, quando foi conquistado o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam (HAGINO, QUINTANS, 2015). As lutas para a efetivação deste direito persistem e são objeto de disputas intensas no âmbito dos três poderes.

⁴⁴ “A Repartição Geral de Terras Públicas [...] foi extinta em 1861, como consequência da implantação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Foi substituída pela 3ª Diretoria de Terras Públicas e Colonização do novo Ministério. [...] Em 1870 criou-se uma Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas que, por sua vez, foi transformada em 1875 em Inspetoria Geral das Terras e Colonização. Houve ainda uma Agência Oficial de Colonização criada em 1863 e incorporada à Inspetoria em 1875” (CARVALHO, 2008, p.344-345).

Um dos primeiros problemas apontados pelo autor foi a displicência das províncias e municípios em informar o governo central sobre a existência de terras devolutas em seus territórios, ou de sesmarias e posses que requereriam processo de revalidação ou legitimação, reclamação que já apareceu nos relatórios dos dois anos seguintes à vigência do Decreto 1.318 de 1854 (CARVALHO, 2008). O mesmo problema foi apontado por Motta em relação aos aldeamentos indígenas, a cujos requerimentos da Repartição Geral e suas sucessoras a Província do Rio de Janeiro ignorou diversas vezes (MOTTA, 1996). Em suma:

Ao forjar a inexistência de terrenos devolutos em seus municípios, as Câmaras Municipais da Província do Rio de Janeiro, e provavelmente também de outras províncias, reiteravam os pressupostos que haviam consagrado o poder dos *senhores de terras*. Enquanto vereadores, os grandes fazendeiros nada mais faziam do que impedir a regularização da estrutura fundiária, capaz de limitar os seus poderes. Em cada cantão do território fluminense e quiçá do nacional, se criava a ficção da inexistência de terrenos devolutos, ao mesmo tempo que fazendeiros e lavradores continuaram a expandir suas terras pelas portas dos fundos de suas fazendas e sítios. (MOTTA, 1996, p. 212-213)

Na mesma linha, o verbete sobre a Repartição-Geral de Terras Públicas do Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial do Arquivo Nacional traz que esta divisão de competências entre governo central e províncias representou um entrave na execução da lei:

Para a execução da lei, as tarefas foram divididas entre os governos provinciais e o governo central. Aos primeiros caberia, sobretudo, a etapa inicial do processo, que seria informar ao governo central sobre a existência das terras devolutas e demarcar prazos para a legitimação das posses e sesmarias locais. Mesmo aparentemente mais simples, essa etapa era das que apresentavam mais problemas, pois diversos governos provinciais negligenciavam e falsificavam informações, chegando, por vezes, a afirmar que nenhuma terra devoluta existia em sua jurisdição, o que contaminava o processo já na sua gênese. (ALMEIDA, 2015, s/p)

Saltando nove anos da publicação do Decreto, Carvalho afirma que constou, no relatório de 1863, a menção à “repugnância que ainda em muitas províncias se nota contra a execução de terras”, no que dizia respeito à legitimação e revalidação” (CARVALHO, 2008, p. 342). No relatório de 1870, “o ministro [...] [a]firmava que posseiros ainda julgavam que os agentes do governo os queriam ‘espoliar de suas propriedades’” (CARVALHO, 2008, p. 342). No de 1871, requeria-se a “reformulação da lei por não ter nem mesmo impedido a invasão das terras públicas”, e no de 1875 “o ministro afirmava que as sucessivas prorrogações de prazos para revalidação e legitimação a que o governo era forçado ‘têm-lhes feito acreditar [aos proprietários] que nunca se verão privados das terras pela imposição do comisso [...]’, e pedia

a marcação de um prazo improrrogável” (CARVALHO, 2008, p. 343). Assim, fracassava a proibição da apropriação ilegal das terras públicas e o próprio intento de regularização dos títulos de domínio e de discriminação das terras privadas e públicas (CARVALHO, 2008).

Um segundo problema abordado por Carvalho foi o da resistência dos vigários em realizar o registro paroquial das terras, seja por morosidade ou por conflito de interesses, já que muitos deles eram proprietários ou posseiros, como também a Igreja era grande proprietária (CARVALHO, 2008). Além disso, percebeu-se a fragilidade de tal registro, porque impreciso e arbitrário, visto que para fazê-lo não era necessário apresentar documentação comprobatória do direito de propriedade declarado (CARVALHO, 2008; MOTTA, 1996; ROCHA et al., 2015).

Para além das resistências de diversos atores na execução da Lei de Terras – municípios, províncias, fazendeiros, párocos etc. –, Carvalho defende que o próprio governo mostrou-se incapaz de levar a cabo as medições, a cobrança de multas, a discriminação das terras públicas e sua venda (ou outra destinação) por falta estrutura burocrática e profissionais qualificados para desempenhar as funções (CARVALHO, 2008). “O país simplesmente não possuía agrimensores em número suficiente, e muito menos engenheiros”, era elevado o custo “da medição de terras nas grandes distâncias brasileiras”, e “em nível local” notava-se a “fraqueza da burocracia central” (CARVALHO, 2008, p. 346). A título de exemplo, em 1863 tinha-se “apenas dez funcionários na capital, 25 em cinco delegacias provinciais (E. Santo, S. Paulo, S. Catarina, Paraná, Rio G. do Sul), 14 engenheiros distribuídos por 11 províncias e 17 juízes comissários” (CARVALHO, 2008, p. 344). Tais delegacias regionais “foram sendo paulatinamente fechadas, restando apenas a do Rio Grande do Sul em 1871” (CARVALHO, 2008, p. 344). Segundo Carvalho, o “Relatório de 1871 já pedia o fim das medições prévias e [defendia] a concessão gratuita de terras, devendo os concessionários arcar com os custos da medição”, para que, dentre outros, o Brasil fosse capaz de atrair imigrantes espontaneamente (2008, p. 343).

É nesta mesma linha a compreensão presente no verbete que define a Repartição-Geral de Terras Públicas do Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial do Arquivo Nacional. Para além da falta de braços e de recursos ao órgão responsável pela execução da Lei de 1850, estava a complexidade da tarefa e a concentração de muitas atribuições a um mesmo e diminuto órgão (ALMEIDA, 2015). Estavam sob comando da

Repartição Geral, para além da medição e cadastramento das terras devolutas e organização dos registros das particulares, as funções de “determinar quais porções de terras devolutas deveriam ser reservadas para a colonização indígena, para a fundação de povoações ou para outros estabelecimentos públicos”, “os serviços de mapeamentos de terras devolutas para aldeamentos indígenas [...] mas também todas as questões relativas a essas aldeias, como a catequese e mesmo sua administração”, e “coordenar a promoção da colonização, nacional e estrangeira” (ALMEIDA, 2015, s/p). Esta última, de organizar a imigração e a colonização, será pouco a pouco desvinculada da questão da terra e empreendida de forma separada à execução da Lei de 1850, sendo financiada por verbas orçamentárias e não mais a partir da receita auferida com a venda de terras ou com os custos de chancelaria (CARVALHO, 2008). Prossegue o verbete:

os maiores proprietários, boa parte deles em situação irregular na ocupação de terras, simplesmente deixavam de registrar suas posses pelo temor de que essa regularização pudesse significar possível perda de domínio. Ou ainda, esses mesmos senhores se abstinham dessa normalização visando apossarem-se de mais terrenos sem a intromissão do poder central no seu domínio local. Compreendendo que a base política econômica de sustentação da monarquia eram justamente esses grandes latifundiários, fica mais fácil compreendermos as razões da dificuldade na aplicação desta lei, com a ‘vista grossa’ ou até mesmo com o apoio dos mandantes regionais, que contribuíram para o não funcionamento da Repartição Geral de Terras da forma ideal. (ALMEIDA, 2015, s/p)

A falta de coordenação e articulação entre a Repartição Geral e as Repartições especiais apontada evidencia tensões entre o governo central e as províncias, bem como a recepção por fazendeiros sesmeiros e grandes posseiros da lei e decreto acima analisados. A compreensão majoritária sobre a lei é a de que ela se frustrou em seus objetivos de impedir o apossamento de terras públicas por particulares, de canalizar recursos para a política de imigração e de organizar o cadastramento das terras no Brasil, extremando o domínio público do particular.

Ligia Osorio Silva, em seu livro *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*, argui que a Lei de Terras foi “a primeira legislação agrária de longo alcance da nossa história”, cujo intuito foi colocar “a sociedade brasileira, ainda escravista e arcaica, nos rumos da modernidade” (2008, p.15). Ao intervir na questão da terra, a lei “visava promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra que a situação confusa herdada do período colonial tornava indispensável” (SILVA, 2008, p. 15). Silva, sobre a Lei de Terras e seu regulamento, corrobora a interpretação de que sua aplicação prática enfrentou inúmeros problemas, em especial a apropriação ilegal de terras públicas, que continuou desenfreada, a

ponto de o governo desistir de vendê-las, conforme previa a lei, continuando a cedê-las gratuitamente (1996).

Silva centra suas análises nas décadas finais do Império (1996). Houve diversos atos normativos que intentaram enfrentar a ilegalidade dos apossamentos e a baixa efetividade da Lei de Terras (SILVA, 1996). Em 1873, o governo imperial emitiu um aviso que permitia aos posseiros comprarem as terras que haviam ocupado após 1854; o objetivo era principalmente fazer cessar a invasão sobre terras públicas (SILVA, 1996). Foi criada em 1874 uma comissão para tal fim, extinta logo após sem ter logrado êxito, e em 1876 criada a Inspetoria de Terras e Colonização, que existiu até fim do Império (SILVA, 1996). Este ano de 1876 foi o momento de reforma do regulamento inicial da Lei de Terras, simplificando mecanismos para a demarcação de terras privadas e públicas; entretanto, os problemas de inefetividade das normas seguiriam (SILVA, 1996). O governo não conseguia saber onde estavam as terras públicas, muito menos fazer cessar a sua apropriação por particulares (SILVA, 1996).

Em uma avaliação ampla da efetividade da Lei de 1850 no que tange à demarcação das terras devolutas e a discriminação destas das particulares, tínhamos em 1886 apenas seis comissões de medição funcionando nas províncias de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (SILVA, 2008). Sobre as demais províncias onde não funcionavam comissões, o órgão geral de terras tinha pouquíssimas informações (SILVA, 1996). Sobre o período entre 1881 e 1889, em que os relatórios do órgão central de terras expressavam o intento de demarcar terras públicas para destiná-las à imigração, Silva (1996) elencou algumas informações: nada estava feito em relação à regularização da propriedade territorial e tampouco em relação às terras devolutas em Santa Catarina, à exceção de alguns lotes demarcados por companhias de colonização; no Paraná, sabia-se de invasões de terras com potencial produtivo por particulares em detrimento do Estado; no Rio de Janeiro, dizia-se não haver mais terras devolutas e caso a intenção do governo fosse realizar a colonização com novos imigrantes, teria que comprá-las de particulares; o Ceará não apresentava interesse nem na demarcação de terras públicas, nem na vinda de colonos (SILVA, 1996).

Foi sendo deslocada e separada da questão de terras a questão migratória, haja vista que não se tornava possível a discriminação de terras públicas e privadas e a destinação das públicas para as finalidades previstas em lei. Antes da Lei de Terras, o governo cedia lotes gratuitamente a colonos que migravam por conta própria ou do governo; após a lei, o governo passou a ceder

a companhias criadas para este fim, que as vendiam a colonos (SILVA, 1996). Conforme já dissemos, o financiamento da colonização se desvinculou da execução da Lei de Terras ao longo do tempo (CARVALHO, 2008).

Nas províncias onde funcionaram comissões, as informações reunidas por Silva (1996) são de que em Pernambuco houve a medição de algumas terras devolutas, mas a percepção do presidente da província em meados da década de 1880 era de que ainda restava tudo por fazer, especialmente se se quisesse destinar terras a colonos (SILVA, 1996). Os intentos não prosperaram e até 1889 todos os funcionários do órgão de terras à época foram exonerados sem terem avançado nas medições (SILVA, 1996).

Na Bahia, nenhuma medição pública havia sido feita até 1886, quando foi criada uma companhia de colonização e imigração para promover a vinda de colonos à província (SILVA, 1996). A companhia requereu ao governo a nomeação de uma comissão para medição e demarcação de terras para que a província soubesse quais poderia destinar à colonização, e para que cessassem as invasões às terras públicas (SILVA, 1996). O engenheiro-chefe das medições, que acumulava a função de juiz comissário, relatou que a situação da apropriação territorial era tão conflituosa entre sesmeiros e toda sorte de posseiros que vivia-se um estado de anarquia e, não raro, de práticas de homicídios, agregando que a situação era agravada com a participação de autoridades da província fomentando um ou outro grupo a apossar-se de terras não cultivadas e que seriam, portanto, públicas (SILVA, 1996). A instabilidade social não diferia muito do cenário de outras épocas, anteriores à promulgação da Lei de Terras, conforme o relatório encaminhado em 1887 à Inspetoria Especial de Terras e Colonização, órgão central responsável pela questão agrária à época (SILVA, 1996, p. 196):

Os indivíduos que vêm do alto sertão em procura das terras devolutas entendem que estas pertencem a todos ou ao governo, o que na opinião deles quer dizer a mesma coisa e que qualquer um pode apossar-se de um pedaço.

Daí resulta que vem um indivíduo toma conta de uma grande extensão de terreno, considera-o seu e o demarca quando vem Outro e quer Se estabelecer no mesmo terreno por entender ter ele o mesmo direito que o primeiro; o resultado é quase sempre um crime.

Outros fundam benfeitorias nas terras devolutas, com o único fito de vendê-las, o que sempre é realizado a crédito, por não possuir meios o indivíduo recém-chegado do sertão.

Este depois de feito alguns pagamentos é informado de que o primeiro individuo não lhe podia vender as terras pois que estas pertencem ao Estado; o resultado é recusar elle pagar o restante da quantia contratada e d'ahi originar-se outro crime.

No Espírito Santo, também em 1886, relatava-se que desde a extinção da Repartição Especial de Terras Públicas, órgão previsto no regulamento de 1854 para funcionar nas províncias, e extinto com a reforma do regulamento em 1876, as invasões a terras públicas recobriram força, de início em pequena escala, ainda receosos das punições que a Repartição Especial vinha impondo à apropriação de terras na província, e depois em proporções colossais (SILVA, 1996). Dizia o relatório sobre o Espírito Santo que “Para se ter uma ideia da grande da invasão de terrenos nesta província, basta dizer que si se fizesse, como cumpria, efectiva punição dos intrusos seguramente uma quinta parte da actual população agrícola seria condenada” (SILVA, 1996, p. 197). Agregava o relatório que além de não haver uma planta da província em que estivessem delimitadas terras públicas e particulares, não raro os títulos de domínio exibidos eram nitidamente ilegais (SILVA, 1996, p. 198):

Entre os documentos que exibem, como prova de direitos aos terrenos, observam-se alguns bem curiosos, como sejam formal de partilhas em que juízes municipais, conservadores de terrenos devolutos, consideraram bem legais as posses criminosas e as partilhas entre herdeiros; outros em que figuram, como intrusos, indivíduos que ocuparam cargos policiais e aos quais por isso competia a guarda das terras públicas.

Na província de Minas Gerais, nada havia sido feito até a década de 1880 em termos de medição e demarcação de terras devolutas (SILVA, 1996). Em 1883, o presidente da província dizia que a região do Vale do Rio Doce estava “perdida para a pequena propriedade porque as propriedades, mesmo aquelas que seriam legalizadas pela compra ao governo imperial, são de grandes extensões” (SILVA, 1996, p. 199). Comissões de medição para diferentes regiões da província eram nomeadas, em seguida demitidas, reestabelecidas diversas vezes sem resultados até 1888 (SILVA, 1996).

A província do Rio Grande do Sul foi uma exceção: desde a década de 1870 os relatórios sobre a demarcação e medição de terras falavam de resultados na legalização das propriedades, em muito relacionada ao interesse no estabelecimento de colonos em pequenas propriedades, não tendo por isso sido menor a invasão de terras públicas (SILVA, 1996). Além disso, as “áreas das propriedades que estavam sendo regularizadas eram imensas, tanto no caso das posses quanto no caso das sesmarias. Tratava-se, portanto, fundamentalmente da grande propriedade e não do caso de pequenos lavradores” (SILVA, 1996, p. 201). Para conter a invasão a terras públicas e a legalização de latifúndios frutos dessa invasão, ou, nas palavras do relatório de 1885, por termo “às prodigas doações das terras públicas, disfarçadas com os nomes de legitimação e revalidação”, recomendava-se o estabelecimento de prazos improrrogáveis, após

o que se consideraria caída em comisso toda posse ou sesmaria não medida e, assim, reputadas devolutas e públicas estas terras (SILVA, 1996). Outro dado importante que apareceram nos relatórios sobre o Rio Grande do Sul eram queixas sobre a falta de habilitação técnica e a baixa remuneração dos encarregados pelas medições, dos juízes comissários, agrimensores e engenheiros (SILVA, 1996). Em uma dada medição, encontraram uma diferença de dez quilômetros de distância entre os limites designados nos autos e o que foi posteriormente verificado in loco por inspetor do órgão central (SILVA, 1996).

Na província de São Paulo, as companhias de imigração trabalhavam para promover a vinda de imigrantes via colonização particular, e contavam com apoio do governo central para tanto (SILVA, 1996). Assim, no final dos anos 1880, os relatórios enviados pelo presidente da província à Inspetoria de Terras e Colonização demonstravam que pouco se fazia em matéria de demarcação e discriminação de terras públicas e particulares, assunto que indicavam ser problema e interesse do governo central, ao passo que manifestavam preocupação “em defender o sistema de grande propriedade, a monocultura e a colonização particular” (SILVA, 1996). Havia, em São Paulo, uma “inclinação manifesta da política provincial” em “facilitar tudo aos posseiros” (SILVA, 1996, p. 207). Em 1887 instalou-se uma comissão de medição após notícia de terras devolutas na região do vale do Paranapanema, mas a comissão sofreu “grandes embaraços opostos por grande número de intrusos”; em 1889 suas atividades foram suspensas, em seguida retomadas, e poucos meses depois extinta (SILVA, 1996, p. 204). Assim comenta um historiador local da região de Paranapanema (SILVA, 1996, p. 205):

Aos posseiros deixou-se larga margem para arbítrio; podiam exceder-se nessas declarações o quanto seu arrojo alcançasse. A lei, antes de trancar a porta de entrada, convidou a entrar todos quantos fora se achavam. Estes não fizeram cerimônias: afundaram pela propriedade devoluta adentro até que eles próprios julgassem que bastava...

A estratégia utilizada por posseiros desta região foi a de realizar os Registros Paroquiais com data antecipada, e com enormes extensões (60km por 150km, ou outra com 6 léguas por 50 léguas), principalmente com o objetivo de dividi-las e vendê-las posteriormente (SILVA, 1996). As vendas destas posses ocorriam com escritura passada de mão, como se legítimo fosse aquele posseiro, e o comprador que mais adiante descobrisse ou fosse interpelado com a descoberta da falcatura, não raro era reconhecido como terceiro de boa-fé e recebia decisão favorável na justiça (SILVA, 1996). Aliás, nenhum dos posseiros cujas histórias foram contadas por este historiador local enriqueceram, a despeito do apossamento de enormes extensões de

terras (SILVA, 1996). “Assim foi nessa parte do sertão paulista, onde os posseiros com seus atos repetidos de ocupação de terras iam tornando letra morta a lei de 1850” (SILVA, 1996, p. 206).

A pesquisa sobre os usos e a aplicabilidade dos institutos da Lei de Terras e seus regulamentos poderia estender-se a outras províncias e localidades, com a observação mais atenta sobre as particularidades regionais. De toda forma, inferimos que o processo de apropriação territorial, embora tenha assumido contornos locais no processo de tensão e acomodação dos interesses de grandes fazendeiros, não diferiu tanto assim em termos de resultados. Mudam-se os nomes, mas os mecanismos e atores deste cenário de disputas pela legitimidade do domínio sobre a terra se repetem. A apropriação territorial ilegal de terras públicas não cessou, os meios para a formalização desta apropriação foram institutos da Lei de Terras interpretados e utilizados à revelia da lei, a resposta de Estado e de governo a estes avanços foi a prolatação de prazos, inaplicabilidade de sanções, e reiterados atos normativos flexibilizando dispositivos anteriores, somada a disparidade de interesses entre governo central e governos provinciais. A Lei de Terras, se entendida como este espaço de relação entre Estado e particulares, ora aparenta um caráter de limitação do poder de particulares pelo governo central, ora parece ter sido uma forma de instrumentalização do Estado para interesses particulares (SILVA, 1996, 2008).

3.3 Uma visão ampliada sobre a Lei de Terras

Recorremos à historiadora María Verónica Secreto (2007) para traçar um panorama geral das transformações decorrentes da promulgação da Lei de Terras e do que se produziu a partir dela em termos de acesso à terra e à propriedade territorial até o final do Império. Para a autora, a forma de acesso à terra pela concessão de sesmarias relacionava a terra a um privilégio (2007). Pudemos tratar anteriormente sobre as formas desta concessão – a amigos do rei, que tivessem meios de aproveitá-la (ROCHA et. al, 2015; ALVEAL, 2009; MOTTA, 2013). Vimos também que a partir do século 18, marcado no Brasil pela descoberta do ouro, a Coroa passou a endereçar a concessão de sesmarias de forma diferenciada, com maior controle sobre as extensões e retomando a condicionalidade do cultivo/aproveitamento da terra para a sesmaria ser considerada válida (ALVEAL, 2009; MOTTA, 2013). Secreto acrescenta que é no século 18 que todo o sistema colonial começa a perder legitimidade, e com ele o próprio sistema de

distribuição de terra/privilégio (2007). Para a autora, o sesmarialismo teria predominado até este momento no Brasil, quando “uma série de mudanças relacionadas à penetração no continente, como consequência da mineração” tem lugar, cujo “efeito mais importante, do ponto de vista da apropriação territorial” foi a posse pura e simples, “embora esta forma de apropriação existisse desde o começo da colonização” (SECRETO, 2007, p. 13).

Vimos como, no Brasil, a primeira metade do século 19 foi o momento de importantes transformações, com o traslado da Coroa para o Rio de Janeiro, bem como com a proliferação de muitas insurreições por toda a América portuguesa, que engendram na independência e, posteriormente, na abdicação do rei (CARVALHO, 2008; DIAS, 2005; SCHWARCZ e STARLING, 2015). Na questão agrária, este processo marcou o fim do sistema sesmarial, com a suspensão da concessão de sesmarias em 1822 e o reconhecimento da posse como forma legítima de aquisição de propriedade (ROCHA et. al, 2015; MOTTA, 2015). Para Secreto, a suspensão do regime das sesmarias foi considerada um “ato de insurreição contra a coroa portuguesa” (2007, p. 12). Naquele período de perda de legitimidade do sistema colonial, “as sesmarias tinham caído em total descrédito”, consideradas empecilho ao povoamento e à agricultura (SECRETO, 2007, p. 12). Vimos, também, a centralidade que a questão agrária tomava no Brasil dos Oitocentos, e a importância de se instituir uma legislação agrária que desse conta dos conflitos e que regulamentasse a transição para uma nova forma de organização política do Estado (CARVALHO, 2008; MOTTA, 1996).

Os embates legislativos em torno da criação de uma lei agrária que pudemos abordar (CARVALHO, 2008; MOTTA 1996) apontavam, para Secreto, numa discussão anti-privilégio em que posseiros consideravam-se os verdadeiros cultivadores, e onde gestava-se uma nova concepção de propriedade sob o critério produtivista (2007). “Este conceito de propriedade baseada em princípio econômicos – de economia política e não de economia moral” foi o mote dos embates legislativos: “uma nova racionalidade estava disputando a legitimidade sobre a terra” (SECRETO, 2007, p. 12).

A Constituição de 1824 não tratou da questão agrária em especial, mas consagrou proteção à propriedade privada. O momento da Independência foi também o da transferência da propriedade das terras brasileiras da Coroa ao Império, tornando-se parte do patrimônio público. E, como pudemos discutir, a Lei de 1850 instituiu uma série de mudanças importantes, que para Secreto concentram-se especialmente na ruptura com a concepção anterior de

terra/privilégio (2007). A lei ainda “operou a transição entre um período no qual a terra era concebida como domínio da Coroa e um período no qual tornou-se de domínio público; entre um período em que esta era dada em doação e outro em que era vendida como mercadoria [...]” (SECRETO, 2007, p. 14). Para Secreto,

Estados nacionais sul-americanos tiveram a possibilidade de romper com o passado e criar legislações modernas. E de fato o fizeram; exemplo de modernidade são suas constituições, e a consagração da propriedade privada, o que não quer dizer que dessa modernidade tenha decorrido a “democratização” do acesso à terra. (2007, p. 13)

Assim, apesar de ter chegado à independência com domínio formal sobre uma larga extensão de terras, que passaram a ser públicas, e no momento da promulgação da Lei de 1850 apenas uma parte delas havia passado ao domínio privado (SILVA, 1996; SECRETO, 2007), todo o processo de apropriação territorial terá lugar depois, à revelia ou a partir de interpretações e usos bastante próprios da lei. Lembremos que no momento de sua promulgação, a Lei de Terras foi considerada ofensiva aos direitos de fazendeiros e limitadora dos seus anseios por expansão (CARVALHO, 2008). Retomemos, ainda, que a lei foi interpretada por pequenos posseiros e agregados de grandes fazendas como uma possibilidade de verem seus direitos à terra assegurados e que seus dispositivos e institutos não foram mobilizados nos processos judiciais abertos por fazendeiros na década seguinte a sua publicação (MOTTA, 1996). Por fim, retomemos que a vedação da aquisição da terra de forma gratuita, por doação ou posse, tampouco foi efetivada na prática: tanto as doações seguiram, quanto o apossamento de terras públicas por particulares não cessou – ao contrário, se ampliou e se consolidou na segunda metade do século 19 (SILVA, 1996; CARVALHO, 2008).

O estudo sobre o contexto dos debates legislativos em torno da criação de uma lei agrária e a operação de seus dispositivos após a sua promulgação evidenciaram aquilo que Thompson tratou em seu livro *Senhores e caçadores* (1987). A lei como um instrumento da classe dominante, posto que defende suas pretensões, mas também como instrumento de mediação das relações de classe, permitindo, através dela, a imposição de limites ao poder da classe dominante e estabelecendo os parâmetros das relações neste campo de conflitos. Pudemos ver como os dispositivos da lei foram entendidos à época da promulgação como limitadores do poder de senhores de terras e, pelos pequenos posseiros, homens livres, como possibilidades de verem garantidos o seu direito à terra. A Lei de 1850, em sua literalidade, não produziu o cenário de concentração de terras e da continuidade da apropriação, por particulares, de terras

públicas. “Uma lei se converte em prática através de sua aplicação, que é baseada em sua interpretação” (SECRETO, 2007, p. 15).

Além dos dispositivos aparentemente contraditórios em relação às possibilidades de legitimação da posse, uma das principais hipóteses para o fracasso da lei que levam em conta o seu próprio conteúdo normativo é a que se refere ao imposto territorial. A ausência do imposto foi interpretada como indicador da falência da lei de terras em evitar a continuidade do apossamento das terras devolutas e a concentração da propriedade: o domínio de terras seguia gratuito, e deixava-se de enfrentar tanto a expansão de fronteiras particulares sobre as terras públicas quanto a improdutividade dos latifúndios. Este é um debate relevante, que foi retomado ao longo do século 19, apontado como medida necessária por funcionários dos órgãos de terras do governo e levantado como debate público e legislativo em diversas ocasiões, não tendo, entretanto, prosperado (CARVALHO, 2008).

Um dos principais defensores de uma “democracia rural”, a partir da década de 1880, foi André Rebouças. Rebouças foi um dos mais ativos combatentes da grande propriedade, considerando o imposto territorial o “único meio de desenfeudar a terra e torná-la fator produtivo” (CARVALHO, 2008, p. 349). Personagem da elite política, afrobrasileiro, abolicionista, defendeu que o fim da escravidão deveria se dar sem indenizações – este era um debate à época, indenizar os “senhores” –, com enfrentamento do latifúndio e da monocultura, ampliando-se o acesso à terra (HOFFBAUER, 2017, s/p).

Lembremos que se em 1850 foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o tráfico de africanos escravizados, o debate sobre a escravidão seguirá ocorrendo ao longo da segunda metade do século 19. Vimos como as formas de resistência a escravidão assumiram as mais diversas formas, seja em insurreições reivindicatórias, fugas, formação de comunidades camponesas ao longo de toda a história do Brasil colonial e, após, no Império (GOMES, 1992, 1997).

O fim do tráfico, entretanto, não significou a abolição da escravidão, “que permaneceria forte por quase quarenta anos” (SCHWARCZ e GOMES, 2018). Os debates sobre o fim da escravidão se iniciam no final do século 18, ganham força no pós-independência, mas sobretudo após a década de 1850 que se ampliam as negociações políticas para a sua efetivação (SCHWARCZ e GOMES, 2018). É na segunda metade do século 19 que o abolicionismo

alcança as ruas e praças, além das redações de jornais e tribunais, em um movimento que contou também com o protagonismo negro, de intelectuais como Rebouças, Luíz Gama e José do Patrocínio, além de uma série de associações afrobrasileiras que “enfrentaram a escravidão e auxiliaram nas fugas cada vez mais maciças” ((SCHWARCZ e GOMES, 2018, p. 37). A conquista da abolição em 1888 veio na forma de uma lei sucinta, que não previu reparação nem endereçou a questão do acesso à propriedade; o texto da lei a tratava como “dádiva” e previa “fidelidade por parte do liberto a seu antigo senhor” (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p. 39). Foi a lei mais popular do Império e também uma de suas últimas: o regime estava com seus dias contados (SCHWARCZ e GOMES, 2018).

Paralelamente a estes processos de emancipação, desde meados do século 19 o Brasil passou a receber migrantes de diferentes regiões do mundo – chineses, japoneses, portugueses, estadunidenses, irlandeses, italianos, alemães etc. – que conviverão com o regime escravocrata e cujo modelo de trabalho se aproximava da escravidão e dos trabalhos forçados (SCHWARCZ e GOMES, 2018). As levadas de italianos às fazendas de café ocorrem mais ao final do século, nas décadas de 1870 e 1880. As dinâmicas de trabalho destes imigrantes, nas áreas rurais, longe de modalidades separadas, estavam “sempre em relação com o restante da sociedade escravista brasileira” (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p. 37). É no final do século 19, porém, que ganham força teorias de darwinismo racial, com a construção de hierarquias de humanidade e a diferenciação de grupos superiores e inferiores, a ponto de dizer-se na época que “a liberdade podia ser negra mas a igualdade era apenas branca” (SCHWARCZ e GOMES, 2018, p. 38).

Assim, a abolição da escravidão marca uma transformação importante e uma ruptura que inaugurará, um ano e meio depois, um novo regime político no Brasil. Com a proclamação da República em 1889, e a promulgação da Constituição de 1891, temos a primeira norma agrária que ganha destaque constitucional: foram transferidas aos estados federados a propriedade das terras devolutas e a competência para a sua titulação (ROCHA et al., 2015). Para Silva (1996), é neste período que se consolidará, a partir do poder dos coronéis de cada estado, a concentração fundiária e uma certa “regularização” da propriedade territorial nas mãos de alguns. É do final do século 19 e primeiras décadas do século 20 que aumentam os fluxos de imigrantes, em uma política abertamente declarada de embranquecimento da população, cujo modelo de mão-de-obra “livre” contribuirá para uma nova fase de consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. São processos complexos que não teremos a oportunidade de aprofundar aqui, mas sobre os quais cabem alguns apontamentos.

As grandes fazendas de café, para José de Souza Martins, são emblemáticas desta transição e expansão do modo de produção capitalista e têm na Lei de Terras um importante marco legal desta passagem (2010). Com um olhar para as décadas finais do século 19, e às primeiras décadas do século 20, Martins não deixa de reconhecer na lei agrária de 1850 o estabelecimento do arcabouço jurídico necessário para processos que teriam lugar depois, especialmente a abolição da escravidão (2010). A principal transformação é, para o autor, a de que, se antes da abolição o rentismo, o capital imobilizado estava objetificado na pessoa do escravizado, visto como mercadoria, a partir de 1850 se estabelecem as condições materiais para que o objeto da renda capitalizada passe a ser a terra (MARTINS, 2010). A Lei de Terras teria instituído “as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso” (MARTINS, 2010, p. 52). A entrada massiva de imigrantes, de início em convivência com o regime escravocrata, não inaugurou de pronto relações de produção capitalistas – daí a instituição do regime do colonato, com a força de trabalho ainda entendida quase como propriedade dos fazendeiros, a vinda de famílias inteiras de colonos, a confusão entre a produção para valorização do valor e produção como meios de vida destes colonos (MARTINS, 2010). De toda forma, o mais interessante para nosso debate aqui é sobre o lugar que este sujeito, agora liberto, vai ocupar nestas fazendas de café:

A libertação do escravo não o libertava do passado de escravo; esse passado será uma das determinações de sua nova condição de homem livre. [...]
Mais do que a emancipação do negro cativo para reintegrá-lo como homem livre na economia de exportação, a abolição o descartou e minimizou, reintegrando-o residual e marginalmente na nova economia capitalista que resultou do fim da escravidão. O resultado não foi apenas a transformação do trabalho, mas também a substituição do trabalhador [...]. (MARTINS, 2010, p. 32-33)

Assim, a abolição formal da escravidão não contou, como vimos, com a “democratização rural” a qual reivindicava Rebouças, por exemplo. No momento da abolição, as terras estarão bloqueadas: seja porque desde a lei de 1850 é proibida a aquisição pela posse das terras não cultivadas, seja porque serão propriedades particulares. O olhar que se centra sobre o momento da abolição, e enxerga a lei de terras retrospectivamente, não tem como se furtar de vê-la como marco legal de individualização da propriedade que, feita sob o signo da escravidão, excluiu parcela importante da população do acesso à terra e promoveu o racismo fundiário.

Nesse sentido, para retomar uma discussão que trouxemos no início deste trabalho, a Lei de Terras teria sido um importante elemento deste processo contínuo de acumulação primitiva

da terra (MARX, 1890/2017). Ela inaugura, juridicamente, uma nova condição. Se não é novidade que desde o processo colonial ela deveria ser fonte de riquezas, serão novos os dispositivos para a sua conversão em capital. O ritmo desta acumulação primitiva, como vimos, tem diferentes intensidades e tampouco se realiza, efetivamente, no dia seguinte à promulgação da lei. São processos contínuos, conflituosos e violentos de expansão, de avanço das expropriações e de conversão destes meios de vida em capital, com a ampliação da base social que, expropriada, não pode produzir sua própria existência e precisa se submeter ao proprietário da terra, pois só detém a sua força de trabalho (MARX, 1890/2017). Podemos tratar das formas desta expansão que tiveram lugar a partir da Lei n. 601/1850 tanto no contexto local, em Paraíba do Sul, quanto em um panorama mais geral, do ponto de vista dos órgãos de governo destinados à questão agrária.

Por fim, importa apontar que a transformação da terra em mercadoria, a valorização monetária da terra e a existência de um mercado de terras são processos que se mostrarão mais longos que o nosso recorte temporal, não tendo ocorrido até o final do século 19 (SILVA, 1996)⁴⁵. E, em relação ao papel da lei em impedir o acesso à terra a imigrantes, não apenas havia um dispositivo que previa a venda de pequenos lotes de terras a colonos (SILVA, 1996) quanto, segundo Secreto,

Os grandes proprietários não necessitavam de uma lei para evitar que os pequenos se tornassem proprietários. Pelo contrário utilizavam e continuaram a utilizar mecanismos extra-jurídicos para esbarrar o acesso à terra, como violência direta, clientelismo, paternalismo, etc. *Mas este sim foi um dos efeitos que teve a lei.* (SECRETO, 2007, p. 15, grifo nosso)

A Lei de 1850 inaugurou a passagem da concepção de propriedade colonial, no sentido de terra/privilegio concedido pelo rei sob condições, para o sentido de terra/mercadoria, de bem cuja titularidade pode ser transferida diretamente entre particulares, pela compra e venda. Com ela, criou-se o arcabouço jurídico para a propriedade privada propriamente dita. Também vimos

⁴⁵ Em debate com José de Souza Martins, Silva coloca que a compreensão de que a Lei de Terras proporcionou “condições jurídicas para que a terra viesse a se tornar uma mercadoria aceitável nas transações entre credores e fazendeiros” (1996, p. 137), e que “Tudo aquilo que o escravo representava como mercadoria e capital imobilizado no antigo sistema deveria, em parte, ser substituído pela terra num futuro próximo” (1996, p. 124) é anacrônica. A autora argumenta que embora “a perspectiva do fim do escravismo demandava uma nova garantia para os empréstimos [...] havia outras possibilidades para resolver esse problema (que de fato serão implementadas no decorrer dos anos 1860, 1870)” (SILVA, 1996, p. 137). Isto porque, segundo Silva, tanto a valorização monetária da terra quanto a própria existência de um mercado de terras são processos que se mostrarão muito mais longos (SILVA, 1996).

que ela, em tese, fechou “o avanço da fronteira”, “congelando a posse” (SECRETO, 2007, p. 17). O comando deste avanço da fronteira, entretanto, não ficou nas mãos do Estado, mas de particulares cujo ritmo foi marcado, no século 19, pela expansão do cultivo do café (SECRETO, 2007) e, a depender da região do Brasil de que tratamos, segue ocorrendo. Assim, conclui Secreto que

Todo o processo de individualização iniciado com a lei de terras esteve permeado pela “sabotagem” do particular, não no sentido que diz Marx: o proprietário impôs silêncio ao legislador. Não foi na instância de legislar que o proprietário predominou sobre o legislador, mas sim no momento imediatamente posterior, apropriando-se, também, do sentido da lei e até fazendo que ela servisse a outros objetivos para além dos que a motivaram. (SECRETO, 2007, p. 19)

Se partimos da relevância do sistema de produção calcado na grande propriedade e voltado à exportação, fundado na mão-de-obra escravizada em transição para a mão-de-obra imigrante, extremamente predatório, no sentido de que desgastava rapidamente o solo e rotineiramente avançava sobre novos pedaços de terra, podemos compreender o forte tensionamento entre proprietários e Estado a partir da iniciativa do governo de controlar o processo de ocupação territorial (CARVALHO, 2008; SILVA, 1996).

Assim, buscamos contribuir para uma história da apropriação territorial no Brasil que, longe de atribuir ao legado colonial ou às sesmarias o determinismo histórico que nos legou um país com tamanha concentração fundiária, demonstrou que houve oportunidades para a consolidação de novas concepções de propriedade e que as opções, pelo menos até o final do século 19, foram reiteradamente pela consagração da concentração da propriedade territorial e exclusão de povos originários, afrobrasileiros e pobres do acesso à terra.

CONCLUSÃO

A questão sobre a qual nos debruçamos nesta pesquisa foi a da história da apropriação territorial no Brasil do século 19 a partir da principal lei agrária do período, a Lei n. 601/1850, conhecida como Lei de Terras. Para tanto, atravessamos os principais institutos legais sobre acesso à terra que operaram desde o início do processo colonizador, especialmente porque se fizeram presentes no momento da consolidação de uma lei agrária em 1850; buscamos compreender os atores políticos e debates legislativos em torno da construção da lei, em meados do século 19; por fim, analisamos efeitos da legislação agrária publicada até o final da década de 1860 em um contexto local e, sob o ponto de vista do governo central, até o final do Império.

A pesquisa nos permitiu compreender a complexidade do instituto das sesmarias, especialmente quanto a sua aplicabilidade e efetividade no território brasileiro. Estritamente relacionada à empresa colonial, recebeu tratamentos diferentes ao longo dos trezentos anos em que figurou como o principal instituto jurídico de acesso à terra. Pudemos ver que ao fim do período colonial, a figura do senhor e possuidor de terras ultrapassou o sesmeiro para conferir legitimidade a grandes fazendeiros possuidores de terras sem concessões de sesmarias. Ambas as figuras – do sesmeiro e do grande posseiro - aproximam-se na forma como exerciam o poder sobre essas terras. Tratava-se de exercer o domínio territorial, abarcando terras e pessoas que nela viessem a se estabelecer, fossem como escravizados ou agregados, poder este exercido pela força, pelas redes de poder entre pares e autoridades locais, e não por algum título legal que lhes conferisse propriedade.

No momento em que legalmente foi suspensa a concessão de sesmaria, o instituto já estava em descrédito e foi considerado mais um passo de ruptura com o sistema colonial e a forma de compreender a terra como privilégio. Extinta a sesmaria, persistia a figura do sesmeiro. Buscou-se legitimar, a partir daí, a construção da concepção de propriedade relacionada à produtividade, à situação de fato da posse, vista, portanto, como aquela que aproveita a terra e dela tira proveitos. Os debates que antecederam a promulgação da Lei de 1850 versavam essencialmente sobre o confronto entre diferentes formas de apropriação, e colocaram-se sob a seguinte chave: haveria uma apropriação mais ficta, constante num documento de concessão de sesmaria, e outra de fato, daquele que exerce o aproveitamento da terra. Venceu, nos debates, a centralidade do critério do cultivo efetivo da terra como a que confere o direito à propriedade da terra.

A Lei de 1850 buscou acomodar o enfrentamento que se apresentava à noção de terra como privilégio, prevendo uma série de hipóteses para a transição do antigo modelo para o novo. Havia a possibilidade de confirmação de sesmarias e de legitimação das posses segundo o critério do cultivo efetivo da terra. Tais confirmações e legitimações deveriam ocorrer no prazo legal e, com isso, haveria a discriminação das terras privadas das públicas e a destinação destas últimas para fins de governo. Congelava-se, fictamente, a fronteira e as terras não possuídas pertenceriam ao patrimônio público.

Da literal leitura da lei, poder-se-ia imaginar que as formas gratuitas de aquisição de propriedade de fato cessaram, que apenas a compra e venda passou a ser o meio legal de adquirir ou transferir sua titularidade. Entretanto, pudemos perceber que a lei passou ao largo de ser efetivamente aplicada neste quesito e que os apossamentos continuaram. A centralidade do critério da posse/cultivo efetivo como necessários, segundo a lei, para que o direito à propriedade da terra fosse reconhecido pelo Estado, foi também paulatinamente sendo deixado de lado. Uma série de atos normativos e reformas ao regulamento da Lei de 1850 foram publicados sem, contanto, implicar em um maior controle do Estado sobre este processo de apropriação. Ao mesmo tempo, pudemos ver como a aplicabilidade dos institutos da lei dependia em larga medida dos governos provinciais que, cada qual a seu modo, incentivaram ou não a continuidade do apossamento de terras públicas. Por fim, vimos como à revelia do texto legal, seus institutos serviram de instrumento para particulares consagrarem seu domínio em títulos de propriedade privada.

Este processo de apropriação territorial e legitimação a partir de títulos de propriedade se estendeu por décadas após a promulgação da lei, consolidando-se a partir das relações locais de poder, embora repitam-se os personagens vencidos e vitoriosos. Pudemos observar que o sentido atribuído à lei foi sendo continuamente produzido durante o século 19, com a majoração do valor a alguns de seus institutos e o olvido de outros. Entretanto, do que se produziu em termos de apropriação territorial até o final do século 19, pudemos observar sobretudo o silenciamento do legislador e a consolidação de usos e interpretações outros para além dos previstos literalmente no texto legal, com uma instrumentalização da lei e do Estado por particulares. Pudemos compreender, ainda, que para a terra adquirir valor de mercado (e ser usada como garantia, por exemplo) tardariam muitas décadas. Vimos também que houve um

distanciamento da questão agrária da questão da imigração, em parte por conta das dificuldades na efetividade da Lei de 1850.

A lei não foi vista, ao tempo de sua publicação, como uma vitória dos fazendeiros. Ao contrário, foi vista como uma afronta a seus interesses. De fato, ao prever a possibilidade de legitimação da posse e a centralidade do critério do cultivo para tanto, havia aí a possibilidade de toda sorte de posseiros vir a requerer o reconhecimento e a emissão de seu título. Assim entenderam, em alguns casos, pequenos posseiros que foram reclamar pela efetividade da lei. Já apontamos que essa abertura da norma não foi a interpretação que prevaleceu, face às maneiras de exercer o domínio territorial e vetar a posse que incluíram força, arranjos institucionais com autoridades locais e judiciárias, falsificação de documentos etc. Também vimos que a despeito de constituírem comunidades e campos negros, africanos ou afrobrasileiros escravizados ou libertos não poderiam requerer a legitimação de suas posses, bem como o requerimento de indígenas deveria obedecer a todo um outro rito vinculando-os a aldeamentos. Embora tenha representado uma ruptura com a forma de apropriação territorial anterior porque privilegiou a posse efetiva, apenas grandes fazendeiros posseiros puderam fazer valer o direito à terra e à propriedade reconhecidos, em grande parte das vezes à revelia da lei.

Assim, alinhando-nos às nossas maiores referências para a construção desta compreensão, vimos que o sentido da lei de 1850 não residiu, literalmente, em proibir o acesso à terra a pequenos posseiros e foi vista, ao tempo da sua publicação, como afronta a interesses de fazendeiros (MOTTA, 1996); que, entretanto, foi produzida sob o signo da escravidão e que um olhar retrospectivo permite vê-la como mais um elemento produtor do racismo fundiário (MARTINS, 2010; SCHWARCZ e GOMES, 2018); que a lei de 1850 interessa sobretudo como espaço de relação entre particulares e Estado, ora com contradição de interesses, ora com a instrumentalização do Estado para interesses particulares (SILVA, 1996); e que os efeitos produzidos na consolidação da apropriação territorial ao final do século 19 ocorreram, sobretudo, a partir do silenciamento do legislador (SECRETO, 2007). Por fim, que o processo de produção de efeitos da Lei n. 601/1850 na apropriação territorial levou décadas e estendeu-se ao período republicano, momento em que as terras devolutas passaram ao patrimônio dos estados e novos personagens entram em cena, em um cenário cuja compreensão ficará para uma próxima pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. 2015. Lei de Terras (Verbetes). In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial** (Online). Publicado em 17 de outubro de 2016, 19h47. Última atualização em 15 de julho de 2019, 17h58. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario/administracao-imperial>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ALMEIDA, Felipe Pessanha. 2015 Repartição-Geral de Terras Públicas (Verbetes). In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial** (Online). Publicado em 17 de outubro de 2016, 19h47. Última atualização em 15 de julho de 2019, 17h58. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario/administracao-imperial>. Acesso em: 06 jun. 2020.

ALVEAL, Carmen. Banco de dados *on line*: a utilidade dos números no estudo do sistema sesmarial. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Orgs.). **Diálogos Interdisciplinares: Anais dos Textos Completos do 1º Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica**. Campina Grande: Editora da UFCG, 2009. 10p.

CABRAL, Dilma [Fátima de Avellar Cabral da Costa]. 2011. Casa de Suplicação do Brasil (Verbetes). In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial** (Online). Publicado em 9 de novembro de 2016, 18h09. Última atualização em 26 de maio de 2020, 10h26. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/151-casa-de-suplicacao-do-brasil>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CABRAL, Dilma [Fátima de Avellar Cabral da Costa]. 2011. Mesa do Desembargo do Paço (Verbetes). In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial** (Online). Publicado em 17 de outubro de 2016, 19h47. Última atualização em 15 de julho de 2019, 17h58. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario/administracao-imperial>. Acesso em: 05 jun. 2020.

CABRAL, Dilma [Fátima de Avellar Cabral da Costa]. 2014. Poder Moderador (Verbetes). In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial** (Online). Publicado em 17 de outubro de 2016, 19h47. Última atualização em 15 de julho de 2019, 17h58. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario/administracao-imperial>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CABRAL, Dilma [Fátima de Avellar Cabral da Costa]. 2016. Código Comercial (Verbetes). In: ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial** (Online). Publicado em 11 de novembro de 2016, 18h09. Última atualização em 01 de julho de 2020, 13h48. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/277-codigo-comercial>. Acesso em: 27 out. 2020.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 7-37.

FIABANI, Adelmir. **Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio Sinos, 2008.

GOMES, Flávio. **A hidra e os pântanos - Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)**. Tese (Doutorado em História). Unicamp. 1997.

GOMES, Flávio. **Histórias de quilombolas mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp. 1992.

GOMES, Flávio; MACHADO; Maria Helena Pereira Toledo. Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX. **Iberoamericana**, Berlim, ano XI, n. 42, jun. 2011.

HAGINO, Córa Hisae; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. O reconhecimento de povos tradicionais e os usos contra-hegemônicos do direito no Brasil: entre a violência e a emancipação social. **Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, 2015, p. 598-644.

HOFFBAUER, 2017. André Pinto Rebouças (Biografia). In: ARQUIVO NACIONAL. **Biografias** (Online). Publicado em 5 de junho de 2018, 11h17. Última atualização em 12 de julho de 2018, 17h01. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/publicacoes2/70-biografias/547-andre-pinto-reboucas>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IBGE. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.41. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

INCRA. **Dados sobre estrutura fundiária - Brasil**. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/docs/estatisticas-imoveis-rurais/brasil-2018.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural. Índices básicos de 2013**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/docs/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

MACHADO, Marina. **Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões** (Rio de Janeiro, 1790-1824). Guarapuava: Unicentro, 2012. (Coleção Terra)

MACHADO, Marina. Expansão de fronteiras e de projetos para os sertões fluminenses: posse e propriedade nos séculos XVIII e XIX. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, ano 180, n. 480, p. 11-294, mai./ago. 2019.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 117-142.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX**. Niterói: UFF, 1996. Dissertação de mestrado.

MOTTA, Márcia. 2013. Sesmarias (Brasil) (Verbete). In: SERRÃO, J. V.; MOTTA, M.; MIRANDA, S. M. (dir). **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2013v028. Disponível em: <https://edittip.net/category/sesmarias-brasil/>. Acesso em 17 jun. 2020.

MOTTA, Márcia. 2015. Posse (Verbete). In: SERRÃO, J. V.; MOTTA, M.; MIRANDA, S. M. (dir). **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2015v039. Disponível em: <https://edittip.net/category/posse/>. Acesso em 17 jun. 2020.

NERIS, Natalia. **A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)**: um estudo das demandas por direitos. Dissertação de Mestrado. FGV/SP, 2014, p. 80-150.

PAMPLONA, Nicola. 10% mais ricos ficam com 43% da renda nacional, diz IBGE. **Folha de São Paulo**, 6.mai.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/10-mais-ricos-ficam-com-43-da-renda-nacional-diz-ibge.shtml?origin=folha>, acesso em 20/10/2020.

PLATAFORMA SESMARIAS DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO. Disponível online em <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>. Acesso em 9 de julho de 2020.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. **Poder Judiciário e conflitos de terra**: a experiência da vara agrária do sudoeste paraense. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. **A Magistratura Fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST**. Rio de Janeiro: PUC, 2005. Dissertação (Mestrado em Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional).

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil**. 2a. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, s/d. p. 263 - 290.

ROCHA, Ibraim et al. **Manual de direito agrário constitucional**: Lições de direito agroambiental. Rocha, Ibraim; Treccani, Girolamo Domenico; Benatti, José Heder; Haber, Lilian Mendes; Chaves, Rogério Arthur Friza. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 624p.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira; REZENDE, Tayra Fonseca; NUNES, Tiago de Garcia. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, 2019, p. 198-221. Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n1/2179-8966-rdp-10-1-198.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2019.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECRETO, María Verónica. Legislação sobre terras no Brasil do Oitocentos: Definindo a propriedade. **Raízes**, Campina Grande, vol. 26, n°s 1 e 2, p. 10–20, jan./dez. 2007.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores – A origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEGISLAÇÃO

BRASIL, Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm, acesso em 4/6/2020.

BRASIL, Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm, acesso em 8/6/2020.